



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 040.3.54.O**

**DATA: 21/03/13**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 9h**

**TÉRMINO: 12h25min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 40ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 21 de março de 2013.**

**Presidência dos Srs.:**

**Henrique Eduardo Alves, Presidente.**

**Amauri Teixeira, João Ananias, Francisco Praciano, José Nunes, Cleber Verde, Colbert Martins, Edinho Bez, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Henrique Eduardo Alves

André Vargas

Fábio Faria

Marcio Bittar

Simão Sessim

Maurício Quintella Lessa

Biffi

Gonzaga Patriota

Wolney Queiroz

Vitor Penido

Takayama



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 72 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## **III - EXPEDIENTE**



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Quero anunciar que teremos, às 9h30min, uma audiência pública. Convido todos os Deputados para estarem presentes, a fim de discutirem a estratégia de alocação de mão de obra especializada em localidades distantes.

Contaremos com presença da Dra. Cláudia Rodrigues, da SESAB, uma das idealizadoras e formatadoras desse programa, da Dra. Cecília, do Dr. Luciano Goulart, um dos operadores parceiros da SESAB, e do Dr. Rui Cunha, parceiro de Itabuna, do DayHorc.

Nós abriremos 30 minutos, rigorosamente, para pronunciamentos de 1 minuto, porque teremos Ordem do Dia.

O Deputado Rubens Bueno pediu-me para falar pela Liderança. Comunico que estão me chamando a atenção para o fato de que V.Exa. não tem bloco. Então, conseqüentemente, não teria como falar pela Liderança. Esse é um dispositivo da Mesa, e eu gostaria que V.Exa. se inscrevesse.

Questão de ordem respondida pelo Presidente da Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Eu sou o primeiro orador, mas permutado com a Deputada Keiko Ota. V.Exa. tem rigorosamente 1 minuto. Não haverá prorrogação do tempo, para permitir que todos falem.

Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago a esta tribuna, mais uma vez, minha solidariedade à família da advogada Mércia Nakashima.

Como todos sabem, o ex-policial Mizael Bispo foi condenado a 20 anos de prisão, em regime fechado, pelo assassinato de Mércia, sua ex-namorada. Chama a atenção o fato de que Mizael já cumpriu quase 1 ano de prisão, e o caso se enquadra nas regras de progressão de pena. Ou seja, em menos de 7 anos, ele poderá passar ao regime semiaberto, cumprindo assim apenas dois quintos da sentença prevista.

Não vou entrar no mérito de questionar a pena aplicada. O que critico é o efetivo cumprimento dessa pena. Pela forma como o crime foi cometido, não se deveria dar ao réu a chance de ele sair da cadeia em tão pouco tempo. O problema não está no Judiciário ou no modo como o caso foi conduzido pela Justiça. A questão que temos de combater é a existência de uma legislação permissiva e muito branda em relação aos crimes contra a vida.

Como vítima de violência que fui — tive meu querido filho Ives Ota brutalmente assassinado aos 8 anos — e por ter acompanhado de perto parte do julgamento, fico indignada com o comportamento de Mizael e de sua defesa. É inadmissível e um tremendo absurdo também a possibilidade de Mizael publicar um livro para relatar o relacionamento mantido com a Mércia.



Isso, Sras. e Srs. Parlamentares, é um desrespeito à memória da jovem advogada. É um verdadeiro ultraje!

Para abrir espaço às famílias vítimas de violência, estou me mobilizando para marcar um encontro entre a mãe de Mércia, a Sra. Janete Nakashima, e a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Essa reunião servirá para deixar clara a indignação em relação ao caso. Servirá ainda para prestar solidariedade à família quanto à ideia absurda do livro que Mizael quer publicar.

Por isso peço a todas as senhoras e a todos os senhores 1 minuto de silêncio em referência à memória de Mércia Nakashima.

Meu muito obrigada.



**O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI** (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saúde pública é outra temática que tem sido alvo da minha atuação parlamentar. Recentemente dei entrada ao Projeto de Lei nº 5.088, de 2013, que torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grande aglomeração de pessoas, tais como: aeroportos, estações rodoviárias, *shows*, seminários, encontros e estádios.

O nosso objetivo é evitar mortes e lesões graves em pessoas. Esse projeto, sem dúvida alguma, contribuirá para isso, haja vista que, se o atendimento for prestado logo após o acidente, principalmente nos casos mais graves, a possibilidade de manutenção da vida é bem maior. Por outro lado, as chances de sobrevivência diminuem drasticamente para as vítimas que não recebem cuidados médicos especiais no prazo de 1 hora após o acontecimento.

A Constituição Federal, no art. 196, prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Srs. Deputados, esse é um projeto que reputamos de muita importância. Portanto, solicito o apoio dos colegas Deputados e Deputadas para, juntos, aprovarmos o PL 5088, de 2013.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



**O SR. GERALDO SIMÕES** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, na sua linha, como sempre faço aqui nesta Casa, registro a presença desse grupo importante do Saúde em Movimento, que é um serviço itinerante, em cidades-polo, de profissionais de saúde de primeira, com equipamentos. É um serviço muito importante, e essa audiência pública é um fato importante de hoje, quinta-feira.

Em segundo lugar, quero falar da audiência pública que tivemos ontem na Comissão Mista, de Deputados e Senadores, quando analisamos, mais uma vez, as ideias do Governo Federal em relação à política portuária, o novo marco regulatório dos portos.

Essa Comissão Mista, Sr. Presidente, desde que foi instalada já ouviu aqui trabalhadores, operadores portuários, usuários de portos, autoridades do assunto e, ontem, o Governo.

Estou muito esperançoso de que no final consigamos aprovar a medida do Governo, fazendo o aperfeiçoamento que se faz necessário, e nós cumprindo as...

*(O microfone é desligado.)*



**O SR. SEVERINO NINHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, com satisfação, o atendimento a uma indicação nossa ao DNIT.

Refiro-me à instalação de uma lombada eletrônica no Km 47 da BR-101, em frente à comunidade Inhamã, em Cruz de Rebouças, Município de Igarassu. A BR-101 passa em Cruz de Rebouças. Os atropelamentos são constantes, há mortes no trânsito. Dessa forma, a comunidade nos pediu essa lombada eletrônica.

Fico muito feliz pelo DNIT ter acatado a nossa indicação e nos ter respondido positivamente, informando que em 30 dias após o INMETRO fazer a indicação do local correto, a lombada eletrônica estará instalada.

Sr. Presidente, isso demonstra que o DNIT teve sensibilidade em atender a um reclamo da comunidade de Inhamã, de Cruz de Rebouças, em Igarassu.

Muito obrigado.



O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o jornal do *O Estado de S. Paulo* de ontem traz um comparativo que nos deixa muito preocupados. Para percorrer 20 quilômetros, de Cubatão ao Guarujá, um caminhão leva 12 horas; um porco, 1 hora e 7 minutos; um homem, 4 horas; e uma aranha, 10 horas e 37 minutos. Portanto, nós estamos entrando num apagão logístico no Brasil.

Nós precisamos revogar a Lei nº 12.619, que esta Casa votou sem ver os impactos que iriam acontecer. Nós fazemos um apelo desta tribuna à Presidente Dilma — S.Exa. está em Roma, e nós não conseguimos falar com ela —, no sentido de que revogue, através de uma medida provisória, a Lei nº 12.619, a fim de evitar o apagão de logística e transporte rodoviário que está surgindo no Brasil.

Esse é o recado que quero deixar aqui. Espero que ele seja ouvido.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo aos partidos grandes desta Casa: que não votem, na reforma política, a perda do direito a fazer coligação.

Se isso não é proibido, qual motivo os partidos têm para proibir uma coisa que não é proibida?

Há partidos que pensam que são grandes e que nunca vão desaparecer. Estamos tendo um exemplo nesta Casa de um partido que já foi o maior da América Latina, do Ocidente, e que está com dificuldades porque a política no Brasil, por falta de partido que assuma a sua ideologia, cria dificuldades quando muda o Governo e quando muda o sistema.

Então, faço esse apelo a todos os partidos que têm essa ideia, porque há lugar no interior do Brasil onde não se faz nem um vereador com coligação, imaginem ele sozinho!



**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na noite de hoje, na Assembleia Legislativa do Ceará, ocorrerá o lançamento do livro *Antes dos Coronéis*, de autoria do jornalista Ciro Saraiva, hoje entregue à pesquisa histórica, em fases sucessivas da vida política de nossa Unidade Federada.

Foram alinhadas as gestões de Faustino de Albuquerque, Raul Barbosa, Paulo Sarazate e Parsifal Barroso, os quais antecederam os Coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals de Oliveira, todos com marcante atuação no cenário da vida administrativa do nosso Estado.

A mim caberá, Srs. Deputados, por nímia gentileza do autor, proceder à apresentação da obra, quando enfatizarei a excelência do texto e a relevância dos episódios mencionados.

Para a atual e as gerações porvindouras, a valiosa pesquisa permitirá que se conheça um período de incessantes atividades, em um entrechoque de agremiações, cada qual defendendo o engrandecimento do Ceará.

Confio em que o público leitor prestigiará o magno evento, a que acorrerão membros de entidades culturais, além de Parlamentares e pesquisadores de nossas atividades políticas num passado já relativamente longínquo.

Ciro Saraiva recolherá, sem dúvida, os aplausos de quantos manusearem seu magnífico trabalho, hoje entregue ao povo cearense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Peço aos Parlamentares que obedçam ao tempo de 1 minuto.

Ao Deputado Mauro Benevides, por causa da idade, fizemos uma concessão.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DR. UBIALI** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós teremos hoje, no *hall* da Taquigrafia, uma exposição sobre síndrome de Down.

Haverá demonstrações artísticas, exposições, destacando a competência das pessoas que têm síndrome de Down. Embora haja um atraso no desenvolvimento psicomotor, essas pessoas são totalmente incluídas na sociedade.

Quero destacar também que amanhã estarei participando da Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania da Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo.

A Secretaria organiza, em São Paulo, várias reuniões, em várias partes do Estado, para destacar e fazer uma discussão naquela região de como está a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Isso é importante. Nós precisamos destacar o trabalho e defender os direitos das pessoas com deficiência.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - O Deputado Carlos Souza agradece aos Deputados Jutahy Junior e João Ananias por lhe concederem a vez. S.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

**O SR. CARLOS SOUZA** (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputados, pela gentileza.

Sr. Presidente, os famosos “apaguinhos” na minha cidade, Manaus, proporcionados pela distribuidora de energia Amazonas Energia, no ano de 2012, somaram 66 horas sem fornecimento de energia àquela cidade. A Capital amazonense tem mais de 2 milhões de habitantes e abriga o polo industrial mais pujante da América Latina. E seu povo, não só os empresários, como também os consumidores, estão penalizados pelo péssimo servido que foi fornecido, no ano de 2012, pela Amazonas Energia.

Hoje eu sou membro titular da Comissão de Defesa do Consumidor. Já estou tomando as providências devidas, através de requerimento, para pedir o ressarcimento de todos os prejuízos que os consumidores, os pequenos comerciantes, os microempresários e o distrito industrial tiveram com esse péssimo serviço que a Amazonas Energia vem proporcionando ao povo da cidade de Manaus.

Sr. Presidente, a média nacional de apagão, em todos os Estados, não passou de 19 horas, e lá, na minha cidade, Manaus, no ano de 2012, foram mais de 66 horas sem energia.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o jornal *O Estado de S. Paulo* revela, em reportagem publicada nessa terça-feira, 19 de março, que o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, mudou o discurso otimista com que defendia o controle da inflação a uma plateia de empresários poloneses. De forma diferente do que fez nos Estados Unidos, já em Varsóvia, ele retira o trecho que dizia que haveria desaceleração no segundo semestre.

Diz a reportagem de *O Estadão*:

*“No fim de fevereiro nos Estados Unidos, Tombini também reconheceu que a inflação tem apresentado alguma resistência em cair. Em Nova York e em Illinois, porém, o presidente do BC emendava a análise com um prognóstico animador: ‘Haverá desaceleração no 2º semestre’. Em Varsóvia, o trecho foi retirado da apresentação.”*

Na semana passada, quando divulgou resultados da última reunião do Comitê de Política Monetária — COPOM, Alexandre Tombini alertou que a inflação poderia estar mudando de patamar e que a onda de aumentos de preços “*pode não ser temporária*”.

A primeira reação à declaração do Presidente do Banco Central foi mercadológica: prenúncio de aumentos na taxa de juros SELIC.

Entretanto, mais importante do que a sinalização de aumento da SELIC foi o Banco Central anunciar o fracasso da política de controle da inflação do Governo.



Com sua autonomia minada, o Banco Central, nesse caso, errou e persiste no erro de aceitar passivamente o intervencionismo populista da chefia.

Pior ainda. A passividade do Banco Central deu lugar ao ativismo na errática e assombrosa maquiagem de números.

Segundo informou a jornalista Miriam Leitão, em sua coluna de domingo no jornal *O Globo*, o Banco Central alterou a metodologia de cálculo dos calotes das pessoas físicas, a tal inadimplência.

O excesso de endividamento das famílias, causa principal dos calotes, permanece. Mas os números de março, como num passe de mágica, caíram por obra e graça da maquiagem criativa do Banco Central.

O nome dessa prática é manipulação. O Banco Central comete uma fraude que irá dificultar o trabalho de analistas, acadêmicos e historiadores no futuro.

No presente, a intenção do BC é amaciar a realidade que esses números revelam. Eles revelam que o consumo desenfreado como âncora do crescimento econômico já se esgotou e deixou em situação falimentar milhares de brasileiros que, de boa-fé, atenderam aos apelos do Governo para consumir.

O que não se esgota neste Governo é a sua disposição para iludir.

O pronunciamento de Dilma Rousseff em rede nacional de televisão para anunciar a desoneração da cesta básica é mais um ilusionismo grosseiro, tanto na forma como no conteúdo.

A declaração de Dilma Rousseff *“Não descuido um só momento do controle da inflação”* não se enquadra nas condições constitucionais de caráter “educativo, informativo ou de orientação social” para a comunicação de governo.



Trata-se, isso sim, de um oportunismo descabido diante da frouxidão da autoridade econômica do seu governo, que deixou o controle dos preços ao léu e nada fez para segurar, e muito menos reduzir, os gastos públicos.

Como se sabe, a gastança desenfreada dos governos petistas é apontada pela maioria dos especialistas como a mais rotunda causa da volta da inflação.

Nesse caso, a verdadeira e real intenção de Dilma Rousseff com a desoneração de alimentos não é aliviar a vida dos consumidores da cesta básica, mas sim de improvisar um reforço no combate à inflação.

Com relação ao conteúdo da medida, o Governo se apropriou de uma matéria aprovada pelo Congresso Nacional, há pouco mais de 6 meses, e agora a lança como iniciativa própria por meio de uma escancarada propaganda eleitoral.

Trata-se de mais uma afronta ao Congresso Nacional e também de um insulto à inteligência e memória dos brasileiros.

Para que um comunicado em rede nacional de televisão, se não para atribuir ao Governo a autoria da medida antes aprovada pelo Congresso Nacional?

Para que editar uma medida provisória isentando de impostos os produtos da cesta básica, se para fazê-lo bastaria derrubar o veto à emenda aprovada pelo Congresso?

A resposta está na declaração de Dilma Rousseff em comício de que participou este mês em João Pessoa, no Estado da Paraíba: *“Podemos fazer o diabo na hora da eleição”*, disse a Presidente, misturando, de forma diabólica, como de hábito, o interesse público com o *marketing* eleitoreiro que agora domina sua agenda.

Muito obrigado.



**O SR. JOÃO ANANIAS** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lido este pronunciamento em que destaco os 10 anos da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual do Ceará. É motivo de satisfação esse curso de Medicina da UFC, um dos melhores do Brasil, que inclusive tirou nota 5 no ENAD, em 2011, e ficou em 13º lugar no Brasil, em terceiro no Nordeste e em primeiro, no Ceará.

Portanto, é um curso extremamente importante, que tem um papel absolutamente destacado na saúde do Estado do Ceará, na formação de profissionais médicos.

Eu quero parabenizar todos os professores, estudantes, funcionários, a Dra. Gláucia Posso, Diretora do Centro de Saúde, e o Magnífico Reitor, nosso querido Prof. Jackson, por todo esse desempenho.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, completará 10 anos, em 25 de março deste ano, o curso de Medicina da UECE (Universidade Estadual do Ceará). É motivo de muita satisfação para nós, cearenses, pelos grandes serviços prestados ao nosso Estado em tão pouco tempo, já tendo formado cinco turmas de 40 médicos, a primeira em janeiro de 2009.

Por toda esta semana acontecerão muitos eventos comemorativos: dia 20, em homenagem ao corpo docente; dia 21, na Assembleia Legislativa do Ceará, teremos uma sessão solene, destacando estes 10 anos de muito êxito. Na última avaliação, teve nota 5 no ENADE, colocando a UECE na 13ª posição entre todas as



faculdades de Medicina do Brasil, em terceira posição no Nordeste e em primeira, no Ceará. Mostra com isso a qualidade desse curso, reforçando seu papel estratégico para a saúde pública em nosso Estado.

Continuo defendendo que a UECE possa contar com um hospital com o perfil de ensino, pesquisa e assistência. Cheguei a propor que o chamado “Hospital da Copa” fosse construído no imenso terreno existente no *campus* da Universidade Estadual. Atenderia as demandas do Castelão e de importantes áreas da cidade de Fortaleza, hoje com dificuldades de acesso à assistência à saúde, além de premiar a pesquisa e o ensino da UECE.

Finalizo minha fala parabenizando todos os professores da Universidade Estadual do Ceará, extensivo aos estudantes, funcionários, à atual Diretora do Centro de Saúde, Dra. Gláucia Posso, e finalmente ao Magnífico Reitor, Prof. Jackson Sampaio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão da Ministra Cármen Lúcia, do STF, suspendendo liminarmente a lei que determina uma distribuição mais justa dos *royalties* do petróleo, desrespeita e desmoraliza o Congresso Nacional. Depois de ampla e demorada discussão, com trâmite pelas Comissões, onde a constitucionalidade da proposta foi confirmada depois que o Congresso Nacional, de forma incomum, derrubou um veto da Presidente Dilma, por farta maioria, a referida Ministra, ouvindo apenas o Estado do Rio de Janeiro, suspende uma decisão democrática e justa do Parlamento brasileiro.

Sou Deputado de primeiro mandato nesta Casa, nunca fiz negócios ou aviltei minha consciência para aqui chegar, sempre movido pelo sentimento de justiça,



princípio que me norteia e ao meu partido o PCdoB, eleito por um Estado pobre do Nordeste brasileiro. Como as Sras. e os Srs. Deputados imaginam que estou me sentindo depois de vários pronunciamentos desta tribuna, inúmeras reuniões, legítimas pressões sofridas por parte da sociedade, para que pudéssemos corrigir a crônica desigualdade que nos castigou sempre e contraditoriamente privilegiou o Rio e poucos outros Estados da nossa tão desigual Federação?

Naquela memorável e tensa sessão do Congresso Nacional, dia 6 de março, todo o debate se exauriu após a democrática decisão que expressou, pela gigantesca diferença, o sentimento da grande maioria dos Estados brasileiros e de seu povo, representados pelos Senadores e Deputados. Todos os argumentos em defesa do *status quo* foram colocados e cansativamente repetidos, porém não foram aceitos. As teses, algumas delas mirabolantes, defendidas pelos aguerridos defensores dos privilégios para tão poucos Estados, foram fragorosamente derrotadas. Completou-se naquele dia o processo de tramitação dessa matéria no Parlamento, o Poder Legislativo. A Presidente Dilma promulga, e aí mais uma vez entra em cena o Supremo Tribunal Federal que, como da outra vez, com o Ministro Luiz Fux, desta com a Ministra Cármen Lúcia, atropela a decisão soberana do Congresso Nacional. Sem sequer ouvir a outra parte, bem maior numericamente e respaldada em tantos pareceres, autoritariamente decide, sozinha, suspender a decisão de muitos.

Lamento agora como nordestino, ex-Prefeito de um Município muito pobre do Ceará, Santana do Acaraú, como ex-Secretário de Saúde do meu Estado e por duas vezes Deputado Estadual, eleito pela confiança do povo expressa através do voto. Que por todo esse tempo ouvi reivindicações, as mais justas, mas que não foram



atendidas por prefeitos, governadores e presidentes, por não terem os meios necessários. Por sermos de um Estado pobre, as desigualdades inter-regionais no Brasil são inquestionáveis e não existem desde o nosso descobrimento. Foram acontecendo e se agravando pela má repartição dos investimentos e das riquezas do nosso País. A indústria automobilista, a siderurgia no Rio fez ou não fez diferença? Os *royalties* do petróleo também fizeram do Rio um Estado mais rico ou não? Claro que eles não querem largar esses privilégios, arvoram-se até de “Estados produtores” quando quem produz é a maior empresa brasileira, a PETROBRAS. Se o “petróleo é nosso”, vamos dividir melhor seus dividendos para que nosso Brasil seja mais justo.

Apelo ao Supremo Tribunal Federal para que, definitivamente e o mais rápido possível, aprecie o mérito dessa questão, em respeito à decisão democrática do Congresso Nacional, para que a razão e a justiça prevaleçam sobre os interesses.

Era só, Sr. Presidente. Solicito que meus pronunciamentos sejam divulgados nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.



**O SR. MANATO** (PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar que hoje é um dia muito importante para o Município da Serra, onde temos nosso amigo, o Prefeito Audifax. Às 16 horas, o Governador do Estado, Renato Casagrande, vai estar no Bairro de Nova Almeida e também num bairro do Município vizinho Praia Grande, em Fundão, para dar ordem de serviço de um grande tratamento de água e captação.

Sr. Presidente, essa região é de balneário. Na época do verão, fica faltando muita água. E, numa sensibilidade muito grande, o Governador do Estado vai lá dar essa ordem de serviço, um investimento de mais de 10 milhões de reais. Também, às 19 horas, o Governador vai estar em Serra Dourada 3, junto com o Prefeito Municipal, para dar ordem de serviço da construção do Campo Bom de Bola II.

Muito obrigado, Presidente.



**O SR. ARTUR BRUNO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *O Povo*, do Estado do Ceará, traz hoje, em manchete, que, segundo o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Ceará, 10% do nosso rebanho bovino já se encontra dizimado. Isso é extremamente grave, porque significa algo em torno de 400 mil cabeças de gado.

O Presidente da Federação da Agricultura propõe que os perímetros irrigados do Ceará sejam utilizados na plantação de sorgo e capim para a alimentação do gado. Mas, para isso, é preciso que haja apoio do DNOCS e evidentemente do Governo Federal.

Portanto, nós pedimos à Presidenta Dilma e ao DNOCS que contribuam para a manutenção do nosso rebanho nessa situação tão grave de seca.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende. S.Exa. tem 1 minuto. Depois, Deputados Eliene Lima e José Genoíno.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço aqui mais uma vez uma relação já que a saúde pública nos Estados, nos Municípios e no País como um todo é a principal preocupação da nossa gente.

Estou fazendo uma retrospectiva das várias ações que o nosso mandato tem proporcionado para tentarmos melhorar a saúde pública na cidade de Dourados, onde eu moro, vivo e represento aqui. Listo as nove unidades de saúde a serem iniciadas e as cinco que foram inauguradas agora, dia 8 de março. O novo Hospital da Mulher e da Criança será construído e acoplado ao Hospital Universitário da UFGD, além de outras ações que possibilitarão uma melhoria substancial na saúde pública na nossa cidade. Faço também uma retrospectiva...

*(O microfone é desligado.)*

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o número de mortes no trânsito caiu 25% nos primeiros 3 dias de carnaval se comparado ao mesmo período do ano passado. Em todo o País foram 97 acidentes fatais, enquanto no ano passado foram registrados 130. Outros números decrescentes na mesma comparação foram: queda de 2,6% nos acidentes e 15,7% a menos de feridos.

Certamente as campanhas publicitárias, principalmente no rádio e na televisão, que se concentraram nas oito capitais com o trânsito mais violento, contribuíram para essa diminuição. Porém, as novas regras da Lei Seca, que



entraram em vigor no dia 21 de dezembro do ano passado, foram fatores determinantes para o início dessa reeducação. A partir dessa data, a multa passou de R\$ 957,95 para R\$ 1.915,30 para quem ingeriu qualquer quantidade de álcool, como também a prova da utilização de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas não depender mais apenas do bafômetro. Agora, testemunhas, fotos, vídeos provam a inaptidão de um motorista alterado.

A nova lei determina também que o envolvido em acidentes de trânsito seja submetido a testes clínicos, perícias e procedimentos técnicos e científicos para detectar a presença de álcool no organismo. Identificada a presença de bebidas alcoólicas, a carteira do motorista e os documentos do veículo são recolhidos.

Para o motorista que reincidir no crime no prazo de 1 ano, a multa dobra, atingindo o valor de R\$ 3.830,60. Infelizmente a conscientização apenas acontece por meio do prejuízo financeiro. Enquanto isso uma das maiores causas de morte no Brasil é o trânsito. Somente em 2010, 42.844 pessoas perderam a vida no trânsito; em 2011, foram 155 mil internações no Sistema Único de Saúde oriundas de acidentes no trânsito. Apenas com os acidentados foram gastos R\$ 200 milhões, isso sem contar o atendimento no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU, nem em Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, muito menos os valores gastos com exames, consultas, fisioterapia e reabilitações.

Ainda são resultados embrionários, mas comemoro a iniciativa de endurecer a Lei Seca que nasceu nesta Casa, como ressonância de uma demanda social. No ano de 2011, presidi a Comissão Especial destinada a estudar o aumento do consumo de álcool no Brasil. Foi debatendo nos Estados, aqui na Comissão e com especialistas que chegamos à conclusão de que deveríamos aumentar a multa e



garantir outras formas de provar a embriaguez de motoristas. Proposições sancionadas pelo Poder Executivo. Ainda temos de avançar, até comemorarmos um carnaval sem mortes no trânsito, sem exageros e com muita alegria.

Muito obrigado pela atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais que falar, o representante político tem que agir. A saúde pública é a principal reclamação da população brasileira, e em Dourados, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, não é diferente. Porém, antes de criticar, temos de apontar caminhos e conquistar recursos para dotar de infraestrutura minha cidade.

Nos últimos anos, conquistamos R\$ 25 milhões para 39 obras na área da saúde, que estão melhorando e ainda vão melhorar a qualidade do atendimento, proporcionando mais conforto, dinamismo, proximidade para a população douradense. Dessas ações, seis obras já foram concluídas, quatro estão em fase de execução, nove a serem iniciadas e 20 em fase de análise. O importante é que para todas essas edificações os recursos já estão garantidos, seja por meio de emenda individual, seja através de recursos de programação do Ministério da Saúde, destinados a Dourados depois de muita gestão política.

Das obras já concluídas estão cinco postos de saúde localizados nos Bairros Altos da Monte Alegre, Campo Dourado, Jardim Oliveira, todos esses significando um investimento de R\$ 323 mil cada um. Já no Altos do Indaiá e Vila Industrial o investimento é de R\$ 400 mil.

As unidades fazem parte do pacote de 14 novas unidades básicas de saúde de Dourados, viabilizadas por meio de nosso trabalho e que estão sendo entregues



de forma gradativa. Também está concluída a construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Bairro Terra Roxa e que levará atendimento 24 horas para a população. Essa obra recebeu um investimento de R\$ 2,6 milhões.

Outras quatro obras estão em fase de execução e poderão ser entregues ainda este ano. São elas, a Unidade Básica de Saúde do Jardim Guaicurus, no valor de R\$ 323 mil, a Clínica da Mulher, no Jardim Água Boa, um investimento de R\$ 901 mil e as duas academias de saúde que estão sendo construídas no Parque Antenor Martins e no Parque Primo Fioravante, no Parque Ambiental do Córrego Rego D'Água, cada uma com investimento de R\$ 180 mil. Essas são parte do pacote de 10 academias de saúde garantidas com recursos viabilizados como fruto de nosso mandato. Oito das construções desses equipamentos devem ser iniciadas assim que a Prefeitura resolver pendências burocráticas do projeto. Elas serão construídas nos Bairros Jardim Independência, Santa Brígida, Praça do Izidro Pedroso, Jardim Santa Maria, Distrito de Itahum, Indápolis, Parque das Nações I e Vila Vargas.

Outra ação que está em fase de início de obras é o Instituto da Mulher e da Criança, um novo e moderno hospital que será construído em anexo ao Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados. Para essa obra, conquistamos R\$ 12,9 milhões em investimentos, com contrapartida de R\$ 5 milhões da UFGD.

Existem também mais 20 obras que estão com recursos garantidos e empenhados, faltando a aprovação dos projetos do Executivo. Desses, seis são construções de novas Unidades Básicas de Saúde nos seguintes bairros: Monte Carlo, Jardim Marília, Estrela Verá, com investimentos de R\$ 200 mil cada uma, e Jardim dos Estados e Parque das Nações I com investimento de R\$ 400 mil. Nesse



pacote também está a reforma e ampliação do Hospital da Vida com um custo R\$ 2 milhões. A obra depende da regularidade da área de posse do Estado.

Estão com recursos garantidos nove ampliações de postos de saúde nos seguintes bairros: Vila Cachoeirinha, R\$ 51 mil; Vila Rosa, R\$ 318 mil; Distrito de Indápolis, R\$ 144 mil; Jóquei Clube, R\$ 51 mil; Novo Horizonte, R\$ 89 mil; Jardim Carisma, R\$ 111 mil; Jardim Maracanã R\$ 74 mil; Parque Bem-Te-Vi, R\$ 118 mil; e Distrito de Panambi, R\$ 53 mil.

São obras e ações que quando concluídas vão atender a um planejamento estratégico de modelo de gestão para a saúde em Dourados, que aproxima os primeiros atendimentos dos bairros e das famílias por meio das Unidades Básicas de Saúde, que diminui filas e acelera a realização de exames por meio de hospitais, que ofereça mais especialistas e, principalmente, ofertando aos douradenses mais carinho no momento quando as pessoas mais necessitam, quando buscam saúde.

Muito obrigado pela atenção.



**O SR. ELIENE LIMA** (PSD-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhei, na terça-feira, pela manhã, uma comissão de fiscalização das obras da Copa do Mundo em Cuiabá, Comissão da Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado J. Barreto.

Na ocasião, estavam presentes o Presidente da Assembleia, o Deputado Riva, o Líder do Governo, Deputado Romoaldo Júnior, o Deputado Português, o Deputado Emanuel Pinheiro, o Deputado Wagner Ramos, e pudemos constatar que, embora estejam em função das chuvas, da demora do início das obras, depois do anúncio da sede da Copa em Cuiabá, temos uma expectativa de entrega das obras em tempo hábil.

Então quero dizer que a mídia nacional, televisada, falada e escrita, tem colocado a preocupação com o andamento das obras da Copa do Mundo em Cuiabá. E pudemos constatar *in loco* que há condição, sim, de em dezembro a maioria das obras estarem realizadas.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz uma visita nesta terça-feira às obras de mobilidade urbana e Arena Pantanal, em Cuiabá, todas para a Copa do Mundo 2014. Estive junto com outros Deputados Estaduais, jornalistas da Assembleia Legislativa e de meios de comunicação da capital que também estavam na comitiva.



Quero aqui elogiar o compromisso firmado pelo Secretário da Copa, Maurício Guimarães, em garantir que o ritmo de trabalho será acelerado para garantir a entrega das construções em tempo hábil.

Sei que as obras demoraram a acontecer, logo depois que Cuiabá foi anunciada como uma das sedes de partidas pela Copa do Mundo de Futebol, em 2014, mas ninguém quer ver obra entregue após a Copa, muito menos o Governo do Estado.

A visita começou às 9 horas, na ponte dos Eucaliptos, que vai ligar as Avenidas Arquimedes Pereira Lima e Fernando Corrêa, uma importante via que vai desafogar o trânsito em ambas as avenidas. A obra, orçada em R\$ 5,6 milhões, tem 130 metros de extensão por 10,5 metros de largura e deve ficar pronta na segunda quinzena de abril.

Em seguida, a comitiva liderada pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento da Copa, Deputado J. Barreto, esteve no Complexo Viário do Tijucal, que é composto por trincheira, viaduto e passagem de nível. A extensão total é de 740 metros e orçada em R\$ 30,1 milhões.

É no Complexo Viário do Tijucal que começa um dos eixos do VLT (Veículo Leve sobre Trilho) ou metrô de superfície, que ligará a região do Coxipó ao centro de Cuiabá. Outro VLT ligará a região da Grande Morada da Serra ao Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande.

Depois, a comitiva esteve no viaduto da UFMT, que estava recebendo vigas de concreto. Essa obra será de dupla utilidade. Por lá passarão carros, ônibus e uma pista somente para o metrô de superfície e vai desafogar o trânsito em ao menos cinco bairros.



Na sequência, fomos às trincheiras das Avenidas Miguel Sutil, Gonçalo Antunes de Barros (Jurumirim) e Dante de Oliveira (Trabalhadores).

O viaduto do Despraiado, que terá 325 metros de extensão e orçado em R\$ 18,9 milhões, é o que está com as obras mais adiantadas e a previsão de entrega é em maio deste ano. Essa intervenção na Avenida Miguel Sutil é importante para tornar o trânsito mais ágil e acabar de vez com congestionamentos na antiga rotatória do Despraiado.

Sr. Presidente, a Arena Pantanal, orçada em R\$ 519 milhões, foi a última obra visitada pela comitiva. O estádio, que terá capacidade para 44.336 pessoas, atingiu 62% da execução, conforme informações da Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA). O prazo de conclusão está previsto para outubro.

Fizeram parte dessa inspeção o Presidente da Assembleia Legislativa, José Riva (PSD), os Deputados Ailton Português (também do PSD), J. Barreto (PR), Wagner Ramos (também do PR), Alexandre César (PT), Emanuel Pinheiro (PR), Nininho (PR), Romualdo Júnior (PMDB), Luiz Marinho (PTB), Pedro Satélite (PSD) e este Parlamentar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Esse foi um ato grego para comemorar o aniversário do Deputado mais querido desta Casa, que hoje está aniversariando, Mauro Benevides. (*Palmas.*) Todos nós temos apreço e carinho pelo Deputado, e temos também o prazer de conviver com essa memória viva da história política brasileira.

Parabéns, em nome de todos os colegas, tenho certeza, ao Deputado Mauro Benevides.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Com a palavra o Deputado José Genoíno. V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar aqui meu apoio à decisão tomada pelo Conselho Federal de Medicina e por 27 Conselhos Regionais de Medicina. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais aprovaram, por ampla maioria, uma posição que sempre defendi nesta Casa: o direito de a mulher interromper a gravidez até a 12ª semana de gestação.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a transcrição de nota do Conselho Federal de Medicina nos Anais da Câmara dos Deputados.

Claro, não foi uma decisão por unanimidade, mas da maioria dos membros dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal. Essa nota será enviada ao Congresso Nacional, particularmente ao Senado, que está apreciando o Projeto de Lei nº 236, de 2012.

É muito importante que esse debate se realize. Por isso peço a transcrição da nota.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Solicito a transcrição da nota e a ampla divulgação do pronunciamento, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

#### NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Conselhos de Medicina se posicionam a favor da autonomia da mulher em caso de interrupção da gestação



Com base em aspectos éticos, epidemiológicos, sociais e jurídicos, as entidades defendem a manutenção do aborto como crime, mas acham que a lei deve rever o rol de situações onde há exclusão de ilicitude

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e os 27 conselhos regionais de medicina (CRMs) deliberaram, por maioria, posicionamento das entidades componentes deste sistema, que representa 400 mil médicos brasileiros, com respeito à ampliação dos excludentes de ilicitudes penais em caso de interrupção da gestação. *“É importante frisar que não se decidiu serem os Conselhos de Medicina favoráveis ao aborto, mas, sim, à autonomia da mulher e do médico. Neste sentido, as entidades médicas concordam com a proposta ainda em análise no âmbito do Congresso Nacional”*, esclareceu o presidente do CFM, Roberto Luiz d’Avila. Segundo ele, os Conselhos de Medicina são contrários ao aborto, que continua a ser crime.

Diante do exposto, o CFM e os 27 CRMs expressam o entendimento alcançado, ressaltando que entendimentos distintos devem ser respeitados, como se espera num Estado Democrático de Direito. Espera-se, dessa forma, contribuir para o avanço desse debate no âmbito do Congresso, de forma específica, e na sociedade, sempre com a preocupação de qualificar o exercício da Medicina e melhorar a qualidade da assistência em saúde oferecida aos brasileiros.

Este tema está sendo tratado no âmbito da Reforma do Código Penal Brasileiro (PLS 236/2012), atualmente em tramitação no Congresso Nacional. A decisão dos Conselhos de Medicina foi tomada por meio dos representantes das entidades que participaram do I Encontro Nacional de Conselhos de Medicina 2013, realizado de 6 a 8 de março, em Belém (PA). As conclusões serão encaminhadas oportunamente à Comissão do Senado responsável pela elaboração do projeto.

Pelo entendimento dos Conselhos, com a aprovação dos pontos propostos pela Reforma do Código Penal não haverá a chamada descriminalização do aborto. O que serão criadas são “causas excludentes de ilicitude”. Ou seja, somente nas situações previstas no projeto em tramitação no Congresso a interrupção da gestação não configurará crime. Atos praticados fora desse escopo deverão ser penalizados.



Por maioria, os Conselhos de Medicina concordaram que a Reforma do Código Penal, que ainda aguarda votação, deve afastar a ilicitude da interrupção da gestação em uma das seguintes situações: a) quando “houver risco à vida ou à saúde da gestante”; b) se “a gravidez resultar de violação da dignidade sexual, ou do emprego não consentido de técnica de reprodução assistida”; c) se for “comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida independente, em ambos os casos atestado por dois médicos”; e d) se “por vontade da gestante até a 12ª semana da gestação”.

Debate - Para chegar a este posicionamento, os Conselhos de Medicina se debruçaram sobre o tema durante vários meses. Foram ouvidos representantes de diferentes segmentos e analisados inúmeros estudos e contribuições. Aspectos éticos e bioéticos; epidemiológicos e de saúde pública; sociais; e jurídicos foram avaliados. Representantes de grupos religiosos também foram chamados a colaborar, apresentando seu ponto de vista. Este conjunto de contribuições levou ao posicionamento adotado.

Do ponto de vista ético, entendeu-se, por maioria, que os atuais limites excludentes da ilicitude do aborto previstos no Código Penal de 1940, os quais vêm sendo respeitados pelas entidades médicas, são incoerentes com compromissos humanísticos e humanitários, paradoxais à responsabilidade social e aos tratados internacionais subscritos pelo governo brasileiro.

Para os Conselhos, a rigidez dos princípios não deve ir de encontro às suas finalidades. Neste sentido, deve-se ter em mente que a proteção ao ser humano se destaca como apriorístico objetivos moral e ético. Tais parâmetros não podem ser definidos a contento sem o auxílio dos princípios da autonomia, que enseja reverência à pessoa, por suas opiniões e crenças; da beneficência, no sentido de não causar dano, extremar os benefícios e minimizar os riscos; da não maleficência; e da justiça ou imparcialidade, na distribuição dos riscos e benefícios, primando-se pela equidade.

Com relação aos aspectos epidemiológicos e de saúde pública, concluiu-se que a prática de abortos não seguros (realizados por pessoas sem treinamento, com o emprego de equipamentos perigosos ou em instituições sem higiene) tem forte impacto sobre a Saúde Pública. No Brasil, o abortamento é uma importante causa



de mortalidade materna no país, sendo evitável em 92% dos casos. Além disso, as complicações causadas por este tipo de procedimento realizado de forma insegura representam a terceira causa de ocupação dos leitos obstétricos no Brasil. Em 2001, houve 243 mil internações na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) por curetagens pós-abortamento.

No campo social, levou-se em consideração as estatísticas de morbidade e mortalidade da mulher em decorrência de práticas inseguras na interrupção da gestação são ainda maiores devido à dificuldade de acesso à assistência adequada, especialmente da parcela menos favorecida da população. Na avaliação dos Conselhos, esse aspecto agrega a dimensão social ao problema, que lança no limbo um segmento importante de mulheres que acabam perdendo a vida ou comprometendo sua saúde por conta de práticas sem o menor cuidado.

Finalmente, na esfera jurídica, entende-se que a proposta de alteração do Código Penal estabelecida no PLS 236/2012 - NÃO IRÁ DESCRIMINALIZAR O ABORTO. A conclusão dos Conselhos de Medicina é de que com a aprovação desse projeto o crime de aborto continuará a existir, apenas serão criadas outras causas excludentes de ilicitude. Ou seja. Portanto, somente nas situações previstas no projeto em tramitação no Congresso que a interrupção da gestação não configurará crime.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá. V.Exa. tem 1 minuto.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário vai titular para grileiros, na Gleba Iquiri, Município de Lábrea, sul do Amazonas, os lotes de onde os pistoleiros expulsaram famílias e onde assassinaram lideranças. Está prevista a entrega dos títulos entre os dias 20 e 23 de março.

Oficiei denúncia ao MDA, ao INCRA e à Ouvidoria Agrária e pedi providências. A empresa contratada pelo Programa Terra Legal, que fez o georeferenciamento, foi acompanhada por grupos armados de pistoleiros e grileiros, em vez dos agricultores, conforme acordo firmado com a coordenação nacional e estadual do Terra Legal.

A denúncia foi feita a jornalistas e lideranças, na presença do Procurador do Ministério Público Federal Alexandre Senra, pelo coordenador do Terra Legal no Amazonas, Luiz Antônio, no lançamento do Relatório da Violência no Campo...

*(O microfone é desligado.)*



**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas, é uma alegria chegar aqui e encontrar V.Exas. com toda esta felicidade, já que saímos daqui quase 2 horas da manhã.

Mas eu quero aqui que V.Exas. façam uma reflexão com relação à Liderança de três Deputados. Um é Líder num momento, depois passa a Liderança para outro, fala não sei o quê, fala o que não quer, ouve também o que não quer.

Eu quero questionar aqui a Liderança do PSOL. Eu vou fazer um estudo para mostrar que esse negócio aqui não é para valer. Eles só têm três Deputados, mas querem mandar em tudo, querem obstruir a Casa, não respeitam ninguém! Eu vou entrar com um questionamento por conta desta "Liderança", entre aspas.

Que me perdoem aqueles, mas eu quero dizer para o PSOL: *"Olha, PSOL, você não tem condição de ser líder de nada. Vai ficar exatamente nos nanicos"*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (PSDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu cheguei a esta Casa há pouco. Eu sabia que esta era uma Casa de contrapontos, troca de ideias e confrontos; eu só não sabia que esta Casa era capaz de trancar a pauta por um motivo tão fútil.

Então, eu quero registrar aqui a minha tristeza e o meu lamento em ver o egoísmo se sobrepor ao coletivo.

Ontem, o que eu presenciei aqui não é uma coisa que eu possa chegar ao meu Estado e contar. Digo mais: não é uma coisa digna sequer da Câmara de Vereadores da qual participei. Trancar a pauta por motivo fútil é coisa que a gente tem que repudiar, Presidente.



**O SR. JESUS RODRIGUES** (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho trabalhado nesta Casa em parceria com o Governo do Partido dos Trabalhadores, do qual também faço parte, para que as linhas de crédito para estiagem fossem prorrogadas, para que nós pudéssemos manter as políticas de apoio ao nosso povo do Nordeste que vive abalado com a estiagem de 2012.

Agora, neste momento, venho propor mais uma prorrogação ao Governo. A Medida Provisória nº 589, de 2012, estabelece o prazo de reconhecimento de dívidas até o dia 29 de março. Considero esse um prazo muito curto, muito exíguo, e nós precisamos dar tempo às Prefeituras para se comporem e também comporem suas equipes para poderem, nesse caso, com um prazo maior, cumprir o que determina a Medida Provisória nº 589.



**O SR. EDINHO ARAÚJO** (PMDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de fazer alguns registros nestes segundos que temos nesta tribuna.

Primeiro, para cumprimentar o Presidente Henrique Eduardo Alves pela Comissão Geral realizada aqui na última terça-feira, dia 19, quando debatemos esse tema tão relevante: a segurança pública e violência no trânsito.

Nós temos um projeto tramitando na Comissão de Viação e Transportes que trata exatamente da velocidade média aferida entre dois pontos determinados de uma rodovia.

Precisamos adotar uma série de medidas. Cabe a este Poder Legislativo instrumentalizar o Executivo para que possamos enfrentar essa grande tragédia que se dá no nosso País. São 40 mil mortos por ano.

Portanto, cumprimento o Presidente e toda esta Casa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para registrar rapidamente alguns assuntos relevantes. Quero parabenizar o nosso Presidente Henrique Eduardo Alves pela Comissão Geral, realizada dia 19 de março, que discutiu segurança e violência. O debate contribuirá para enfrentarmos o crescimento inaceitável dos níveis de violência.

Nesse encontro, a Polícia Rodoviária Federal confirmou uma queda no número de acidentes após a vigência da Lei Seca, matéria que tive a honra de relatar nesta Casa.



Nessa linha de defesa de um trânsito mais seguro apresentei, nesta Casa, um projeto de lei que institui a fiscalização nas estradas pela velocidade média, aferida entre dois pontos determinados de uma rodovia.

Quero registrar também que o PMDB de São Paulo, por seu Presidente, Deputado Estadual Baleia Rossi, hipoteca total apoio ao Projeto de Lei nº 4.470, de 2012, de minha autoria, que só permite liberar tempo de TV e fundo partidário às novas siglas após elas se submeterem à primeira eleição.

Também registro a importância do Dia Mundial da Água, que se comemora em 22 de março, sexta-feira. E, por fim, quero cumprimentar o SESI — Serviço Social da Indústria, na pessoa do companheiro Paulo Skaf, pela forte expansão de sua rede de ensino. Até o final do ano serão 50 novas unidades da escola SESI, com seu ensino de excelência, e mais 20 unidades do SENAI.

Peço a V.Exa. que dê como lido meu pronunciamento e encaminhe o inteiro teor aos veículos de comunicação da Casa.



**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para falar, em 1 minuto, sobre a seca do Nordeste. Na verdade, a seca continua assolando toda a região nordestina. E, infelizmente, vemos o Governo Federal com timidez para enfrentar realmente essa situação.

O povo sofre enormemente. O milho, de que tanto se falou em todas as reuniões, que ele iria abastecer os pequenos produtores rurais a um preço de 18 reais, desse, ninguém conhece nem a cor. Os financiamentos não existem. Os pequenos agricultores chegam ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil e voltam com as mãos abanando.

Na verdade, Sr. Presidente, a situação é caótica.



**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Eu vou passar a Presidência para o Deputado João Ananias. Vamos terminar. Só faltam quatro Parlamentares com o tempo de 1 minuto — ao todo, 4 minutos.

Fiz uma permuta com a Deputada Jandira Feghali, porque eu vou sair. Farei uso da palavra e sairei para uma audiência pública.

Deputado João Ananias, por favor, assumo.

*O Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ananias, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, pelo prazo de 1 minuto.

**O SR. AMAURI TEIXEIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reanunciar aqui, e inclusive convidá-lo, porque V.Exa. é uma das pessoas que têm interesse nessa matéria, que vamos participar de uma audiência pública agora, no Plenário 7, para discutir a estratégia de alocação de mão de obra especializada em localidade distante.

Sabemos que em Estados como Ceará, Bahia, Goiás e Minas Gerais os médios Municípios não têm mão de obra especializada para fazer cirurgias, para fazer procedimentos de média e alta complexidade.

Na Bahia, instituímos um programa chamado Saúde em Movimento. Foram feitas mais de 200 mil cirurgias, 200 mil procedimentos e mais de 70 mil cirurgias oftalmológicas.

Convido todos para assistirem agora a esta audiência pública que está sendo realizada no Plenário 7.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Muito bem, Deputado Amauri Teixeira. Mais tarde estaremos na audiência.



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, assumi a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa no último dia 6 de março.

Os primeiros trabalhos legislativos foram muito importantes. Todo o colegiado aprovou 18 requerimentos de iniciativas diversas, inclusive a implantação de novas Subcomissões de assuntos importantíssimos. Uma delas, por exemplo, trata do mau funcionamento das operadoras de telefonia móvel deste País.

Também quero dizer que nós estamos à disposição dos colegas Parlamentares.

Tenho muito orgulho, porque nessa Comissão tratamos de assuntos de relevância. Estamos fazendo parceria com o Tribunal de Contas da União e também com os técnicos desta Casa.

Quero aproveitar para me colocar, na qualidade de Presidente da Comissão, à disposição de todos os colegas, porque juntos haveremos de recuperar ainda mais a imagem desta Casa.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, eleito no último dia 6 de março, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre os primeiros trabalhos desenvolvidos à frente dessa Comissão.



Assumi o cargo de Presidente nesta Sessão Legislativa nesse importante colegiado responsável pela fiscalização do gasto de recursos públicos federais aplicados por órgãos e entidades e pela tomada de contas da Presidência da República, nos termos do Regimento, entre outros.

Nosso trabalho junto com os demais membros da Comissão é o de melhorar ainda mais a atuação da CFFC.

Na última quarta-feira, dia 13 de março, foi aprovado, por unanimidade e com manifestações favoráveis, o Requerimento nº 405, de 2013, de minha autoria, o qual solicita uma audiência pública com a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e as empresas operadoras de telefonia.

O grande volume de reclamações dos usuários nos motivou a cobrar uma explicação pública das empresas sobre a questão dos serviços e investimentos para melhorias.

Estamos cansados de conviver com os péssimos serviços das operadoras. Só para citar um exemplo, uma das empresas convocadas fez uma promoção que teve procura altíssima. Porém, a empresa não estava preparada para atender tamanha demanda e muitos clientes sentiram-se ludibriados.

Serão convidadas as empresas Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Net e Telemar. O Tribunal de Contas da União também deve participar desse debate.

Como o assunto se tornou um problema para os brasileiros, vamos recriar a Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil.

Na ocasião, o Plenário da Comissão aprovou os Requerimentos nº 406, 407 e 408, todos de 2013.



Os referidos requerimentos, de autoria deste Deputado Federal, na qualidade de Presidente da Comissão, tratam dos seguintes temas:

- convite ao Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para, em audiência pública, expor as metas da sua Pasta para 2013;

- realização de audiência pública com o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; com representantes do Consórcio Camargo Corrêa-Artepa-M.Martins-Construbase, responsável por obras na BR-101, trecho sul catarinense; o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado de Santa Catarina (SINTRAPAV); e o Tribunal de Contas da União — TCU para debater os problemas que levaram à greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, em Laguna, Santa Catarina;

- convite ao Ministério do Turismo para, em audiência pública, demonstrar ao colegiado da CFFC o funcionamento do Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

Encerro dizendo que é com muito orgulho que presido essa Comissão e que vamos trabalhar muito, agindo com responsabilidade para garantir uma atuação cada vez melhor da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Era o que tinha a dizer.



**A SRA. NILDA GONDIM** (PMDB-PB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado João Ananias, eu estou impressionada, preocupada — muito preocupada — e também indignada com tanta violência contra a mulher.

Em pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos em 2012, entre os 84 países, o Brasil figura como o sétimo com maior incidência de crimes contra a mulher. Minhas amigas e colegas Deputadas, meus colegas Deputados, a incidência, a crueldade, a maldade e a discriminação contra a mulher no País alcançaram números inacreditáveis. Em 30 anos foram assassinadas 92 mil mulheres no País.

O Conselho Nacional de Justiça confirmou que há 677 mil processos judiciais relativos à violência contra a mulher. Seiscentos e setenta e sete mil, de 2006 a 2011.

Então, Sr. Presidente, fica o registro da nossa indignação e do nosso manifesto contra toda essa crueldade, toda essa maldade. É preciso que os Governos Federal, Estaduais e Municipais e a sociedade civil organizada lutem para dar um basta à violência contra as mulheres.

Obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. JOSÉ AIRTON** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho aqui fazer um apelo em relação ao drama que nós estamos vivendo em função da seca.

Acabei de receber agora o Superintendente da CONAB do Ceará, Agenor Pereira, que nos relatou as dificuldades.

Hoje, cerca de 50 mil produtores, agricultores familiares precisam da ajuda da CONAB com relação ao milho. Deveriam ser distribuídas, em média, 38 mil toneladas por mês, mas, até agora, durante este ano, eles só receberam cerca de 30 mil toneladas. Há um déficit enorme. Estão previstas cerca de 28 mil toneladas para o Ceará, o que não vai atender às necessidades desses agricultores, sem falar dos médios e grandes produtores.

Por isso, fazemos um apelo dramático para que o milho chegue, a fim de atender as necessidades dos nossos agricultores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**A SRA. ROSANE FERREIRA** (Bloco/PV-PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, entre os dias 4 e 8, eu participei, juntamente com outros Parlamentares, de uma missão oficial à Antártica, onde visitei a nossa Estação Comandante Ferraz.

Essa viagem revigorou o meu orgulho de ser brasileira. Vi o Brasil fazendo o seu papel, convivendo harmonicamente com outras 27 nações, com um único objetivo: ações para o progresso da ciência. Isso é motivo de orgulho para todos nós.

Conheci um pouco mais da nossa Marinha, outra razão de orgulho para cada brasileiro e cada brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, quero dar como lido meu pronunciamento com relação a essa viagem.

Muito obrigada.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Antártica é um continente de 14 milhões de quilômetros quadrados, equivalente à área dos territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia. A região possui a maior camada de gelo do mundo, representando cerca de 70% de toda a água doce do planeta, e as condições propícias para empreender estudos avançados na compreensão de fenômenos atmosféricos.

Graças ao Tratado da Antártica, assinado em 1959, os países que reivindicaram o domínio sobre parte de suas terras permitiram a liberdade de exploração científica do continente, em regime de cooperação internacional.



Por meio da atuação de pesquisadores de várias nacionalidades, são estudados a biodiversidade, os impactos ambientais, a geologia, a geoquímica, o clima, a atmosfera no continente antártico e sua influência nas nossas vidas.

Desde 1984, o Governo brasileiro mantém a Estação Antártica Comandante Ferraz. Infelizmente, no ano passado a estação sofreu um desastroso incêndio, interrompendo parte das pesquisas de alta complexidade que são desenvolvidas no continente para a compreensão, principalmente, do impacto das mudanças ambientais e climáticas em toda a América Latina.

Para garantir o andamento das pesquisas, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Marinha do Brasil atuam intensivamente na região, com apoio logístico e recursos financeiros.

Para o trabalho de pesquisas continuar, em 2012, o Governo brasileiro empenhou R\$ 57,7 milhões para o monitoramento climático, a reestruturação da Estação Comandante Ferraz e a ampliação do Programa Antártico Brasileiro. Já no Orçamento aprovado por esta Casa para este ano, a destinação de recursos será de R\$ 53,4 milhões. Com tais investimentos, o País reforça a presença brasileira no continente e mantém-se capaz de atender as solicitações das pesquisas dos diversos projetos realizados naquela região.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou me referindo ao tema porque entre os dias 4 e 8 de março participei, junto de outros Parlamentares, de missão oficial à Estação Antártica Comandante Ferraz, viagem que revigorou o orgulho que tenho de ser brasileira. Vi nosso País atuando, através da pesquisa, para o desenvolvimento sustentável do planeta em que vivemos. E mais: pude



constatar *in loco* a convivência pacífica e harmoniosa entre os distintos países, todos imbuídos de um mesmo ideal — entender os efeitos do aquecimento global e sensibilizar a humanidade quanto aos perigos que corremos caso não mudemos de atitude perante a natureza.

A atuação da Marinha do Brasil nesse sentido tem sido fundamental para manter o clima de cooperação. Por meio do apoio logístico e estratégico, os militares da Marinha são os principais viabilizadores das pesquisas que são desenvolvidas na Antártica para garantir um futuro melhor para todos nós.

Para finalizar, gostaria de cumprimentar, na pessoa do Contra-Almirante José Roberto Bueno Júnior, Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha, todos os homens e mulheres que se dedicam a essa que é uma missão muito especial e que com certeza trará grandes benefícios para futuras gerações.

Sr. Presidente, peço que o presente pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nós queremos agradecer a deferência e, na data de hoje, saudar o nosso Senador e Deputado Federal Mauro Benevides. S.Exa. é um exemplo de homem público. Cidadão cearense, é uma pessoa que tem contribuído muito no processo democrático brasileiro. Nós não poderíamos, neste momento, deixar de saudar esta grande figura, conterrâneo de Pacatuba, do nosso Deputado e Senador Mauro Benevides.

Muito obrigado.



**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero rapidamente registrar que hoje, pela manhã, ocorre uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Salvador com a presença do Secretário da Casa Civil do Estado, Rui Costa, e do Secretário de Transportes da Prefeitura de Salvador, José Carlos Aleluia.

O povo de Salvador está esperando uma solução para o impasse em relação ao metrô. O Governo do Estado apresentou uma proposta de tarifa zero nos 5 quilômetros de acesso às linhas de metrô. A Prefeitura precisa chegar a um acordo com o Governo do Estado. Essa é uma expectativa de integrar metrô e ônibus e garantir passagem gratuita para a população no trecho de 5 quilômetros para se chegar ao metrô de Salvador.

Registro também meus parabéns ao Senador Mauro Benevides.

Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o meu pronunciamento, para que ele seja registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, está prevista para a próxima sexta-feira mais uma rodada de negociação entre a Prefeitura de Salvador e o Governo Estadual sobre a modelagem da concessão e do sistema de tarifas para o metrô e os ônibus alimentadores.

O Governo Wagner quer implantar um sistema que prevê ônibus específico e de graça para quem vai pegar o metrô, enquanto o Governo do Prefeito ACM defende que neste mesmo trecho seja cobrado R\$ 1,40. A posição do Prefeito é sustentada pela afirmação de que isso impedirá futuros aumentos de tarifa.



Mesmo entre os mais fervorosos apoiadores do Prefeito ACM não há quem acredite que não haverá aumento de tarifa nesta gestão, o que preocupa todos é o tamanho do reajuste e quando ele ocorrerá. Por isso, tarifa zero nos 5 quilômetros de acesso ao metrô é uma boa solução.

O Governador Jaques Wagner tem, insistentemente, buscado a melhor solução para garantir um melhor e mais barato sistema de transporte coletivo para a população de Salvador. Ao mesmo tempo, o povo da Bahia espera que o Prefeito ACM perceba o prejuízo que pode causar à população se impedir a implantação do sistema de tarifa zero no trecho de 5 quilômetros percorrido pelos ônibus para acesso ao metrô, se impedir que tão importante benefício chegue à população da Capital.

Sr. Presidente, nossa expectativa é que a Prefeitura e o Governo cheguem a um acordo o mais rápido possível.

Muito obrigado!



**O SR. ANTONIO BRITO** (PTB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar todas as famílias que têm crianças com Síndrome de Down, todas as APAEs e todos os que lutam em prol de pessoas com deficiência, pelo Dia Internacional da Síndrome de Down.

É fundamental o apoio, a assistência nas áreas de educação e saúde, o amparo a todas as crianças e famílias, que lutam por tratamento igualitário, contra a exclusão e o preconceito.

Por isso, minhas saudações a todos.

Gostaria também de registrar, Sr. Presidente, a importância da constituição, na última reunião da Comissão de Seguridade Social e Família, de seis Subcomissões que irão fazer esse debate.

Nesse contexto, registro a instalação da Subcomissão que trata das políticas de Governo para as doenças decorrentes da pobreza. E aí enfatizo a tuberculose. No domingo teremos o transcurso do Dia Mundial de Combate à Tuberculose, que no País tem tido grande força do Ministério da Saúde.

Portanto, o tema será amplamente debatido na Comissão.

E parablenzo V.Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo na CPI da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Obrigado, Deputado Antonio Brito.



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, cheguei aqui nesta semana com uma boa notícia que foi completamente nublada por situações dramáticas que ocorreram no Rio de Janeiro. Como Parlamentar do Rio, obviamente, vim aqui no intuito de parabenizar a Ministra Cármen Lúcia pela liminar dada à ação direta de inconstitucionalidade em relação aos *royalties*, mas não consegui fazê-lo, porque o coração veio muito apertado diante do que nós vivenciamos no Rio de Janeiro na última semana.

As chuvas que castigam o Rio de Janeiro todos os anos — todos os anos! — lamentavelmente não têm, das autoridades públicas, a atenção que devem ter para evitar a perda de vidas humanas.

Mais uma vez, perdemos 28 pessoas na região serrana, em Petrópolis, por falta de uma ação decidida dos gestores que por lá passaram e também do Governo do Estado.

Nós precisamos observar isso com a acuidade e com a indignação de quem representa essa população e com a indignação de cidadãos brasileiros. Não é possível que, a cada ano, todo o mundo saiba da tragédia anunciada das chuvas naquele Estado, como em outras regiões do País, e a infraestrutura, as alternativas habitacionais, a contenção de encostas, os frequentes deslizamentos não sejam cuidados a contento.

Ao mesmo tempo, vivemos a tragédia dos hospitais públicos do Rio de Janeiro, particularmente dos hospitais federais, que vão fechando serviços,



residências, UTIs neonatais, unidades coronarianas e leitos de emergência. As emergências estão absolutamente carregadas também por descuido da administração e, nesse caso, do Ministério da Saúde.

Portanto, eu quero aqui deixar registrada não só a minha indignação, mas a minha atitude de enfrentar os problemas, não apenas junto ao Ministério da Saúde, o que já começamos a fazer, mas também, como Comissão de Prevenção de Acidentes, que aqui já existiu e da qual participei junto com o Deputado Glauber Braga e a Deputada Perpétua Almeida, provocar junto a quem tem competência para que essas ações de prevenção e preservação de vidas humanas possam ser tomadas.

O Congresso Nacional precisa se indignar, a sociedade brasileira precisa se indignar. Não é mais possível que gestores constituídos e experientes permitam que novamente 28 pessoas, depois de quase mil pessoas perdidas na região serrana daquele Estado, sejam perdidas em 2 dias de chuva por falta de uma ação decidida e de compromisso com a população.

Fica aqui o nosso registro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - A próxima oradora é a Deputada Keiko Ota. Porém, peço vênica aos Parlamentares, pois é aniversário do nosso querido Senador Mauro Benevides, o eterno Senador. Ninguém diz quantos anos S.Exa. completa hoje, mas deve ser uns 70 e qualquer coisa.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas encaminhar a V.Exa. pronunciamento em que destaco a atuação do Governo Federal no que diz respeito à defesa do consumidor, através dos PROCONs.

Peço a V.Exa. que o acolha como lido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Parabenizo V.Exa. pelo aniversário.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentro dos próximos dias, o Governo Federal vai definir um pacote de medidas em defesa do consumidor cuja discussão se processa ainda no âmbito do Executivo, para posterior envio ao Congresso Nacional do elenco de providências que o PROCON se incumbirá de aplicar, numa política de preservar interesses da coletividade.

Embora já anunciadas, tais medidas não terão execução imediata, algumas delas exigindo prazo de 60 dias, como as que regulam o comércio pela Internet, em razão de uma indiscutível complexidade.

No que concerne à área bancária, tais definições somente serão postas em prática no segundo semestre, em face do envolvimento de uma área das mais delicadas, englobando o Sistema Financeiro Nacional.



Sabe-se que a própria Primeira Magistrada acompanhará o esboço de que vem sendo elaborado em parceria com o setor privado, havendo a perspectiva de elaborar-se uma lista de trinta produtos essenciais de que, se apresentarem algum defeito, será exigida a troca sem tardança. Somente depois é que haverá definição quanto ao princípio da respectiva vigência.

Sabe-se, porém, que no bojo de tais procedimentos acham-se já alinhadas:

- a) Ampliação do poder dos PROCONs;
- b) Criação de um Conselho de Ministros para definir estratégias e acompanhar o cumprimento das medidas;
- c) Criação de três comitês técnicos que integrarão o chamado Observatório Nacional das Relações de Consumo, com foco em serviços regulados de atendimento aos consumidores e aos turistas.

Destaque-se, por oportuno, que no comércio eletrônico terá que ser instituído um canal de comunicação com os consumidores, no prazo de 60 ou 90 dias.

Dentro de tais diretrizes, o Congresso irá debruçar-se sobre essas propostas, cujo objetivo fundamental é resguardar os legítimos interesses do consumidor.



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Tem a palavra o Deputado Severino Ninho, que dispõe de 3 minutos.

**O SR. SEVERINO NINHO** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem que o Brasil é campeão ou está entre os primeiros colocados no que se refere a acidentes de trânsito. Esses acidentes causam danos às pessoas, lamentos às famílias, gastos enormes nas UTIs, pensões, aposentadorias por invalidez, enfim, é uma tragédia brasileira.

A ONU designou o período 2011-2020 como a Década da Segurança Viária. O relatório que saiu há poucos dias não foi nada animador. O Brasil está na 148ª posição, ou seja, o País ocupa a posição nº 148, está lá embaixo. É um dos países onde mais ocorrem acidentes de trânsito.

Eu sou autor de uma PEC que torna imune de tributos os equipamentos de segurança para os motociclistas.

O Brasil tem hoje 18 milhões de motociclistas. O crescimento foi de mais de 370% neste período de 10 anos. Os motociclistas são vítimas de acidentes graves. Nós estamos defendendo essa nossa PEC para que, uma vez imunes de tributos, os motociclistas possam adquirir melhores equipamentos de segurança — capacetes melhores, bolsa de ar, tornozeleira, cotoveleira. Com motociclistas mais bem equipados, as consequências dos acidentes de trânsito com motos poderão ser menores; sendo menores, o Governo vai gastar menos. O motociclista não ficando inválido, não haverá a aposentadoria por invalidez; não morrendo, não haverá a pensão por morte.

Eu estou também encaminhando a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Proprietários e Condutores de Veículos sobre Duas Rodas.



Agora, o DENATRAN e o CONTRAN obrigam os motociclistas a terem seis equipamentos de segurança, a fazerem cursos e a terem placas vermelhas. Essa despesa é de 1.300 reais. Quem ganha 700 reais por mês não tem como bancar a despesa com todos esses equipamentos.

Aproveito para fazer um apelo ao CONTRAN e ao DENATRAN no sentido de que prorroguem o prazo para a vigência da exigência desses equipamentos, pois muitos motoboys — são eles que estão sofrendo com essa exigência — estão abandonando a profissão por não terem condições de arcar com essa despesa.

Portanto, fica o apelo, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Severino Ninho) - Deputado Junji Abe, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

**O SR. JUNJI ABE** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu apresentei o Projeto de Lei de nº 5.048, de 2013, em reconhecimento e respeito e por um profundo sentimento de gratidão às pessoas da terceira idade. Quero privá-las dos custos e de todas as burocracias na entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

A proposta isenta da obrigatoriedade quem tem mais de 70 anos de idade, que sobrevive exclusivamente com proventos da aposentadoria e possui patrimônio inferior ao limite estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que atualmente é de 300 mil reais.

Ora, são idosos com baixo patrimônio, que não têm rendimentos de outras fontes, exceto a própria aposentadoria. Muitos não têm familiaridade com a informática e precisam pagar despachantes ou outros para preparem e entregarem a Declaração do Imposto de Renda, além de correrem riscos desnecessários relacionados à segurança pública e à exposição de suas vidas financeiras.

Sr. Presidente, nobres colegas, a dispensa proposta não traz qualquer risco ao Erário público, porque a totalidade dos rendimentos dessas pessoas vem dos proventos de aposentadoria, que já são de pleno controle do Tesouro Nacional; ou seja, o Governo já detém as informações necessárias à fiscalização.

Além disso, a proposta estabelece que só será dispensado da entrega da Declaração do Imposto de Renda quem tiver patrimônio inferior ao limite determinado pela Receita Federal, que é de 300 mil reais em valor atual.



Dessa forma, ao se instituir teto para o montante do patrimônio total, assegura-se que o benefício favoreça apenas os que efetivamente deles necessitam, reduzindo-se ainda mais os eventuais riscos — se é que existem — para a fiscalização.

A Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda é indispensável à atuação do Fisco. Reconheço que as informações constantes do documento permitem o acompanhamento da evolução patrimonial dos contribuintes, servem de instrumento para verificar a regularidade dos recolhimentos efetuados ao longo do ano e ainda fornecem dados estatísticos importantes para a administração tributária.

Entretanto, Sr. Presidente, nobres Deputados, em determinados casos — como a classe de aposentados já citada —, a obrigatoriedade em nada contribui para os objetivos da Receita Federal. Só serve para gerar despesas, riscos e preocupações, Sr. Presidente!

Esse é um dos motivos que me leva a pedir o apoio desta Casa, dos nobres pares, para a aprovação desse projeto de lei de minha autoria. Nossa iniciativa visa garantir o bem-estar dos aposentados pessoas físicas, maiores de 70 anos, sem enfraquecer ou prejudicar as atividades de fiscalização.

Muito obrigado.



**O SR. RICARDO IZAR** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar que, terça-feira, nós fizemos a reabertura dos trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Animais. Fizemos aqui um seminário do qual participaram diversas ONGs, entidades, representantes da sociedade civil.

Hoje há um anseio da sociedade civil no sentido de que algumas coisas sejam mudadas em relação aos animais, principalmente a questão do aumento das penas pelos maus-tratos, do combate à zoonose e do controle populacional de animais.

O apelo que faço a esta Casa é que olhemos um pouco mais com o coração para votarmos o Projeto de Lei nº 7.291, de 2006, que trata da proibição dos animais em circo.

Hoje, nove Estados do Brasil já têm essa lei, é só ratificá-la. Se queremos ser um país desenvolvido, temos que ser um país evoluído, e, para evoluir, precisamos ter respeito ao próximo, independente de cor, credo, sexo ou espécie.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Continuando com o período das Breves Comunicações, concedo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou solidário ao companheiro Ricardo Izar pelo trabalho que vem fazendo em defesa dos animais.

Voltar a dizer que no dia 19, Dia de São José, choveu no Ceará. Psicologicamente, o homem do campo, os agricultores estão satisfeitos, mas apenas a chuva não basta, é necessário que o Governo Federal tenha um novo olhar para o Nordeste.

Ter um novo olhar para o Nordeste significa revitalizar um órgão como o DNOCS. Não podemos continuar com o DNOCS sucateado, superado na sua maneira de agir neste momento, mas que tem uma experiência de 100 anos.

Queremos, portanto, que o órgão seja revitalizado, com a realização de concurso público e a adoção de novas práticas para atender às necessidades do Nordeste e, particularmente, do Ceará.

Outro assunto que me traz à tribuna refere-se à SUDENE. Sinceramente, Sras. e Srs. Deputados, a SUDENE tem que sair um pouco de Recife para desenvolver suas ações em todo o Nordeste. Há quem ache até que ela não existe, com o que termino por concordar.

Eu fui bolsista da SUDENE por algum tempo e sabia que ela estava presente em todos os recantos do Nordeste. Hoje, parece-me que ela não passa de um prédio em Recife sem uso, sem utilidade no interior do Ceará e do resto do País.



Quero agradecer ao Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, que tem facilitado a discussão com os Ministérios do Planejamento e da Integração Nacional no sentido de que haja uma postura mais proativa.

No Ceará, por exemplo, o nosso carro-chefe já foi o algodão. Hoje há necessidade de que a CONAB também seja revitalizada para que tenha mais presença no Nordeste e não seja apenas a distribuidora de 2 quilos de milho para um, 4 quilos de milho para outro. Isso não vai resolver problema nenhum.

Numa seca dessa, as Forças Armadas têm que ser convocadas. Por quê? Porque tem aviões, tem os meios de transporte de que necessitamos. Temos milho no Sul e no centro-sul do País, mas falta milho no Nordeste. Os agricultores têm dinheiro para comprá-lo, mas o milho não chega porque, segundo alegam, as condições de nossas estradas fazem com que não compense o transporte por terra desse produto tão necessário à nossa agricultura.

Portanto, apelo a todos os nordestinos para que se irmanem para enfrentar a seca. A chuva para nós é importantíssima porque a seca já faz parte da nossa cultura.

*O Sr. João Ananias, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Praciato, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado João Ananias, do PCdoB do Ceará.

**O SR. JOÃO ANANIAS** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de falar, já que fiz vários pronunciamentos defendendo a justa distribuição dos *royalties*, da decisão da Ministra Cármen Lúcia, com todo o respeito, com todo o respeito.

Eu entendo que o Parlamento exerceu aqui o seu mister, o seu papel, legislou, e com uma diferença inquestionável. Aí, de repente, a Ministra... E me perdoem, mas eu acho que essa decisão sem ouvir a outra parte, de forma absolutamente ágil, o que não é comum no Judiciário brasileiro, acaba sendo autoritária, porque passa por cima da decisão soberana do Congresso Nacional. Foi o que aconteceu aqui naquela noite, até 1 hora da manhã, quando se exauriu o debate, quando todas as teses colocadas, algumas delas inclusive absurdas, vieram para cá, foram rebatidas, e aí a maioria prevaleceu. E a maioria representa os anseios dos Estados pobres, os anseios da população do Brasil, da Federação. Agora vêm alguns Parlamentares, algumas lideranças do Rio, principalmente, dizer que a decisão tomada põe em risco a Federação.

A Federação brasileira nasceu torta, porque foram investidos recursos demais em poucos e de menos na grande maioria. E o Rio é produto disso. A siderurgia, a indústria automobilística foram sempre concentradas, desde o início, lá. A pobreza e a desigualdade do Nordeste não aconteceram por acaso, e sim em função das políticas públicas.



Portanto, eu quero manifestar, como Deputado de primeiro mandato — cheguei aqui, e ainda continuo, cheio de ideias, cheio de ânimo, de esperança —, que fiquei desanimado, Sr. Presidente, com aquela decisão da Ministra.

Primeiro foi o Ministro Luiz Fux; agora, a Ministra Cármen Lúcia. Será possível que o Nordeste, que o Norte, que os demais Estados do Brasil não têm direito a essa partilha? Porque com isso se tira um naco, um pouco do Rio, depois de 25 anos de benesses, de privilégios, de investimentos.

Então, nós queremos deixar o nosso protesto contra a decisão da Ministra Cármen Lúcia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. ARNALDO JARDIM** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma rápida comunicação aqui, não uma breve comunicação, mas 1 minuto mesmo, para dar por lidos dois pronunciamentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Pois não, Deputado Arnaldo Jardim. Seja breve.

**O SR. ARNALDO JARDIM** (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Amanhã, comemora-se o Dia Mundial da Água, neste ano de 2013, que a ONU caracterizou também como Ano Internacional de Cooperação pela Água. O nosso pronunciamento versa sobre medidas que podem nos fazer cuidar para que o nosso País, que é a terceira maior reserva de água potável do mundo, possa preservar esse bem fundamental.

O segundo pronunciamento, Sr. Presidente, é que no dia 15 de março de 1983, há 30 anos, portanto, comemorávamos o início, lá em São Paulo, do Governo de André Franco Montoro. Aqui fazemos uma série de observações sobre esse grande brasileiro, paulista, que caracterizou seu Governo como um Governo de ética, descentralização e participação. Essa é a nossa homenagem, rememorando a atualidade dos temas dos quais ele tratou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Bem lembrado, nobre Deputado Arnaldo Jardim.



## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu o ano de 2013 como o Ano Internacional de Cooperação pela Água, com a finalidade de ampliar a conscientização acerca dos desafios da gestão, acesso, distribuição e serviços relacionados a esse recurso cada vez mais escasso no planeta.

Ao longo do ano, a campanha destacará iniciativas de cooperação de sucesso na gestão de recursos hídricos, identificará problemas atinentes à água, em relação a: educação; uso sustentável; diplomacia e gestão de águas transfronteiriças; cooperação de financiamentos, nacionais e internacionais; quadros legais; e harmonização com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Brasil concentra a maior reserva de água doce superficial do planeta (12% do total) e apresenta uma situação confortável em termos globais. Entretanto, apesar desse aparente conforto, existe uma distribuição espacial desigual dos recursos hídricos no território brasileiro, pois cerca de 80% de sua disponibilidade hídrica estão concentrados na região hídrica amazônica, onde se encontra o menor contingente populacional. A nossa vulnerabilidade reside no ambiente urbano, pois 84% dos brasileiros vivem nas cidades.

Estudos da Agência Nacional das Águas (ANA) mostram os reais riscos de escassez, sendo que de um total de 29 aglomerados urbanos no País, 16 já precisam buscar novos mananciais para garantir o abastecimento até 2015, entre eles, Campinas, Baixada Santista e a cidade de São Paulo. Ainda de acordo com a ANA, mais da metade dos Municípios brasileiros (55% do total) terá *deficit* de abastecimento de água até 2015. E, caso não sejam investidos R\$22 bilhões,



teremos um colapso total em 2025. O estudo aponta também que, para tratar nossos esgotos, serão necessários outros R\$70 bilhões.

A legislação brasileira sobre os recursos hídricos é consolidada, reconhecidamente eficiente e incorpora princípios, normas e padrões de gestão e gerenciamento integrados.

Na função de legislador e Constituinte, na Assembleia Legislativa de São Paulo, tive participação ativa nas inovações trazidas na Constituição (1989) e, posteriormente, em lei (1991), que criaram modernos modelos de gestão: destaque para a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

No Congresso Nacional, tenho a responsabilidade de presidir a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional, onde o tema saneamento básico é tratado na perspectiva de debater as dificuldades e construir soluções que permitam avanços essenciais para o segmento.

Saneamento: desonerar os investimentos.

Mesmo com a aprovação da lei nacional de saneamento, a Lei 11.445/07, ainda faltam projetos para que esse setor se desenvolva com a velocidade e a qualidade necessárias. O acesso à rede de saneamento básico ainda é um sonho distante para milhões de brasileiros. Menos da metade dos brasileiros — apenas 47% — dispõem desse serviço. Enquanto isso, a taxa de mortalidade de crianças de 1 a 6 anos que moram em locais sem coleta de esgoto é 32% maior do que entre as que dispõem desse serviço — levantamento feito pela ONG Trata Brasil ([www.tratabrasil.org.br](http://www.tratabrasil.org.br)).

Sou Relator, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Projeto de Lei nº 7.467, de 2010, que altera a Lei nº 10.865/2004, para garantir que



investimentos nos serviços públicos de saneamento básico sejam utilizados como créditos perante a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

Reúso.

Em países como Israel, por exemplo, 80% da água de abastecimento vem do esgoto. E a Espanha reusa 12% da água descartada. Por aqui, a inexistência de um marco regulatório nacional se constitui num grande gargalo. Contudo, a falta de normas não tem impedido iniciativas do setor industrial, terceiro maior consumidor de água — 25% do total. Hoje é o setor em que a prática mais cresce, devido à decisão de alguns comitês de bacias de cobrar pela captação dos mananciais.

As medidas governamentais são indispensáveis para o contínuo processo de excelência no gerenciamento dos recursos hídricos, mas não podemos prescindir da ativa participação da sociedade civil.

A ONU propõe mobilizar e chamar a atenção da sociedade civil, empresas e governos para as questões relacionadas à água e saneamento básico, combatendo problemas como a falta de acesso à água potável para cerca de 11% e de redes de esgoto para 37% das pessoas no mundo, e morte de cerca de 5 mil crianças diariamente por doenças causadas pela falta de acesso a água de qualidade.

Vamos todos empunhar essa bandeira, pois água é vida!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, descentralizar, segundo o ex-Governador paulista André Franco Montoro, era colocar o Governo mais perto do povo e, por isso, torná-lo mais participativo, mais eficiente e mais democrático.



Nesse dia 15 de março de 2013, comemoram-se os 30 anos da posse de Montoro, eleito em 15 de novembro de 1982, nas primeiras eleições diretas para Governador após o golpe militar de 1964.

É justo resgatar o pensamento político e a prática administrativa daquele governo, especialmente porque, nessas três décadas, embora se venham firmando as raízes da democracia representativa brasileira, estamos longe ainda da democracia participativa, aquela que testa a real qualidade dos governos e formações. Prova disso é que nesse mesmo período ainda somos surpreendidos frequentemente por ações e decisões autoritárias e por uma forte concentração de poderes administrativos e econômicos na União e que vivem a arranhar a vocação federativa constitucional.

Reconhecido por acolher várias correntes progressistas em sua gestão, aquele Governo Democrático de São Paulo plantou as sementes para a primeira safra de participação dos cidadãos após anos de ditadura; resgatou o respeito aos direitos humanos — foi o primeiro governo no País a criar um Conselho das Comunidades Negras e um Conselho da Condição Feminina —; promoveu permanente diálogo entre as classes sociais e os trabalhadores e o resgate das administrações locais por meio da municipalização dos recursos, serviços do Estado e reposicionamento dos Prefeitos como lideranças fundamentais na consolidação da República.

*“O indivíduo”, dizia Montoro, “não mora no Estado, na União, mora no Município, onde se dá todo o processo político. Logo, tudo o que for administrado em menor escala será mais bem administrado”.*



No meio de uma das mais graves crises econômicas do País, com os cofres vazios, herdados das administrações anteriores, o Governo enfrentou de imediato uma forte contestação. Fome e desemprego foram os ingredientes que motivaram a manifestação que derrubou as grades do Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, dois meses após a posse de Montoro.

O governo inteiro orientou-se para enfrentar o desafio da fome. Mas os dois grandes projetos estruturantes da participação democrática daquela administração foram o da municipalização da merenda escolar (antes com fornecimento e distribuição concentrados no Estado) e o da criação dos escritórios regionais de governo.

A municipalização da merenda incentivou a produção local, a melhoria de qualidade e a adequação regional dos alimentos. Foi um importante indutor de decisões e recursos para os Municípios brasileiros. A municipalização do ensino fundamental, por exemplo, tem hoje no Brasil chancela constitucional, como constitucional e mandatório é o financiamento da educação e o aperfeiçoamento do magistério.

A urgência em debelar a fome reforçou a determinação de descentralizar a administração paulista. Secretaria do Planejamento e CEPAM — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, da Fundação Prefeito Faria Lima, vinculado à Secretaria do Interior, produziram moderna radiografia paulista. O Estado foi dividido em 42 regiões autônomas (Escritórios Regionais de Governo), reunidas pela homogeneidade de seus problemas e aspirações e regidas por conselhos deliberativos e executivos de prefeitos, das secretarias e instituições estaduais e com participação das populações locais.



Na Secretaria do Interior, comandada por Chopin Tavares de Lima, antigo companheiro de lutas de Montoro, concentrava-se a efervescência política das praticas de descentralização. Chopin foi essencialmente uma figura programática e pragmática de governo. Em sua Secretaria estavam abrigadas a Coordenadoria dos Escritórios Regionais do Governo, a Fundação Prefeito Faria Lima, a SUDELPA — Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista e um grupo eclético e criativo de democratas cristãos, ambientalistas, comunistas e socialistas ligados por profundas convicções democráticas e ética política.

Dali sugeriram ideias como a da vaca mecânica, máquina que produzia leite de soja, sucos e sopas para compor a merenda escolar, e a da produção de peixes em represas do Estado e dos consórcios intermunicipais, formados para atacar e resolver problemas comuns, como o de abastecimento de água, destino final de esgotos e resíduos sólidos, informatização, compra de remédios e fabricação de materiais de construção. Os consórcios — como os de uso e conservação das águas — estão hoje incorporados à vida nacional como alternativa política e gerencial eficaz à centralização de decisões e recursos na União e nos Estados.

Chopin vislumbrou um novo padrão: *“Ser um bom prefeito é garantir um profundo sentido social em sua administração, priorizando programas de alimentação, assistência ao pequeno produtor, educação, saúde e realizando um trabalho eficiente medido também pelo grau de integração da comunidade”*.

As ideias do municipalismo progrediram no Governo Democrático de São Paulo com o engajamento do Vice-Governador Orestes Quércia, eleito para governar São Paulo na gestão seguinte. Quércia liderou os prefeitos paulistas e de outros Estados nas propostas de legislação destinada a garantir maiores recursos



ordinários e constitucionais e efetiva autonomia republicana aos Municípios. Consolidou, no Estado, a emergência dos prefeitos como sujeitos das histórias de seus Municípios. Governador, prosseguiu com foco no cidadão e nos Municípios, quando lançou o Radiopatrulhamento Padrão, uma iniciativa de aproximar a polícia da comunidade, e desenvolveu ações de fortalecimento do interior, como a da regionalização da produção.

O fortalecimento dos Municípios, dos prefeitos, a descentralização política e executiva do Estado e a participação do povo nas decisões sobre seu destino valeram a São Paulo uma importante liderança na luta contra a ditadura e, especialmente, no movimento de reivindicação de eleições diretas para a Presidência da República.

São Paulo reuniu 300 mil pessoas, na Praça da Sé, no primeiro comício de porte pelas Diretas Já, em 25 de janeiro de 1984, e 1 milhão e meio de cidadãos, no dia 16 de abril seguinte, na maior manifestação democrática pelas eleições diretas realizadas no País.

Um dia houve quem confundisse — mesmo entre seus próprios pares — a vocação de Montoro para ouvir e compartilhar como fraqueza. Talvez o tempo lhes tenha ensinado que era apenas uma vocação democrática incorrigível, necessária e cada vez mais atual!



**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto.

**O SR. LUIZ ALBERTO** (PT-BA. Sem revisão do orado) - Sr. Presidente, o Deputado Mauro Benevides está fazendo aniversário hoje. Já deve estar a comemorar, e eu quero parabenizá-lo.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que no dia 26, próxima terça-feira, estará na Bahia o Ministro da Pesca, Marcelo Crivella. Ele irá apresentar um programa anunciado ano passado pela Presidenta Dilma, o Plano Safra da Pesca, que beneficia a pesca artesanal, as marisqueiras e os pescadores. Então, pela manhã ele estará na Assembleia Legislativa da Bahia, apresentando este plano, e, à tarde, ele estará na minha cidade, no recôncavo da Bahia, Maragogipe, para apresentar esse mesmo plano, que irá beneficiar diretamente — será um ato importante — mais de 2 mil marisqueiras daquele Município.

É um programa que prevê a concessão de um empréstimo de, no mínimo, 2 mil e 500 reais, com 2 anos de carência. A pescadora poderá utilizar esse recurso da forma que quiser: comprar um freezer para guardar o seu marisco, o seu pescado; consertar a sua casa; comprar equipamentos para a sua atividade laboral. Portanto, é um plano importantíssimo. Nesse Município, Sr. Presidente, a maioria da população vive direta ou indiretamente desta atividade, a pesca artesanal.

No dia 26, então, essas mulheres vão receber o Ministro na cidade de Maragogipe, e eu estarei junto com ele. E, aproveitando que é o mês de março, nós iremos também saudar as mulheres, até porque quase 100% das pessoas que participam da atividade de pesca de marisco são mulheres. Então, nós estaremos lá comemorando o Dia Internacional da Mulher, no mês de março, e, ao mesmo tempo,



levando essa política pública muito importante que vai beneficiar as mulheres marisqueiras do Brasil inteiro e, nesse caso específico, do Município de Maragogipe, onde estaremos dia 26 de março, à tarde, com o Ministro Marcelo Crivella.

Muito obrigado.



**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, quero apenas dizer da importância de nós apreciarmos, ainda no dia de hoje, o projeto relativo às Polícias Militar e Civil e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e também o projeto que amplia o número de cargos na Polícia Civil, o número de delegados, para que possamos, enfim, fazer com que Brasília, que é a Capital da República, tenha a segurança que todo o seu povo exige, não apenas o povo de Brasília, mas o conjunto deste País.

Sr. Presidente, nos dois projetos não existe divergência no mérito com relação a todos os partidos, todas as posições partidárias desta Casa. E nós gostaríamos, o povo de Brasília — falo não apenas em meu nome e em nome da bancada, mas do povo de Brasília — gostaria que esses projetos fossem apreciados.

Havia a necessidade de emendar um desses projetos pelo menos, mas nós estamos, neste momento, abrindo mão da emenda para tentar uma negociação e contemplar os interesses dos policiais em outro projeto.



**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência da palavra.

Sr. Presidente, quero registrar neste plenário a presença do Vice-Prefeito do meu Município, Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Gelson Saibo, dos Vereadores Ivan Marques, Amélio Radaelli e Adenilso Biasus.

Bem-vindos a esta Casa, legisladores e Vice-Prefeito de Xanxerê, terra em que eu cresci e, embora lá eu não tenha nascido, me adotou, a qual levo com muito orgulho no coração e represento no Congresso Nacional. Bem-vindos, colegas e companheiros.

Sr. Presidente, quero falar de um assunto que é destaque na imprensa nacional. Hoje pela manhã, na *TV Globo*, pela primeira vez, ouvimos a jornalista Miriam Leitão elogiando o setor produtivo nacional, dizendo que todos os setores da economia têm *deficit* na balança de pagamento, seja indústria, comércio e serviços, e o único setor que tem superávit é a agricultura, que está mantendo o País de pé, cuja balança de pagamento apresenta mais de 70 bilhões de superávit. E, se o Brasil tem 17 bilhões de *superavit*, deve a nossa agricultura.

Mas temos a competência do nosso agricultor dentro da porteira. Fora da porteira é um caos. Falo aqui do apagão da logística brasileira nos portos, nas estradas, principalmente no transporte rodoviário. O jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a afirmar que a crise no porto afeta a exportação de soja.

Uma empresa da China está revogando um contrato de 2 milhões de toneladas de soja porque o produto não chega lá. Chega a 60 dias, Sr. Presidente, a



permanência de um navio na fila dos portos brasileiros. O custo é de 50 mil dólares por dia.

Por isso, precisamos trabalhar urgentemente para mudar esse quadro de apagão logístico.

Veja, Sr. Presidente, um comparativo feito pelo jornal *Folha de S.Paulo* mostra que um caminhão para percorrer 20 quilômetros, no Porto de Santos, leva 12 horas; um suíno leva 1,7 minuto para fazer o mesmo trajeto; um homem, 4 horas; e uma aranha, 10 horas e 37 minutos.

Então, uma aranha faz esse trajeto mais rápido do que o caminhão no Porto de Santos. Precisamos evitar esse apagão logístico.

E faço um apelo desta tribuna à Presidente da República para que revogue a Lei nº 12.619, a chamada Lei dos Caminhoneiros. Precisamos fazer isso urgentemente, antes que seja tarde e haja também o apagão do transporte rodoviário brasileiro.



**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Praciano) - Com a palavra o Deputado Eliene Lima.

**O SR. ELIENE LIMA** (PSD-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitos países sofrem com os altos índices de criminalidade e violência e com as dificuldades das instituições públicas em lidar com a situação.

Na América Latina, esta é a realidade da maioria dos países que hoje vivem, em maior ou menor grau, um processo de reestruturação de seus sistemas de segurança e justiça.

A violência é a primeira entre as causas de morte no Brasil, na Colômbia, na Venezuela, em El Salvador e no México. Repressão à violência é importante, mas é uma abordagem pontual que não incide sobre os fatores geradores de insegurança. E as instituições policiais não podem sozinhas dar conta da segurança pública.

O fenômeno da violência e da criminalidade é extremamente complexo, multifacetado e dinâmico, exigindo uma abordagem integrada e multissetorial que envolva a sociedade como um todo na busca de soluções efetivas e sustentáveis.

Hoje à noite, eu vou participar do I Fórum de Segurança Pública em Primavera do Leste e fico refletindo sobre o que nós temos que fazer para ajudar a resolver a complexa falta de segurança no País, que tenho certeza passa pela questão da educação e da geração de emprego e renda.

Por exemplo, há alguns dias, eu relatei um projeto de lei na Comissão de Ciência e Tecnologia a respeito do insucesso da grande maioria das micro e pequenas empresas que se abrem no Brasil. Tivemos acesso a dados de pesquisas que apontam que, de 750 mil micro e pequenas empresas que se abrem no Brasil



por ano, 650 mil não vão avante. Elas quebram, porque não buscam a orientação da gestão, não buscam associação com o mercado, as linhas de financiamento e, principalmente, a questão da tecnologia e da informação. Então, é preciso buscar uma orientação através do poder público nesse sentido.

Outro fator: nós estamos vendo aí o lançamento do Plano Safra. Mais de 90% dos filhos e netos do pequeno produtor não têm intenção de dar continuidade aos trabalhos que hoje os proprietários que vivem no campo estão fazendo.

Então, é preciso discutirmos mais profundamente, buscarmos a raiz do problema, atentarmos para o detalhe da educação, através da tecnologia e da informação, através do incentivo ao micro e pequeno produtor. Passos estão sendo dados, mas é preciso não pensarmos que só o fator da prevenção contra a violência seja suficiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Francisco Praciano, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nunes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (José Nunes) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha, por 1 minuto.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, na Comissão de Educação, a juventude brasileira aguardava que um projeto importante fosse votado, e foi pedido vista. Mas estamos aqui comunicando a toda a nossa juventude que, já na próxima sessão, vamos tratar do assunto dos estagiários.

Vamos achar uma solução, um entendimento para que a nova legislação possa simplificar e também democratizar o acesso do estudante ao estágio.

Deixo o nosso apelo à Comissão de Educação, para que, já na nossa próxima reunião de trabalho, possamos aprovar esse projeto tão importante para a juventude brasileira.



**O SR. OZIEL OLIVEIRA** (PDT-BA. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado José Nunes, da Bahia, que neste momento preside esta sessão.

Sr. Presidente, nesta manhã, com muita alegria, trago o anúncio de que na última semana tive uma audiência com o Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio, e S.Exa., levando em conta todo o trabalho que fizemos aqui no Parlamento, solicitou à Presidente Dilma a construção da BR-242, que liga a BA-460, de Luís Eduardo Magalhães, a Taguatinga, no Tocantins, uma obra de 50 quilômetros de asfalto. Há mais de 30 anos os moradores daquela região esperam por isso e agora, finalmente, com a licitação feita, nesses próximos dias, sairá o contrato dessa obra de cinquenta e poucos milhões e que vai contemplar a nossa região. Então, hoje é um dia de alegria.

Quero também falar da audiência que houve esta semana com o Vice-Governador da Bahia, Otto Alencar; o Secretário de Infraestrutura; o Presidente do PSD, partido de que V.Exa. faz parte; o Prefeito e o Vice-Prefeito de Formosa do Rio Preto; a Vereadora Katerine, de Luís Eduardo Magalhães, para tratamos da infraestrutura de toda a região.

Solicitamos ao Vice-Governador uma obra também importante, que é a ligação do Distrito de Coaceral, no Município de Formosa do Rio Preto, região produtora de soja e algodão e grande geradora de empregos para a região, junto com o Prefeito, o Vice-Prefeito, as lideranças, os agricultores, o Presidente do Sindicato, Sr. Wani, e Amauri Stracci. Também pudemos solicitar a S.Exa. a complementação do trecho que liga o Anel da Soja a Coaceral, obra muito importante para a produção e a geração de emprego.



Portanto, esta manhã registro duas obras importantes que estamos demandando, uma delas à Presidente Dilma, a quem agradeço por entender que para se desenvolver o interior do Brasil precisa de infraestrutura. Temos assistido pelos telejornais que hoje não se está podendo transitar no Porto de Santos por causa da demanda dos caminhões da grande produção. E precisamos também de obras de infraestrutura na nossa região oeste, como o asfaltamento da BR-242 e a ligação de Bela Vista a essa BR, o que solicitamos ao Vice-Governador Otto Alencar.

Assim, agradeço esta oportunidade, com V.Exa. presidindo a sessão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nunes) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (José Nunes) - Com a palavra o Deputado Plínio Valério. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do Amazonas, chegamos aqui com a missão de sempre tirar o bode que colocaram na sala. Para nós, do Amazonas, sempre colocam o bode na sala, que é a prorrogação da Zona Franca de Manaus. E o nosso trabalho, muito mais do que veemente, de discussão, tem que ser de convencimento, de trazer dados para os senhores e para as senhoras para nos ajudarem quando o momento crucial chegar.

Dizem que a Zona Franca de Manaus dá prejuízo para o País. Não é verdade. No Amazonas, na verdade, somos exportadores líquidos de divisas. O Amazonas é responsável por 65% da arrecadação da Região Norte. Outra falácia, outro mito é o de que não damos lucro para os outros Estados.

A Zona Franca de Manaus compra insumos fora do Estado na ordem de 75%, 76%; e seu mercado interno consome apenas 15%, 20%, 22%. Eu gostaria que os senhores nos ajudassem nisso. A Zona Franca de Manaus compra quase tudo dos outros Estados e vende tudo que produz para os outros Estados, gerando emprego para os outros Estados.

Então, venho aqui pedir a ajuda dos senhores neste momento crucial para que nos ajudem, no momento certo, a retirar da sala o bode que lá foi colocado pelo Governo Federal, que quer nos amarrar sempre, para que cheguemos aqui sempre na condição de pedintes, de pobretões que vêm pedir para que não acabem com a Zona Franca de Manaus, porque é o ar que respiramos.



Não é verdade. O ar que respiramos é, talvez, o mais puro deste País pela preservação do meio ambiente, graças à Zona Franca de Manaus.

O que ocorre, então? O que vai ocorrer então? Nós vamos ter que estar aqui sempre a aprovar, sempre a mostrar dados para que os senhores nos ajudem.

Outro dado importante: São Paulo sempre diz que a Zona Franca de Manaus acabou com as indústrias eletrônicas de São Paulo. Lá no Amazonas começamos a produzir no começo dos anos 70. As indústrias de São Paulo faliram no final dos anos 60. Então, por favor, nos ajudem a tirar o bode da sala.

Meu nome é Plínio Valério, sou do PSDB. Não vim aqui pedir nem chorar. Vim aqui solicitar ajuda e mostrar que nós temos muito mais do que direito, e nós vamos tirar o bode da sala.

Obrigado, Srs. Deputados. Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Nunes) - Com a palavra o nobre Deputado Edinho Araújo, pelo tempo de 3 minutos.

**O SR. EDINHO ARAÚJO** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas, volto à tribuna para destacar a realização, na última terça-feira, dia 19, de Comissão Geral nesta Casa, quando fizemos um grande debate, que está presente na sociedade brasileira. Trata-se da questão da violência, dos inúmeros acidentes que ocorrem no trânsito e das vidas perdidas. São mais de 40 mil vítimas de trânsito.

Esta Casa tem procurado fazer a sua parte. No ano passado tive a honra de ser Relator de importante projeto. Apresentei substitutivo a 24 proposições de diversos colegas que compõem este Parlamento. Nosso relatório foi aprovado e ratificado pelo Senado. Trata-se do projeto da nova Lei Seca, que endurece a lei e dá mais condições ao Poder Judiciário para punir os motoristas embriagados. A Presidente Dilma sancionou a lei.

Agora, Sr. Presidente, dentro dessa perspectiva e desse debate, projeto de minha autoria, que tramita na Comissão de Viação e Transportes desta Casa, estabelece a velocidade média de um ponto a outro. Pretendemos mudar a cultura no País para que todos os motoristas tenham responsabilidade nas estradas. Sabemos que há problemas com as estradas do País, com a sinalização, e outras questões, mas precisamos buscar instrumentos legais para que possamos ter um trânsito mais civilizado.

Gostaria de destacar, de outra parte, Sr. Presidente, a tramitação de projeto de lei nesta Casa, sob o nº 4.470, em que procuramos esclarecer uma matéria que



foi objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à migração partidária.

Entendemos que os partidos só devem ter o tempo de televisão, de rádio e o fundo partidário após passar pela primeira eleição.

Não é um projeto contra A ou contra B. Tem o objetivo de fortalecer o voto e os partidos. Esperamos que esta Casa aprecie a matéria nos próximos dias.

Sr. Presidente, amanhã é o Dia Mundial da Água. A ONU tem como tema a cooperação pela água. Entendemos que esse é um tema dos mais relevantes e que os Municípios têm tratado com a devida urgência e necessidade. Os recursos são distribuídos de forma desigual pelo planeta. Nosso País é privilegiado. Mas nós temos que, constantemente, lembrar que chegará o momento em que a água será muito mais rara e muito mais cara que o próprio petróleo.

Portanto, nós queremos, no dia 22 de março, destacar a importância desse tema.

Sr. Presidente, para finalizar, quero cumprimentar a FIESP, na pessoa de Paulo Skaf, pelas escolas que têm inaugurado no Estado de São Paulo, ajudando a melhorar o ensino e a educação no País.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar desta tribuna alguns assuntos relevantes. No dia 19, terça-feira, mais uma vez esta Casa fez história ao realizar Comissão Geral e colocar no centro dos debates temas tão relevantes como segurança e violência no trânsito. O debate reuniu gente de todo o Brasil.



O Presidente Henrique Eduardo Alves deixou clara, desde o início, sua intenção de levar adiante as propostas consensuais e promover de imediato a votação de projetos que possam contribuir para enfrentarmos o crescimento inaceitável dos níveis de violência.

Se tomarmos como exemplo a violência no trânsito, veremos que quase 45 mil brasileiros morrem a cada ano na área urbana e nas estradas, e meio milhão de feridos sobrecarregam as emergências dos hospitais, resultando em muitas pessoas inválidas ou incapacitadas para o trabalho.

Nós, legisladores, estamos fazendo nossa parte. Fui o Relator, no ano passado, do projeto que endureceu a Lei Seca. Aplicada nas festas de fim de ano e no carnaval, a nova lei ensejou a queda no número de acidentes e vítimas, como comprovaram dados que a Polícia Rodoviária Federal apresentou na Comissão Geral.

Como membro da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, preocupado com a violência no trânsito, apresentei nesta Casa projeto de lei que institui a fiscalização nas estradas pela velocidade média, aferida entre dois pontos determinados de uma rodovia.

A fiscalização pela velocidade média complementará outros meios já existentes para aferir o excesso de velocidade nas estradas. É mais um instrumento na busca pela segurança e pela paz no trânsito.

Quero registrar também, Sr. Presidente, que o PMDB de São Paulo, por seu Presidente, Deputado Estadual Baleia Rossi, hipoteca total apoio ao Projeto de Lei nº 4.470, de 2012, de minha autoria, que só permite liberar tempo de TV e fundo partidário às novas siglas após elas se submeterem à primeira eleição.



Quando apresentei o projeto, no ano passado, as propostas de criação de novas siglas ainda não dominavam o noticiário político. De forma que meu projeto não tem por objetivo prejudicar quaisquer novos agrupamentos que venham a se viabilizar como partidos políticos, nem tem viés ideológico.

Hoje temos resoluções do Tribunal Superior Eleitoral balizando a matéria. Mas legislar é atribuição intransferível do Parlamento.

Destaco outro assunto, Sr. Presidente. É a importância do Dia Mundial da Água, que se comemora em 22 de março, sexta-feira.

Em 2013, a ONU escolheu como tema a cooperação pela água. Embora haja água doce suficiente para todos, os recursos são distribuídos de forma desigual pelo planeta, e é um grande desafio levar água de qualidade a toda a população mundial.

Nesse sentido, lembro que este ano se completam 12 anos da criação do SEMAE — Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto, no noroeste de São Paulo. Criamos o SEMAE em 2001, em meu primeiro mandato como Prefeito de Rio Preto, e levamos água de qualidade a todos os bairros da cidade que tinham as torneiras secas. Criamos também uma tarifa social para consumidores de baixa renda.

Em 2008, no final do meu segundo mandato, inauguramos a Estação de Tratamento de Esgotos, uma obra de 120 milhões de reais, fechando um ciclo de qualidade de vida para os rio-pretenses: água nas torneiras e esgoto tratado.

Para finalizar, um último registro. Quero cumprimentar o SESI — Serviço Social da Indústria, ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pela forte expansão de sua rede de ensino.



Até o final do ano serão 50 novas unidades da escola SESI, com seu ensino de excelência, e mais 20 unidades do SENAI. Isso se deve à competência gerencial do companheiro Paulo Skaf, Presidente da FIESP/CIESP e do SESI e SENAI, um homem com elevada vocação para o social.

Estivemos, na semana passada, em Guararapes na entrega de mais uma unidade do SESI. Se Deus quiser, estaremos ao lado de Paulo Skaf, na sexta-feira, na cidade de Votuporanga para a entrega de mais uma escola.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Nunes) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero solicitar à Mesa um voto de louvor às Organizações Globo, que acabam de lançar mais um importante veículo de informação: o suplemento diário *Mais Baixada*, que está circulando de segunda a sexta-feira, encartado no jornal *Extra*, líder de circulação no Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma iniciativa das mais oportunas para atender aos 13 Municípios da Baixada Fluminense, uma região com cerca de 4 milhões de habitantes, que precisava, de fato, de um importante veículo de comunicação de massa, a exemplo do jornal *Extra*, como principal porta-voz de seus anseios sociais e econômicos.

Como bem frisou o seu diretor de redação, o jornalista Octávio Guedes, com o novo caderno o jornal *Extra* pretende explorar o espírito comunitário dos habitantes de uma das regiões que mais cresce no Estado do Rio de Janeiro. Por isso mesmo, as pautas diárias abordam sempre assuntos da rotina daquela população, com enfoque, sobretudo, na cobrança de soluções para os problemas que afligem os moradores da região, bem como na descoberta de grandes temas de interesse local.

Verifica-se, Sr. Presidente, que ganha ainda mais consistência editorial o projeto jornalístico, se levarmos em consideração o seletor time de profissionais competentes, a maioria deles já identificada e afinada com a realidade daquela região.

Um dos exemplos é o jovem e respeitado jornalista Marlon Brum, que deu os seus primeiros passos como profissional em um jornal da região, reportando



exatamente sonhos, anseios e desilusões de uma população infelizmente ainda excluída no que há de mais elementar à vida, que é a sua própria cidadania.

Eu gostaria de solicitar que fosse enviada uma moção de louvor e de parabenizar os jornalistas Roberto Irineu Marinho, João Roberto e José Roberto Marinho, Presidente e Vice-Presidentes, respectivamente, das Organizações Globo.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de solicitar à Mesa Diretora desta Casa um voto de louvor às Organizações Globo, que acabam de lançar mais um importante veículo de informação, o suplemento diário *Mais Baixada*, que está circulando de segunda a sexta-feira, encartado no jornal *Extra*, líder de circulação no Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se, Sr. Presidente, nobres Deputados, de uma iniciativa das mais oportunas para atender aos 13 Municípios da Baixada Fluminense, região com cerca de 4 milhões de habitantes, que precisava, de fato, de um importante veículo de comunicação de massa, a exemplo do jornal *Extra*, como principal porta-voz de seus anseios sociais e econômicos.

Como bem frisou seu diretor de redação, o conceituado jornalista Octávio Guedes, com o novo caderno *Mais Baixada*, o jornal *Extra* pretende explorar o espírito comunitário dos habitantes de uma das regiões que mais cresce no Estado do Rio de Janeiro. Por isso mesmo, Sr. Presidente, as pautas diárias abordam sempre assuntos da rotina daquela população, com enfoque, sobretudo, na



cobrança de soluções para os problemas que afligem a região, bem como na descoberta de grandes temas de interesse local.

Verificamos, Sr. Presidente, que o projeto jornalístico ganha ainda mais consistência editorial, se levarmos em consideração o seleto time de profissionais competentes, a maioria deles já identificada e afinada com a realidade da região.

Um dos exemplos é o jovem e respeitado jornalista Marlon Brum, que deu os seus primeiros passos como profissional em um jornal da região, reportando exatamente sonhos, anseios e desilusões de uma população infelizmente ainda excluída no que há de mais elementar à vida, que é a sua própria cidadania.

É como diz Luiz André Alzer, diretor da unidade de jornais populares da *INFOGLOBO*, que edita todos os veículos impressos dessa conceituada organização jornalística: *“É fundamental para o jornal estar próximo do leitor da Baixada com um produto diário, que atenda às necessidades dele e que trate de assuntos que afetam diretamente o seu dia a dia”*.

Aos jornalistas Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto Marinho, Presidente e Vice-Presidentes, respectivamente, das Organizações Globo, a nossa sincera manifestação pública de agradecimento, em nome do sofrido povo da Baixada Fluminense, sobretudo pela deferência, respeito, carinho e atenção a uma das regiões mais carentes do Estado do Rio de Janeiro.

São iniciativas como a das Organizações Globo que poderão contribuir de forma determinante para que a Baixada Fluminense, que tenho a honra de representar nesta Casa, consiga conquistar os equipamentos sociais e econômicos capazes de promover o bem-estar comum em favor da melhoria da qualidade de vida do povo daquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. ÁTILA LINS** (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que considere como lido pronunciamento em que trato das enchentes no Estado do Amazonas e autorize sua divulgação nos meios de comunicação da Casa.

Na região do Alto Solimões, os Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença já estão com problemas seriíssimos. No final de semana visitei a Região do Juruá, onde estive em companhia do Prefeito Bara, de Eirunepé, do Vice-Prefeito, dos Vereadores, das autoridades locais, visitando também o Município de Eirunepé, que está enfrentando, em seus diversos bairros, a enchente, que está muito forte. E é claro que nós todos estamos nos preparando para uma enchente muito grande, que vai afetar os outros rios.

Quero que fiquem registrados nos Anais da Casa a nossa preocupação e o pedido de apoio aos Ministérios da Educação, da Defesa Civil e da Integração Nacional, porque o Governador Omar Aziz já está ajudando os Municípios afetados.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as enchentes nas regiões do Alto Rio Solimões e do Rio Juruá já constituem um grande drama para os gestores públicos, as famílias que vivem às margens dos rios e os agricultores. Atualmente, os seis Municípios que integram a Microrregião do Alto Solimões — São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Tabatinga, e Benjamin Constant — entraram em situação de alerta. Em alguns bairros das sedes de Municípios como Tabatinga e Benjamin Constant, o nível do Rio Solimões já atinge os assoalhos das residências.



No Alto Solimões, na fronteira com Peru e Colômbia, o volume de chuva tem sido acima do normal. Os agricultores já acusam uma perda de 60% das suas culturas, principalmente de mandioca e banana.

A expectativa é de que a intensidade da cheia deste ano alcance o mesmo porte da registrada no ano passado, que causou grandes danos para a economia, afetando cerca de 300 mil residências das zonas urbana e rural dos Municípios.

A Coordenação Regional da Defesa Civil da Microrregião do Solimões e Secretarias Municipais já estão realizando o cadastro das famílias que poderão ser atingidas. Outra ação é a realização de campanhas preventivas e alertas contra doenças típicas desse período de chuvas.

Neste fim de semana visitei os Municípios de Eirunepé, Envira, na calha do Rio Juruá, e Beruri, na calha do Rio Purus. Constatei pessoalmente a situação dramática dos moradores de Eirunepé. Ruas já foram invadidas pelas águas, destruindo residências e lavouras. Em companhia do Prefeito de Eirunepé, Joaquim Neto Cavalcante Monteiro, o Bara, e do Vice-Prefeito, Aluizio Martins, Vereadores e Secretários, estive no bairro Morada de Sol, que está totalmente inundado pelas águas do Rio Juruá. Centenas de famílias foram desalojadas de suas residências. A grande preocupação hoje das autoridades locais é socorrer essas famílias, promovendo a distribuição de cestas básicas e atendimento médico preventivo. A Prefeitura e o Governo do Estado já estão atuando. Estamos buscando apoio do Governo Federal.

Em razão desse fenômeno da natureza, as enchentes, os Prefeitos são levados a procurar o apoio dos Governos do Estado e Federal para prover o atendimento das populações e a recuperação das estruturas das cidades destruídas



pelas águas. É oportuno registrar que, nesses casos, os Prefeitos sempre tiveram boa acolhida, principalmente por parte do Governador do Amazonas, Omar Aziz.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que estão acessando a Internet e as redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio* e a *TV Câmara* em todo o Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar, ocupo a tribuna na manhã de hoje para destacar que no Brasil se discute muito a respeito do acesso do cidadão à Justiça, mas as ações para tanto ainda são tímidas.

Num mundo globalizado, com a influência cada vez maior dos chamados direitos de terceira geração, a questão máxima da solidariedade, igualdade, liberdade e participação, o Brasil ainda carece da completa universalização dos direitos fundamentais, dentre os quais o acesso do cidadão pobre à Justiça, das pessoas que não podem pagar por um advogado.

Não resta dúvida quanto à urgência da efetividade desses novos direitos, pensando, sobretudo, em primeiro plano, no direito fundamental de acesso à Justiça, enquanto indispensável pressuposto para a reivindicação de todos os demais direitos: saúde, educação, segurança, etc.

Meu discurso se propõe a discutir uma grave denúncia feita por um órgão de imprensa acreditado. Quem assistiu ao programa *Fantástico*, da Rede Globo, no domingo, constatou, como havíamos aprofundado na quarta-feira passada, por ocasião do lançamento do *Mapa da Defensoria Pública do Brasil*, aqui em Brasília, a necessidade urgente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de derrubarmos o veto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, que, entre outras medidas, propõe a destinação de até 2% do Orçamento dos Estados e do Distrito Federal às instâncias de defesa jurídica gratuita, a fim de prover autonomia orçamentária a essas instituições.



Mais de 70% — vejam o absurdo! — das comarcas brasileiras não têm profissionais para realizar o atendimento jurídico gratuito da população. Quem não pode pagar por um advogado fica impedido de ingressar com qualquer ação na Justiça e enfrenta processos judiciais e julgamentos sem qualquer tipo de assistência jurídica.

Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros revela que há 11.673 juízes estaduais em seus quadros. O Conselho Nacional do Ministério Público diz que existem 8.540 promotores de primeira instância nos Estados. Em contrapartida, o *Mapa da Defensoria Pública* divulgado na semana passada mostra que existem apenas 5.054 defensores públicos estaduais. E, das 2.680 comarcas brasileiras, apenas 754, o equivalente a 28% do total, contam com pelo menos um defensor público. Em Sergipe, por exemplo, o meu Estado, apesar de criada desde 1994, a Defensoria Pública está presente em somente 8 das 37 comarcas existentes no Estado.

Sr. Presidente, colegas de Parlamento, evidente que a quantidade muito superior de promotores e juízes, em detrimento do número de responsáveis por empreender a defesa pública e gratuita do cidadão, compromete sobremaneira os direitos individuais.

Faço aqui as mesmas indagações levadas ao público no último domingo, pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo. Quanto custa um bom advogado? Se o membro de uma família onde não existe provento regular for levado pela polícia, quem vai olhar por ele? A quem deve recorrer uma mulher sem salário que passou 10 anos apanhando do marido?



Para todos esses casos, como bem lembrou a reportagem do *Fantástico*, a Constituição brasileira oferece uma solução, o defensor público, concursado e pago pelo Estado para defender pessoas que não possuem condições de contratar um advogado. Mas onde está o defensor público?

Prevista desde a Constituição de 1988, a Defensoria Pública foi criada em São Paulo apenas em 2006 e hoje conta com 500 defensores, que atendem 41 das 272 comarcas do Estado. Na Bahia, apenas 24 das 278 comarcas têm defensores. Em Goiás, a Defensoria Pública existe desde 2005, mas só foi instalada em 2011. Em Santa Catarina, simplesmente ainda não há Defensoria Pública. O Supremo Tribunal Federal deu um prazo para o Estado criar o órgão em até 1 ano.

A reportagem do *Fantástico* exibiu a triste realidade do acesso à Justiça no Brasil, exemplificando casos que poderiam ser resolvidos, se houvesse um defensor público para atender quem é pobre. Diante de problemas para os quais há soluções muito simples, só temos a lamentar que o Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, apesar de aprovado pelo Congresso, sem qualquer tipo de contestação, tenha sido vetado pela Presidência da República, projeto que obteve parecer favorável em todas as Comissões por onde tramitou, Sr. Presidente.

A Defensoria Pública promove a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao permitir que pessoas carentes tenham acesso à Justiça gratuita. O acesso à Justiça é um direito de todos, e fortalecer as Defensorias Públicas implica pavimentar o caminho para democratizar esse acesso.

Honrados Deputados, creio ser importante reafirmar que a Defensoria Pública já é uma instituição autônoma — § 2º do art. 134 da CF. No entanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ainda não está adequada a essa nova situação



jurídica. As alterações propostas no PLP 114/2011 buscam prosseguir com a tarefa de regulamentar a autonomia da instituição. Com a derrubada do veto, missão que temos que cumprir para fazer justiça neste País, principalmente às camadas mais humildes e carentes, nós estaremos aqui cumprindo um dever nosso, enquanto Parlamentares.

Iremos, sim, garantir a efetiva ampliação e interiorização da Defensoria Pública. E, para facilitar a sua implantação, apresentei, juntamente com os Deputados Mauro Benevides, por sinal o aniversariante do dia de hoje, e Alessandro Molon, a Proposta de Emenda à Constituição nº 247, de 2013, que propõe a fixação de um prazo máximo de 8 anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal se organizem, a fim de poderem contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Sr. Presidente, para concluir, peço mais 1 minuto.

Precisamos valorizar os defensores públicos. A disparidade de proventos dentro da advocacia pública brasileira é gigantesca. Delegados, juízes, desembargadores e promotores são bacharéis em Direito desenvolvendo funções diferentes, assim como também o é o defensor público. É urgente a correção dessa disparidade e a equiparação salarial da categoria dos defensores públicos com os demais colegas de ofício. É apenas mais uma forma de fazer justiça à classe dos defensores públicos, que têm um papel tão importante no nosso País.

A reportagem do *Fantástico* reabriu uma discussão importante e inadiável. O PSC tem sido intransigente na defesa dos direitos fundamentais, e a derrubada do veto ao PLP 114/2011 foi transformada em bandeira de luta do meu mandato e do nosso partido. O Estado tem o dever de oferecer ao cidadão pobre, impedido de



buscar um escritório de advocacia privado por falta de condições financeiras, a sua defesa legal. Infelizmente, muitos ainda estão insensíveis a essa causa. Mas a imprensa deu um passo importante. Aliás, o papel da imprensa na condução de debates sobre questões relevantes, de interesse nacional, nunca foi tão exigido quanto neste momento. A prestação célere e gratuita da defesa pública é um direito do cidadão garantido pela Carta Magna sem o qual nossa sociedade jamais alcançará o grau de civilidade que se espera de uma nação próspera e justa.

Peço que meu discurso fique registrado nos Anais da Casa e que seja amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação deste Parlamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

*O Sr. José Nunes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Dando continuidade ao período de Breves Comunicações, tem a palavra o nobre Deputado José Nunes. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna nesta manhã para dar continuidade à minha fala sobre a seca que assola o Nordeste brasileiro, uma das maiores dos últimos 40 anos.

Os Municípios do Nordeste brasileiro sofrem muito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por falta de recursos para acudi-los nessa seca terrível que se instalou em toda a Região Nordeste.

O Governo Federal tem anunciado várias ações consideradas importantes para resolver esse grande problema. No entanto, essas ações chegam timidamente à região, de sorte que o povo está sofrendo terrivelmente.

Anuncia-se o fornecimento de água. Esse ponto, para fazer justiça, o Exército Brasileiro tem cumprido. No entanto, o milho a preço subsidiado não tem chegado aos pequenos produtores.

Vemos hoje com tristeza mais da metade do rebanho bovino dizimados. Os produtores rurais, atônitos, sem saber verdadeiramente o que fazer, recorrem ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil à procura dos recursos anunciados pelo Governo e voltam sem essa condição. E continua o sofrimento. Hoje, não somente o rebanho, até o povo nordestino já carece de recursos para alimentação.

É necessário que o Governo Federal dê uma atenção especial a essa região, que até há pouco tempo crescia muito mais do que a média nacional. Hoje vemos



com tristeza o regresso, por falta, principalmente, de apoio do Governo Federal, que não chega a tempo para atender aos reclamos daquela gente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo aqui o nosso protesto e o nosso pedido ao Governo que dê uma atenção especial à região, para salvar o que ainda resta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Com a palavra o Deputado Simplício Araújo.

**O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO** (Bloco/PPS-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna para lamentar a sessão desta Casa de ontem, que se prolongou pela madrugada. Hoje os principais órgãos da imprensa trazem uma imagem negativa desta Casa. Há algum tempo tivemos a extinção do 14º e do 15º salários dos Parlamentares, e ontem, numa sessão exaustiva, debatemos até a madrugada a criação de cargos e, segundo a imprensa, o aumento do “cotão”.

É lamentável que estejamos fechados em copas nesta Casa e não estejamos atendendo ao grande apelo da sociedade de votação de importantes projetos, como a PEC 300, que está travada na Casa há muito tempo.

Gostaria de fazer um apelo aos colegas, em nome desta Casa, para desobstruir a pauta e colocar em andamento importantes projetos.

Gostaria de saudar o Deputado Ivan Valente pelas suas nobres posições sobre o assunto manifestadas na noite de ontem e dizer que, pessoalmente, sou solidário ao PSOL em todos os posicionamentos que o partido defendeu ontem nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e um grande abraço ao Deputado Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Muito bem, Deputado Simplício.



**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Antes de passar a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Weverton Rocha, registro a presença no plenário do ex-Deputado Pompeo de Mattos, que fez, nesta Casa, um relevante trabalho, com matérias relevantes aqui aprovadas, dando-nos o prazer e o privilégio de prestigiar nossos trabalhos na manhã de hoje.

V.Exa. é muito bem-vindo a esta Casa, nobre colega Pompeo de Mattos!



**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, dia 22, vamos reunir, aqui em Brasília, convencionais das 27 Unidades da Federação do Partido Democrático Trabalhista.

O PDT vai realizar sua Convenção Nacional, oportunidade em que estaremos reunidos com nossas lideranças, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e militância partidária, discutindo a nossa agenda dos próximos 2 anos — a agenda de 2014 e as eleições que se avizinham.

Com toda certeza, nós, da bancada do PDT, e todos os militantes do partido estaremos lá, fazendo um bom debate e reelegendo a atual Direção, com o atual Presidente Carlos Lupi.

Portanto, amanhã estaremos todos reunidos. Os representantes das 27 Unidades do Brasil estarão aqui fazendo essa grande festa democrática do PDT.



**O SR. PRESIDENTE** (Cleber Verde) - Dando continuidade, Deputado Márcio Macêdo.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vida é feita de símbolos. E o dia de amanhã tem uma simbologia importante: é a comemoração do Dia Mundial da Água.

O ano de 2013, considerado o Ano Internacional da Água, tem como tema a cooperação pela água, que traz em seu bojo a necessidade de redução da pobreza, de proteção ao meio ambiente, de caminhar para o desenvolvimento sustentável, de procurar a paz.

A simbologia nos remete a uma reflexão sobre o desafio que a humanidade, o Brasil tem para os próximos anos.

Até 2025, dois terços da população viverão em áreas carentes de água. Neste momento, 1 bilhão de pessoas já não têm acesso à água doce de qualidade. Até 2050, a população mundial vai crescer em 3 bilhões. Somados aos 6,7 bilhões já existentes, nós teremos 10 bilhões de pessoas vivendo no nosso planeta com as mesmas reservas de água hoje existentes. Adicione-se a isso a poluição, a urbanização acelerada, a expansão da atividade econômica, as consequências e os efeitos das mudanças climáticas, o que resulta um grande desafio para a humanidade.

Aproveitamos esse dia para chamar a atenção da sociedade para a importância de preservar os recursos hídricos, porque esse é um dever do Estado, é verdade, nos seus três entes federados, mas é sobretudo um compromisso do conjunto da sociedade.



No meu Estado, Sergipe, tive a oportunidade de ser Secretário de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos por 4 anos, e construímos, Deputado Ivan, um sistema de meio ambiente e de recursos hídricos. Criamos um projeto que ganhou o Oscar das Águas, que foi o Atlas Digital e Água para o Consumo Humano.

O Atlas Digital catalogou todas as informações possíveis para, a partir delas, se construir políticas públicas eficientes. O Projeto Água para o Consumo Humano foi uma experiência de gestão compartilhada entre o Poder Público e a população através do Comitê de Bacia do Rio Japarutuba, que foi premiado, mostrando que o pequeno Sergipe foi o Estado mais premiado na sua política de recursos hídricos nesse ano, como consequência.

Quero dizer que foi aprovado agora um empréstimo de 117 milhões de dólares do Banco Mundial, para o Estado de Sergipe, para o projeto de minha autoria chamado Águas de Sergipe, uma ação compartilhada que vai garantir a institucionalização do sistema no Estado, permitir a revitalização da Bacia do Rio Sergipe, que atende metade da população sergipana e dois terços do seu território. É uma ação integrada, todos os entes estatais que têm relação com a água estão fazendo de forma sincronizada uma ação que vai desde a erradicação de lixões à recuperação de matas ciliares, recuperação da navegação e potabilidade do rio.

Quero dizer também que hoje Sergipe é o Estado com a maior cobertura de tempo/clima do Brasil. Tem uma previsão climática que é fundamental para o setor produtivo.

Finalizo, Sr. Presidente, ao agradecer a sua benevolência, dizendo que construímos duas adutoras, chamadas Alto Sertão e Sertaneja, que estão aumentando de 170 mil para 300 mil sergipanos e sergipanas atendidos, que, neste



momento, têm acesso à água potável de qualidade, vinda das águas bentas do Rio São Francisco.

Quero, neste momento, chamar a atenção dos brasileiros para a importância de cada cidadão e de cada cidadã dar sua contribuição pessoal para preservar esse recurso natural finito que é a água, fundamental para a existência do ser humano, que está presente em todas as atividades humanas, que é motor da vida, que é motor do mundo. Todas as atividades econômicas têm a presença da água.

Portanto, é importante comemorar o Dia da Água, com a consciência e a necessidade de preservá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero fazer uma homenagem ao Dia Mundial da Água, que é um bem responsável pela sobrevivência da vida humana e que promove tantos benefícios, não só no nosso País, como no mundo inteiro, e que está prestes a se esgotar caso não sejam tomadas medidas reparadoras e consistentes.

Aqui nesta Casa, como também durante toda a minha vida, seja como estudante, biólogo, mestre, professor e Parlamentar, tenho chamado atenção para esse problema, assim como tenho procurado contribuir para uma agenda positiva no sentido de todos os governantes lutarem em todas as frentes para deter essa marcha rumo a uma situação insuportável, intolerável e que pode ser capaz de



alimentar verdadeiras guerras pelo recurso natural da água em determinadas regiões do mundo onde a escassez será maior.

O Dia Mundial da Água, criado pela Assembleia Geral da ONU em 22 de fevereiro de 1993, data escolhida por recomendação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, é um momento de reflexão que, para ser construtivo, não pode deixar de mencionar os problemas que se acumulam em escala mundial na esfera do abastecimento de água de qualidade. As previsões oficiais, conhecidas de todos, são de que até 2025 cerca de dois terços da população do mundo estará vivendo em regiões carentes do recurso água. Atualmente, mais de um bilhão de pessoas no mundo já não têm acesso à água doce de qualidade.

O problema é ainda mais complicado se levarmos em conta que até 2050 a população mundial deve crescer em quase 3 bilhões de habitantes e a urbanização continuará explodindo. Se somarmos aos atuais 6,7 bilhões, chegaremos aos quase 10 bilhões de habitantes em nosso planeta. Evidentemente, trata-se de uma superpopulação diante das mesmas reservas atuais de água e, logicamente, o impacto será igualmente colossal. Por conta disso, compartilho a convicção de que não se trata apenas de uma crise da água, mas de um desafio muito mais global, verdadeira crise ambiental em todos os níveis. Trata-se de uma crise histórica da relação dos homens — e do seu consumo crescente dos recursos naturais — com o meio que nos cerca. Diante dela se faz necessário um foco muito mais aberto, mais globalizante, antes que seja tarde demais.

Como fator agravante ao problema da escassez, pela crescente demanda, temos que considerar o problema da poluição crescente das águas e do ar em todo



o planeta. A escalada da urbanização, a expansão da atividade econômica com impacto na poluição das águas de rios e lençóis e mananciais se junta às mudanças climáticas — enchentes e desvios de rios, por exemplo — para produzir, no final de contas, uma água não apenas mais escassa, mas também mais poluída.

Essa é uma realidade mundial e que cobra sua presença também no território nacional, com um resultado particularmente grave nas grandes cidades, por conta das notórias deficiências de saneamento básico, com esgotos sendo lançados diretamente nas águas e mananciais. No caso do Brasil, mesmo na Região Norte, caracterizada por grandes cursos d'água, onde ficam 80% do volume das reservas de água do Brasil, é crescente a contaminação resultante de atividades de mineração, bem como do lançamento de esgotos, principalmente nas cidades com sérias deficiências de saneamento básico. No Centro-Oeste, causa preocupação a ameaça de poluição hídrica provocada pelo uso intensivo de defensivos agrícolas na agricultura, especialmente em torno do Pantanal.

Nas demais regiões, o lançamento de resíduos industriais — inclusive os acidentes envolvendo o extravasamento de tanques de tratamento desses resíduos — continua ocorrendo, o que representa importante fator de comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, junto com o permanente lançamento de resíduos domésticos não tratados e também os chamados lixões ou resíduos sólidos a céu aberto. Por conta desse quadro, muito mais grave em outros países, onde a escassez é maior e a poluição dos ares e das águas mais profunda, não podemos deixar de reiterar nossa preocupação, em especial nesta semana em que se celebra o Dia Mundial da Água, um assunto de interesse de todos e que conta sempre com um tema para direcionar melhor os debates e as cobranças. Este ano, o escolhido



foi Cooperação pela Água. A ideia de chamar a atenção para os benefícios da colaboração no manejo de água veio da Organização das Nações Unidas — ONU, em 2010, quando o órgão estipulou que 2013 seria o Ano Internacional da Água.

Para marcar esta data, haverá eventos e atividades ao redor do mundo inteiro, que serão coordenados pela UNESCO como forma de chamar a atenção para a importância da água doce e defender o manejo sustentável dos recursos de água doce. O objetivo é aumentar a consciência para uma maior cooperação e os desafios da gestão da água no contexto de uma maior demanda por acesso à água, alocação e serviços. Cooperação Água será apresentado como uma base para a paz e desenvolvimento sustentável, visando contribuir para a redução da pobreza e equidade, criar benefícios econômicos, ajudar a preservar os recursos hídricos e proteger o meio ambiente e construir a paz.

O sucesso do Ano Internacional e do Dia Mundial da Água é dependente do envolvimento e do compromisso de um número amplo de partes interessadas, incluindo, mas não limitado a jovens, crianças, público adulto, setores econômicos, comunidades indígenas e locais, sociedade civil, governos e tomadores de decisão, organizações internacionais, agências de financiamento internacionais e os meios de comunicação. Ou seja, é necessária a cooperação de todos.

Srs. Parlamentares, sempre fui muito preocupado com os problemas do meio ambiente, luto para que tenhamos um meio ambiente equilibrado e que haja uma boa gestão dos recursos hídricos. E foi pensando assim que, quando fui Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, em Sergipe, pautei-me para resolver os problemas da escassez de água e fazer uma boa gestão.



O Estado de Sergipe conta hoje com infraestrutura hídrica para abastecimento da população do Semiárido fortalecida, com muitos projetos para melhor capacitação dos recursos hídricos, tudo por conta dos investimentos do Governo do Estado em políticas públicas voltadas para essa área, das ações conjuntas com os órgãos ligados à Secretaria, o que foi importantíssimo para que pudesse fazer uma boa gestão.

Durante o tempo em que estive à frente da Secretaria, muitos projetos foram iniciados pelo Governo do Estado e hoje operam a todo vapor, melhorando a vida do povo sergipano e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Entre as ações desenvolvidas, posso citar a ampliação, melhoria e automação do Sistema Integrado de Adutoras do Alto Sertão e Sertaneja e a construção da adutora do Semiárido, que serve para regularizar o abastecimento das localidades atualmente atendidas e estender o benefício a centenas de novos povoados, que não contam com fontes alternativas de abastecimento. Essas iniciativas da SEMARH, concluídas em dezembro de 2011, com investimento da ordem de 107,6 milhões de reais — recursos financeiros do Estado de Sergipe e do Japan Bank for International Cooperation —, ampliam de 170 mil para 330 mil o número de pessoas atendidas, residentes na região mais carente do Estado, que passam a ter garantia no fornecimento de água tratada de boa qualidade.

O Sistema Integrado das Adutoras do Alto Sertão, Sertaneja e Semiárido, além do Programa Preservando Nascentes e, em parceria com o Adote um Manancial são conquistas importantes. A adutora que está levando água para o sertanejo, de forma silenciosa, sem nenhum alarde, além do sistema de informação, que organizou mais de 100 mil dados, disponibilizados para o público, a todo o



momento, são fundamentais não só para o setor produtivo, como também para a proteção dos recursos naturais.

O sistema de cobertura de tempo e clima de Sergipe é o maior do País. Os projetos Atlas Digital e Água para o Consumo Humano receberam recentemente o prêmio da Agência Nacional das Águas como as melhores iniciativas do País.

Eu não poderia deixar de destacar aquele que considero ser o maior investimento em recursos hídricos, o Programa Águas de Sergipe, que vai recuperar a capacidade do Rio Sergipe. Esse programa prevê investimentos totais da ordem de 117 milhões 125 mil dólares americanos, dos quais 70 milhões 275 mil dólares serão financiados pelo BIRD, o Banco Mundial, e 46 milhões 850 mil dólares de contrapartida com o Governo do Estado.

O Projeto Águas de Sergipe pretende promover o uso eficiente e sustentável da água, através do fortalecimento do marco institucional e das políticas para a gestão integrada dos recursos hídricos e do meio ambiente no Estado de Sergipe e implementar ações que contribuam para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Sergipe, sob uma perspectiva integrada. A Bacia do Rio Sergipe abrange dois terços do território e mais da metade da população do Estado.

O projeto objetiva também ajudar a resolver a condição de desigualdade do Estado de Sergipe: concentração da renda, resultando em desigualdade social e exclusão; concentração da infraestrutura social e produtiva no litoral do Estado — 70% do PIB é produzido no litoral, e as oportunidades de emprego acompanham esse indicador; 40% dos empregos formais estão no setor público —, resultando em desigualdades territoriais; e concentração do PIB industrial nas indústrias de petróleo e energia hidrelétrica — PETROBRAS e CHESF respondem por quase 40% do PIB



industrial do Estado —, resultando em desigualdades na matriz de insumo-produto do Estado e na baixa capacidade de geração de emprego formal no setor privado.

Considero o Programa Águas de Sergipe como o de maior ação de investimentos de um Governo de Estado nesta área.

Também como Secretário, coordenei a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos — PERH, que foi concluído em 2010, com recursos financeiros do Governo Federal/PROÁGUA Nacional e do FUNERH, num montante de 1 milhão 179 mil reais, que estabeleceu um completo diagnóstico e prognóstico dos recursos hídricos em Sergipe. O PERH representa um importante instrumento para a gestão das águas, privilegiando o âmbito local como ambiente preferencial para que se decida sobre a compatibilização das disponibilidades e demandas hídricas para cada segmento usuário —abastecimento humano, dessedentação animal, manutenção do meio ambiente, irrigação, indústria, aquicultura e outros usos. O PERH propõe um aporte estimado de 4 bilhões de reais para atender aos programas estratégicos gerais e temáticos, que no total incluem mais de 220 ações em todas as áreas de interesse dos recursos hídricos, visando primordialmente o fortalecimento da gestão, passando pelo aparato institucional e também pela participação social, pela infraestrutura, tanto no sentido do fortalecimento e expansão, como na melhoria dos padrões de operação e manutenção.

Participei, ainda, da implementação do Plano Diretor de Abastecimento de Água do Semiárido, que busca alcançar a universalização do atendimento do abastecimento de água para as sedes municipais e os pequenos povoados dispersos territorialmente, que firmará convênio no valor de 1,5 milhão para que toda a população do Estado tenha acesso aos serviços.



É reconhecido que os Estados nordestinos apresentam problemas recorrentes relacionados à escassez de disponibilidades hídricas, agravados pela elevada variação sazonal e plurianual de períodos chuvosos, fato que demanda avanços substantivos em termos da organização técnica e institucional para gestão dos recursos hídricos, como também inversões significativas voltadas à infraestrutura, para armazenamento e transporte de águas, tendo em vista seus múltiplos usos, notadamente o abastecimento público e a irrigação de cultivos.

Em Sergipe, tratamos a água como o bem que ela é: recurso extremamente valioso. Por isso, a quantidade de água que escoia pelos rios é, hoje no Estado de Sergipe, monitorada em 68 estações fluviométricas, que medem a vazão dos 50 cursos d'água e o volume de água acumulado em 18 reservatórios. O levantamento dessas informações ao longo do tempo permitirá maior controle dos recursos hídricos do Estado, auxiliando na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e na gestão da água, através das autorizações do direito de uso de recursos hídricos, que são as outorgas da água.

Além disso, a água tem controle de qualidade em função dos aspectos peculiares do conteúdo natural de sais e substâncias potencialmente tóxicas inerentes das atividades humanas, em especial do esgoto doméstico, dos despejos industriais e dos defensivos agrícolas. Dessa forma, é importante que o sistema, que hoje possui informações dispersas espacialmente e temporalmente, tenha uniformidade dos parâmetros analisados. Tal processo se dará a partir do convênio assinado, em agosto de 2012, com o Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe — ITPS no valor de 342 milhões e 300 mil reais e permitirá um maior controle da poluição hídrica, através da determinação de 24 parâmetros físico-



químicos e bacteriológicos em 77 pontos do Estado — 59 em rios e 18 em reservatórios. Essa ação subsidiará, ainda, a implantação da outorga de lançamento de efluentes e um melhor planejamento dos recursos hídricos sergipanos.

Um outro aspecto importante em nosso cuidado com a água envolve a implantação, operação e manutenção da rede meteorológica. Assim, os Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação investiram 2 milhões e 100 mil reais na instalação de 13 estações agrometeorológicas automáticas e 18 telepluviômetros com transmissão de dados por satélite, posicionados adequadamente de modo a cobrir a extensão territorial do Estado de Sergipe. O monitoramento contínuo dos parâmetros climáticos, tais como chuva, evaporação, temperatura, radiação, velocidade do vento e umidade, permite o estabelecimento de séries históricas que irão subsidiar previsões do tempo e clima, além de auxiliar planejamento agrícola no dimensionamento de estruturas hidráulicas e estudos hidrológicos diversos.

Da mesma forma, a necessidade de sistema de previsão de eventos hidrológicos críticos, tais como secas e inundações, é fundamental. O sistema de alerta conta com 9 estações para medição de chuva e nível de rio e reservatórios, estrategicamente posicionadas, com transmissão de dados em tempo real por satélite. Os dados serão analisados pelos especialistas e, caso a situação exija, será emitido um alerta às defesas civis municipais para as devidas providências. É o cuidado com os recursos hídricos, e também com as consequências dos eventos hidrológicos críticos sobre a população.

Para tal organização da gestão dos recursos hídricos, há de haver um empreendimento no amplo conhecimento da distribuição espacial e da interação das



atividades desenvolvidas pela sociedade e a água, razão pela qual todas as informações coletadas foram apresentadas em Sistema de Informações Geográficas — SIG, através do Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, que se constitui numa ferramenta de extremo valor para o planejamento da água no território sergipano. Esse projeto foi premiado com o Prêmio Ana 2012, reconhecimento da Agência Nacional das Águas do trabalho do Estado de Sergipe.

É importante, para a gestão dos recursos hídricos, a preocupação com as áreas urbanas que produzem impactos significativos na qualidade do abastecimento de água. Por essa razão, é necessária uma estratégia integrada à área metropolitana de Aracaju.

Um elemento importante da administração desses recursos é a participação na gestão por meio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês da Bacia Hidrográfica, que são compostos por representantes de órgãos e entidades públicas com interesses na gestão, oferta, controle, proteção e uso dos recursos hídricos, bem como representantes dos Municípios contidos na Bacia Hidrográfica correspondente, dos usuários das águas e representantes da Sociedade Civil com ações na área de recursos hídricos, através de suas entidades associativas.

Finalmente, a capacitação e treinamento dos quadros profissionais na área de recursos hídricos e da gestão do sistema de proteção e gestão dos mesmos. Nesse processo, a participação de universidades federais é essencial, especialmente no desenho de cursos de especialização que atendam diretamente às necessidades.

Srs. Parlamentares, como já disse anteriormente, para comemorar o Dia Mundial da Água haverá vários eventos no planeta com o objetivo de chamar a



atenção para o problema da água. Em Sergipe não vai ser diferente: durante toda a semana, vários eventos, seminários e palestras sobre o assunto acontecerão.

Particpei terça-feira, dia 19, da abertura do 6º Encontro de Recursos Hídricos de Sergipe e da Semana da Água, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos — SEMARH. Fiquei muito feliz com o desempenho de Sergipe, em especial, pela administração estadual — SEMARH. Ressalto que o Governo Estadual avançou muito nos últimos 6 anos, principalmente no que se refere a investimento em políticas públicas voltadas para os recursos hídricos. São conquistas muito significativas. É obvio que há Estados mais avançados do que o nosso, até porque tínhamos um déficit de política pública nessa área muito grande, mas, com certeza, nenhum avançou tanto nos últimos 6 anos no processo de proteção e de organização do sistema de meio ambiente e, em especial, do sistema de recursos hídricos, do que Sergipe.

A gestão dos recursos hídricos é muito importante. Tive a oportunidade de ser Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, quando pude desenvolver e implementar ações importantíssimas para o desenvolvimento sustentável. Muitos projetos que hoje são exemplos de boa gestão em recursos hídricos começaram ou foram implementados quando eu era Secretário. Hoje, Sergipe é referencia no Nordeste em gestão dos recursos hídricos, tem como Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos o Dr. Genival Nunes, que continua fazendo uma excelente gestão na Secretaria, e com o Dr. Ailton Rocha, que é o Superintendente de Recursos Hídricos do Estado, uma pessoa preparada para essa área, o que faz com nos últimos 6 anos de Sergipe um Estado forte. Uma parceria de muito sucesso, que começou na minha gestão na SEMARH.



Senhores, a água é crucial para todas as atividades humanas, desde as industriais, comerciais até as do dia a dia. A água move o mundo e é fundamental que ela seja preservada, porque é um bem finito. E nós que somos um país que tem o maior potencial de água doce do planeta, temos o desafio de preservá-la.

Quero dizer que lutei muito pela preservação das águas durante o debate em torno do Código Florestal, no Congresso Nacional. Principalmente no que se refere à manutenção e conservação das áreas de preservação permanente para preservar as matas ciliares, fiquei feliz quando a Presidenta Dilma teve a coragem de vetar os pontos que atentavam contra as águas brasileiras.

Finalizo este pronunciamento com a certeza de que são importantes ações conjuntas e interdisciplinares na gestão dos recursos hídricos, mais investimentos nessa área, pois só teremos um meio ambiente equilibrado quando existir a cooperação de todos conjuntamente. Somente com políticas públicas e com a participação dos diversos setores da sociedade, conseguiremos o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Márcio Macêdo, o Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Colbert Martins, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Com a palavra o Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão.

**O SR. CLEBER VERDE** (PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, no auditório Nereu Ramos, o Instituto MOSAP reuniu centenas de aposentados do serviço público.

O MOSAP, demais institutos, sindicatos de aposentados dos Estados brasileiros estiveram presentes com uma reivindicação, Sr. Presidente: justamente garantir a apreciação da PEC 555, que está aqui pronta para ser votada. É uma PEC que extingue a cobrança de contribuição previdenciária ao servidor público inativo.

Eu era Vereador em São Luís quando surgiu essa discussão nesta Casa. Fiz um movimento na Praça Deodoro, na capital, exatamente com o intuito de reunir aposentados e falar da inconstitucionalidade dessa medida, que fere cláusula pétrea da Constituição. Infelizmente, foi aprovada e hoje nós temos a taxação.

O que nós queremos é uma revisão desse mecanismo, que atenta contra a Constituição e, principalmente, contra os direitos dos nossos aposentados, que veem mensalmente retirados dos seus proventos recursos de forma, segundo entendemos, ilegal.

Portanto, nada mais justo do que esta Casa apreciar a matéria e fazer justiça aos aposentados.

Quero parabenizar todos os movimentos — ANFIP, ANASPS, MOSAP, COBAP —, todas as entidades sindicais do Brasil que se reuniram ontem para sensibilizar os nobres Parlamentares desta Casa para que possamos, com o apoio dos nossos Líderes, apreciar essa matéria tão importante que está na agenda positiva em favor dos aposentados do País.



É um apelo que faço em nome da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Aposentados e Pensionistas para que possamos apreciar, entre outras, de forma prioritária, essa matéria.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero fazer um registro. Na tarde de hoje o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, vai estar no Maranhão levando informações sobre o andamento das obras da refinaria que está sendo construída no Maranhão. Sabemos que boa parte da terraplenagem foi concluída e certamente o Ministro dará explicações sobre a continuidade da obra, de grande importância. Estão presentes no plenário os Deputados Weverton Rocha e Simplício Araújo, que têm também a preocupação de ver essa obra concluída. São quase 40 bilhões de investimento e é uma obra de grande importância para o Maranhão no que se refere à geração de empregos e de oportunidades.

Portanto, não podemos prescindir desse grande benefício.

Hoje o Ministro estará no Maranhão para levar informações a políticos e empresários, que, preocupados com a temática da refinaria, solicitam informações urgentemente. Inclusive, o nobre Deputado Weverton Rocha fez requerimento para que, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, a PETROBRAS preste esclarecimentos sobre essa refinaria, que é, de fato, muito relevante e da qual nós não podemos prescindir.

Inclusive, a bancada está aqui apoiando a iniciativa, entendendo que o Ministro, em nome do Governo, vai levar ao Estado as informações necessárias sobre a continuidade das obras, que, repito, são de grande importância para o Estado.



Tendo em vista a construção da refinaria, Deputado Colbert Martins, muitas universidades já implantaram cursos de capacitação na área específica para formar profissionais que irão trabalhar no setor. A notícia da obra movimentou todo o Estado.

Uma obra tão importante, que vai gerar empregos diretos e indiretos, cujo investimento é de 40 bilhões, não pode ser paralisada.

Portanto, hoje o Ministro dará a todos nós informações sobre a continuidade dessa grande obra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**A SRA. MARGARIDA SALOMÃO** (PT-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Colbert Martins, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uso da palavra nesta manhã para dar ciência a esta Casa da grave situação que está sendo enfrentada pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, o qual está com parte das suas atividades suspensas e comprometidas.

Os trabalhadores daquele hospital, no exercício da sua autonomia universitária, votaram pela não adesão da Universidade à Empresa Brasileira de Serviços Hospitais — EBSERH.

Dificuldades relatadas pelo Reitor da Universidade em manter o hospital aberto geram grave prejuízo para os usuários, tanto estudantes como o pessoal que é atendido, que, na verdade, são habitantes de uma população numa região de 2,5 milhões de habitantes.

Então, neste momento, quero fazer um apelo ao MEC e ao Ministério da Saúde para que encontrem uma solução transicional que garanta a continuidade do serviço do hospital, respeite a autonomia universitária e, ao mesmo tempo, permita que a população da região do sudeste de Minas continue a ser atendida por essa unidade hospitalar de excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. Logo em seguida, o Deputado Manoel Junior.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Manoel Junior, esse talento querido.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - V.Exa. conclua no seu tempo regimental, por favor, Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Muito obrigado. Esse rigor V.Exa. passa a exercer a partir de agora, Deputado Colbert?

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Neste momento.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Eu agradeço a sua delicadeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Neste momento, porque sei que V.Exa. é extremamente rigoroso também.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Então vamos começar com o tempo regulamentar de 3 minutos a que eu tenho direito, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Nobre Deputado Jardim.

**O SR. ARNALDO JARDIM** (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós temos uma triste notícia, que foi a extinção, ontem, por iniciativa do Prefeito de São Paulo, Sr. Fernando Haddad, aprovada pela Câmara Municipal, da chamada inspeção veicular na cidade de São Paulo.

Eu quero lamentar muito esse fato. Todos nós sabemos o desafio que são as mudanças climáticas. Eu integro a comissão há pouco referida aqui, que é uma Comissão Mista do Congresso Nacional. Nós, que sabemos da necessidade de diminuir o grau de emissão de gás de efeito estufa, sabemos o quão lamentável é



essa disposição, que, na prática, impede que o controle mais efetivo ocorra, abre mão de forma extremamente leviana desse procedimento.

Se somarmos aquilo que tem sido uma história de luta nossa, por um lado, para mantermos o etanol, imaginemos as grandes cidades no Brasil, e particularmente São Paulo, sem a existência do etanol! Se nós esquecermos aquilo que foi o embate em que muitos de nós estivemos envolvidos para que a PETROBRAS tivesse a disposição de respeitar as regras do chamado PROCONVE, que é exatamente o Programa de Controle Veicular, para implantação do *diesel* com menor teor de enxofre, nós estaremos ainda mais pesarosos com o que aconteceu.

Numa atitude sem nenhum tipo de critério, sem nenhuma alternativa de controle, do ponto de vista da poluição, por pressão do Prefeito, que eleitoralmente se entusiasmou em buscar acabar com a taxa, falando de uma taxa, acabou com um programa grave e importante de controle da poluição. Fez isso desrespeitando estudos feitos pela Faculdade de Saúde Pública, de São Paulo, pelo Prof. Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP. E fez isso atropelando um contrato estabelecido, um programa que empregava pessoas e constituía uma rede de apoio em autopeças, em indústrias mecânicas, um ato jurídico perfeito, um contrato vigente na cidade de São Paulo que foi atropelado dessa forma, a partir da extinção do contrato com a Controlar, empresa que tem sido inclusive referência pela excelência do seu trabalho e referência para que esses programas possam ser implantados em outras cidades.

Aqueles que se preocupam com a questão ambiental, com a qualidade de vida nas cidades, não podem ficar calados diante disso. De um lado, há irresponsabilidade do ponto de vista ambiental; de outro lado, exatamente, há a



fragilidade daquela que é uma postura que atropela contratos, desrespeita tudo aquilo que estava estabelecido anteriormente. Queremos que essa situação rapidamente possa ser invertida.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Para concluir, Deputado Jardim.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Presidente, eu fico sensibilizado até, mas pensei que V.Exa. fosse usar o rigor especificamente comigo. Mas então eu lhe agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - V.Exa. traz um assunto de relevância, responsabilidade e de conhecimento.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Muito obrigado, Deputado Colbert. Isso só aumenta o respeito que já tenho por V.Exa., essa delicadeza.

Esses recursos implantados na cidade São Paulo — hoje, nós temos lá 211 linhas de inspeção, 11 centros de inspeção que estão funcionando — significaram a melhoria da qualidade dos veículos que circulam na cidade de São Paulo e a diminuição da quantidade de poluentes emitidos naquela cidade.

Que isto possa ser preservado e continuado, tanto o contrato vigente, mas, acima de tudo, o programa de fiscalização da emissão a partir de veículos leves.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Muito obrigado a V.Exa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, refiro-me a Contrato de Concessão com a Empresa de Propósito Específico (EPE) Controlar S/A, mediante licitação pública, pelo prazo de 10 anos, podendo ser renovado por igual período, para



implantação e operação do Programa de Inspeção Ambiental dos Veículos em Uso na Cidade de São Paulo — Programa I/M-SP.

O referido contrato foi assinado em 1996, sendo que a Ordem de Serviço (OS) para sua efetiva implantação e operação foi adiada e/ou suspensa por diversas vezes durante três administrações municipais sucessivas.

O motivo desses adiamentos foram justamente as ações judiciais propostas contra o Edital de Licitação e posteriormente o contrato, arguindo supostas ilegalidades. Tais ações foram julgadas improcedentes, por unanimidade, tanto pelo TJ-SP como finalmente pelo STJ, quando transitaram em julgado, confirmando o referido contrato como ato jurídico perfeito.

Finalmente, em 2007, na administração Gilberto Kassab, a suspensão da OS foi revogada, tendo a concessionária contratada, imediatamente, iniciado a efetiva implantação do Programa e, em 2008, iniciado sua operação.

Desde então, cerca de 200 milhões de reais foram investidos pela iniciativa privada (em valores atualizados) na construção de 16 centros de inspeção, num total de 211 linhas de inspeção, em terrenos com área total de 226 mil metros quadrados na área urbana do Município (média de 14 mil metros quadrados por centro), equipamentos, sofisticados sistemas de informática, com dois *data centers* funcionando ininterruptamente, *links* de comunicação e treinamento de pessoal.

O Programa gera atualmente mais de 800 empregos diretos e 3.200 indiretos (na indústria de reparação — autopeças e oficinas mecânicas).

Além de o I/M ser um programa ambiental, que visa à melhoria da qualidade do ar que os paulistanos respiram, sendo proprietários ou não de veículos automotores, é também reconhecidamente um importante programa de saúde



pública. Recentes estudos feitos pela Faculdade de Medicina da USP comprovam que desde sua implantação o Programa salvou centenas de vidas e economizou milhões de reais em custos do sistema de saúde pública. E quanto vale uma vida?

O Ministério Público no ano passado abriu inquérito e posteriormente ofereceu denúncia civil e criminal, alegando supostas novas irregularidades e ilegalidades na execução contratual, as quais se encontram em análise da Justiça em primeira instância.

Com o devido respeito que o MP merece, no Estado Democrático de Direito cabe ao Poder Judiciário, e tão somente a ele, analisar os fatos apresentados pelo MP e a defesa apresentada pelas partes e julgar a legalidade ou ilegalidade de atos praticados por agentes públicos.

Por conta de promessa de campanha para acabar com a taxa de inspeção veicular, o Prefeito Haddad vem patrocinando uma verdadeira campanha de difamação contra a Concessionária e o Programa, visando à rescisão contratual, ou seja, buscando encontrar razão para a ruptura de ato jurídico perfeito, entendido pelo STJ em decisão transitada em julgado.

Preocupa o aspecto da segurança jurídica na relação de investidores privados e o Estado brasileiro, justamente numa fase de nossa economia onde os investimentos privados, estrangeiros ou nacionais, serão fundamentais para prover o País da infraestrutura necessária para sairmos desse gargalo do ponto de vista econômico que vivemos em nosso País.

Princípio da segurança jurídica e o respeito a contratos assinados. O respeito a contratos assinados é um dos pilares constitucionais do Estado Democrático, baseado no princípio inafastável da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI).



O estrito cumprimento ao princípio é dever do Estado e direito fundamental do cidadão: a boa-fé, a irretroatividade da lei e o respeito ao ato jurídico perfeito são uma espécie de *commodity* — como recentemente definiu o Procurador-Geral da República —, essencial para diminuir o Risco Brasil e incentivar os investimentos que movimentam a economia e geram empregos.

Ao alterar unilateralmente regras contratuais claras e preestabelecidas, a administração pública passa uma mensagem institucional de autoritarismo e arbitrariedade, que tem por consequência apenas afugentar empresários e investidores sérios.

Se premissas contratuais básicas podem ser modificadas ao bel-prazer do governante do dia, sem que haja qualquer readequação das condições econômico-financeiras que lhes sustentavam, está rasgada e jogada ao chão a proteção da “confiança legítima” — nas palavras do Ministro Luiz Fux, do STF —, que deve nortear as relações entre o público e o privado.

É dever institucional de um Estado de Direito fornecer “*todas as condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade*” (Jorge Vanossi, *El Estado de Derecho en el Constitucionalismo Social*). O contrário disso é o reino do arbítrio.

E a situação piora quando revestida daquilo a que se costumou chamar “demagogia regulatória”, termo cunhado com grande propriedade pelos melhores especialistas nas concessões de serviços públicos.

“*A expressão indica condutas governativas orientadas a capturar a simpatia eventual e passageira dos interessados, conforme a conveniência do momento*”



(Marçal Justen Filho, *Teoria Geral das Concessões*), pouco importando a sua legalidade efetiva. Com esse objetivo nada jurídico, privilegia-se o resultado político mais fácil, com consequências devastadoras ao País.

É isso, pois simplesmente “*não haverá viabilidade de obter ou manter a colaboração de particulares sem a garantia*” (Marçal Justen Filho, *Teoria Geral das Concessões*), garantia de uma tarifa efetiva, segundo os termos da proposta que venceu a licitação; garantia de que as premissas mais básicas da outorga não serão arbitrariamente alteradas no meio do caminho para satisfazer arroubos populistas; garantia, enfim, de que haverá segurança jurídica.

Frustrar esses direitos essenciais corresponde a “*dar um tiro no próprio pé*”. *A Administração não é ‘dona’ da coisa pública para frustrar a continuidade do serviço e inviabilizar a satisfação das necessidades da comunidade no futuro*” (Marçal Justen Filho, *Teoria Geral das Concessões*). Espantando potenciais investidores através de atitudes temerárias, como as que agora são vistas, é isso — inviabilizar a satisfação das necessidades no futuro — o que fatalmente ocorrerá.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Manoel Junior.

**O SR. MANOEL JUNIOR** (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, eu trago um assunto recorrente, que já ocupou não apenas as páginas policiais dos jornais, do noticiário da minha pequena Paraíba, mas que se tem agravado a cada dia.

Na verdade, eu não gostaria de tratar dessa questão, porque a Paraíba, Sr. Presidente, Colbert Martins, sempre foi um Estado pacato, de pessoas ordeiras, onde a paz sempre imperou, o que não ocorre nos dias atuais.

Por isso solicitei, como coordenador da bancada, ao Ministro José Eduardo Cardozo, e ainda aguardo, audiência justamente da bancada paraibana para tratar de um problema que assola o nosso Estado: a violência.

A Paraíba, infelizmente, está no *ranking* do chamado Mapa da Violência 2013, em quinto lugar; mesmo sendo um Estado pequeno, de apenas 3 milhões e 600 mil habitantes, a Paraíba hoje exhibe aproximadamente 4,38 mortes ao dia por causa da violência urbana, da violência rural que se alastra em todo o Estado.

O colunista Rubem Nóbrega, recentemente, no dia 19 de março, na sua coluna intitulada *Violência, deve ser mentira*, na verdade, faz uma comparação às promessas feitas pelo Governador Ricardo Coutinho, quando da sua eleição, prometendo à Paraíba que, em 6 meses, a violência estaria pelo menos controlada, fato esse que não ocorreu.

João Pessoa, que sempre foi uma capital extremamente tranquila, é a oitava cidade mais violenta do mundo e a segunda mais violenta em homicídios ocorridos. A cada final de semana, somam-se mortos, pessoas que inclusive são efetivamente



trabalhadores, pessoas que estão na labuta diária, tendo suas vidas ceifadas por conta da violência indiscriminada, não apenas nas grandes cidades, mas também no interior da Paraíba. João Pessoa também lidera os homicídios de negros no País. É uma cidade que sempre foi, comparada com a Lagoa Sólon de Lucena, tranquila, calma e serena, mas infelizmente exhibe isso.

Estive fazendo um retrospecto recente e pude verificar que, nesses primeiros meses do ano, houve 32 ocorrências de explosões de caixas eletrônicos e assaltos a agências bancárias em todo o Estado. E vem o Sr. Governador maquiar, juntamente com o Secretário de Segurança Pública, os números que são efetivamente exibidos pela imprensa corajosa da Paraíba, por alguns colunistas políticos, aqueles que têm responsabilidade, a exemplo do jornalista Rubens Nóbrega.

Enquanto eu estava me preparando para falar desta tribuna, mais uma agência da Caixa Econômica de Manaíra estava sendo assaltada. Isso tudo, Sr. Presidente, porque o nosso Estado tem o vigésimo pior salário pago neste Brasil aos policiais militares e aos policiais civis. Nós estamos lá embaixo no tópico dessas remunerações, sem falar do aparato policial, que é despreparado: faltam coletes, armamentos, tudo que é necessário para compor uma polícia eficiente e que possa combater o crime organizado.

Por isso, para concluir, eu gostaria muito de enfatizar ao Sr. Ministro da Justiça o pedido urgente de audiência que a bancada paraibana fez, para levarmos a S.Exa. o conhecimento dos números e dados, que ele já tem, para que possa tomar alguma providência. Infelizmente, o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atestaram, nas últimas ações, que a segurança pública na



Paraíba não é prioridade de Governo. Homens e mulheres de bem estão morrendo no nosso Estado, graças à incompetência daquele Governo.

Por isso, faço coro juntamente aos meus pares paraibanos para ser recebido pelo Ministro José Eduardo Cardozo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Governo Federal, formado pelo PT e pelo PMDB, por mais uma medida que visa fortalecer o programa de formação de mão de obra técnica. Falo da ampliação das regras para acesso à educação profissional e tecnológica no País. A partir de agora, as instituições privadas de ensino superior e escolas privadas de educação tecnológica também podem aderir ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, por meio da oferta de bolsas de estudos para cursos de ensino técnico e formação inicial e continuada.

De acordo com matéria publicada no *Diário Oficial União*, no último dia 7, os créditos do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES Técnico, poderão ser usados para essa modalidade. A medida amplia, e muito, o alcance dos investimentos governamentais nesse setor educacional, o do ensino técnico, que tem tudo a ver com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Naturalmente, em função da grande necessidade do País no que diz respeito à mão de obra técnica, tanto de nível médio quanto de nível superior, necessidade que caracteriza importante gargalo no caminho do nosso desenvolvimento.



A instituição do PRONATEC no Brasil representa, desde a sua concepção, o interesse do poder central em remover esse gargalo. Criado em 2011, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico oferecido em escolas federais e estaduais e também em escolas do SENAI e do SENAC, o PRONATEC, apenas no primeiro ano de funcionamento, teve mais de 720 mil jovens matriculados. Em outubro do ano passado, ao fazer o balanço do primeiro ano do programa, a Presidenta Dilma Rousseff prometia — e agora é possível observar que não estava brincando — que o objetivo continuava sendo o de ampliá-lo ainda mais.

Na Bolsa-Formação do PRONATEC, por exemplo, serão oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT. São dois tipos de curso: o técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de 1 ano; e o de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com duração mínima de 2 meses. Durante o curso, o estudante recebe material didático e auxílio para alimentação e transporte. Centenas de Municípios já oferecem esses cursos, o que aumenta as chances de cada um interessado em ingressar no programa.

Pois bem, este ano, até duas semanas atrás, havia mais de 37 mil e 300 inscrições para a Bolsa-Formação do PRONATEC, conforme balanço divulgado pelo Ministério da Educação. A etapa de inscrições *on-line* é feita pelo portal do PRONATEC, que começou a funcionar no dia 18 de fevereiro. O processo é contínuo e não há data limite para as inscrições. Segundo o MEC, o programa, até agora, já atendeu mais de 2 milhões e 500 mil brasileiros e, até 2014, tem como meta oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores. Apenas para este ano, estão previstos 2 milhões e 300



mil vagas em 724 mil e 500 cursos técnicos e mais de 1 milhão e 500 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada.

Ainda segundo os dados do MEC, já foram feitas mais de 788 mil e 900 matrículas no País, com destaque para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que tinha previstas 151 mil e 500 vagas e matricularam 252 mil e 700 estudantes.

Os cursos de formação inicial e continuada registraram 1 milhão e 700 mil matrículas, sendo 548 mil e 600 por meio do Programa Bolsa-Formação Trabalhador e 1 milhão e 100 mil resultantes de acordos de gratuidade com o Sistema S.

A grande vantagem é que podem se inscrever no PRONATEC trabalhadores, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; povos indígenas; comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; desempregados; pessoas com deficiências; pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais; praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do serviço militar ou atiradores de Tiro de Guerra; e estudantes matriculados no ensino médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos — EJA.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênzo o Governo Federal, através da Presidenta Dilma Rousseff e do Vice-Presidente Michel Temer, e o Ministro Mercadante, por essa disposição em ampliar cada vez mais o PRONATEC, com o objetivo de fazer com que o País avance cada vez mais no campo educacional, com particular atenção para o ensino técnico profissionalizante,



objetivando, acima de tudo, impulsionar o progresso do Brasil, pelo favorecimento ao avanço econômico e social.

Muito obrigado.



**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das preocupações que trago para o debate nesta manhã é uma extensão do que discutimos semana passada na reunião da bancada federal do meu Estado, que contou com a participação do Governador Confúcio Moura, que, posteriormente, participou de uma reunião com Governadores de todo o Brasil, os Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e Líderes partidários do Congresso.

Trata-se da discussão em torno do estabelecimento de novas regras para o repasse de recursos do Fundo de Participação dos Estados — FPE e da proposta de unificação das alíquotas para repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS.

A proposta do Governo Federal de reforma do ICMS, que está colocada no Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, unifica as alíquotas estaduais em 4% até 2025.

Em tese, a proposta é uma saída organizada da guerra fiscal. No entanto, na prática, poderá aumentar ainda mais as desigualdades sociais e econômicas entre os Estados brasileiros, prejudicando o desenvolvimento do País como um todo. Isso porque, diante de uma mesma alíquota, as indústrias não terão mais estímulo para se instalarem fora do grande eixo consumidor do País: as Regiões Sul e Sudeste.

Por outro lado, temos oito projetos em discussão no Congresso Nacional que tratam de estabelecer novos critérios para os repasses do Fundo de Participação dos Estados.

Esses dois temas que debatemos aqui, juntamente com as discussões em torno das novas regras de distribuição dos *royalties* do petróleo, da repactuação das



dívidas com a União, da tributação do ICMS da energia elétrica, da compensação a Estados e do Fundo de Desenvolvimento Regional fazem parte da grande discussão que travamos em torno de um novo pacto federativo para o Brasil, no qual haja mais equilíbrio entre a União e os Estados.

Este contexto, Sr. Presidente, está deixando muitos Estados em situação preocupante frente à queda na arrecadação e diante das propostas em debate nesta Casa e no Brasil inteiro.

No que diz respeito ao Fundo de Participação dos Estados, a proposta que está mais próxima de um acordo é a do Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, que tramita como emenda substitutiva ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2011. Ela pretende estabelecer um ponto de equilíbrio entre os interesses e as necessidades das 27 unidades federativas, porém, mantém, na maioria dos casos, as desigualdades.

Um dos principais pontos do documento é a manutenção dos repasses atuais para 2013 e 2014. No entanto, havendo perda de receita, está prevista, para o Estado de Rondônia, uma redução nos índices de repasse de 2,81% para 2,44%. Isso porque a base de cálculo para o repasse do FPE, em 2013, não considera a queda na arrecadação em 2012 por conta das reduções no IPI para automóveis e linha branca. Só o Estado de Rondônia perderá em torno de R\$257 milhões em 2013, e essa situação ocorrerá em outros 14 Estados.

Além disso, o Estado de Rondônia deverá acumular perdas de ICMS decorrentes da desativação de alguns terminais da usina termoelétrica da ELETRONORTE, que, em 2013, será de R\$168 milhões, e da comercialização de energia, no valor de R\$36 milhões.



Sr. Presidente, o Estado de Rondônia não pode aceitar, em hipótese alguma, a redução do índice de rateio dos repasses constitucionais de 2,81% para 2,44%, mesmo em regra de transição.

Considerando que o principal objetivo do FPE é promover a redução das desigualdades entre Estados e regiões, é necessário que tenhamos um olhar diferenciado sobre Rondônia, a Amazônia e as regiões menos desenvolvidas do País. A Amazônia, em especial, já contribui imensamente para compensar o passivo ambiental da Federação brasileira, uma vez que mantém mais de 80% de suas florestas preservadas.

Nesse sentido, minha sugestão é que o componente ambiental presente na proposta da Senadora Vanessa Grazziotin que tramita em conjunto com o Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2012, seja incorporada à proposta do Senador Walter Pinheiro.

Entendo que seria injusto com a Amazônia não receber nenhuma compensação tributária para manter seu patrimônio ambiental, uma vez que nossos produtores rurais e todas as atividades econômicas têm limitação para o seu desenvolvimento na região e pagam um preço muito alto para competir com os Estados do Sul e do Sudeste.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um alerta a esta Casa, no sentido de que esse tema interessa ao Brasil, mas esse novo pacto federativo que estamos discutindo amplamente deve fazer justiça ao País, deve considerar as diferenças regionais, sob pena, Sr. Presidente, de criarmos uma situação difícil para os Estados da Federação.

É o apelo e o alerta que faço, em nome do que mais interessa ao Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Obrigado a V.Exa.



**O SR. MANOEL JUNIOR** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MANOEL JUNIOR** (PMDB-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar mais uma medida do Governo Federal, formado pelo PT e pelo PMDB, que visa fortalecer o programa de formação de mão de obra técnica. Falo da ampliação das regras para acesso à educação profissional e tecnológica no País. A partir de agora, as instituições privadas de ensino superior e as escolas privadas de educação tecnológica também podem aderir ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, por meio da oferta de bolsas de estudos para cursos de ensino técnico e formação inicial e continuada.

De acordo com a matéria publicada no *Diário Oficial* da União, no último dia 7, os créditos do Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade da educação profissional e tecnológica, o FIES Técnico, poderão ser usados para essa modalidade.

A medida amplia, e muito, o alcance dos investimentos governamentais nesse setor educacional, o do ensino técnico, que tem tudo a ver com o desenvolvimento econômico e social do Brasil, naturalmente, em função da grande necessidade do País, no que diz respeito à mão de obra técnica, tanto de nível médio quanto de nível superior, necessidade que caracteriza importante gargalo no caminho do nosso desenvolvimento.

A instituição do PRONATEC no Brasil representa, desde a sua concepção, o interesse do Poder Central em remover esse gargalo. Criado em 2011, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico oferecido em escolas federais e



estaduais e também em escolas do SENAI e do SENAC, o PRONATEC, apenas no primeiro ano de funcionamento, teve mais de 720 mil jovens matriculados. Em outubro do ano passado, ao fazer o balanço do primeiro ano do Programa, a Presidenta Dilma Rousseff prometia — e agora é possível observar que não estava brincando — que o objetivo continuava sendo o de ampliá-lo ainda mais.

Na Bolsa-Formação do PRONATEC, por exemplo, serão oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT. São dois tipos de curso: o técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de 1 ano, e o de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com duração mínima de 2 meses.

Durante o curso, o estudante recebe material didático e auxílio para alimentação e transporte. Centenas de Municípios já oferecem esses cursos, o que aumenta as chances de cada interessado em ingressar no programa.

Pois bem, este ano, até duas semanas atrás, havia mais de 37.300 inscrições para a Bolsa-Formação do PRONATEC, conforme balanço divulgado pelo Ministério da Educação. A etapa de inscrições *on-line* é feita pelo portal do PRONATEC, que começou a funcionar no dia 18 de fevereiro. O processo é contínuo e não há data limite para as inscrições. Segundo o MEC, o programa, até agora, já atendeu mais de 2 milhões e 500 mil brasileiros e, até 2014, tem como meta oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores.



Apenas para este ano, estão previstos 2 milhões e 300 mil vagas, em 724 mil e 500 cursos técnicos, e mais de 1 milhão e 500 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada.

Ainda segundo os dados do MEC, já foram feitas mais de 788 mil e 900 matrículas no País, com destaque para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que tinha previstas 151 mil e 500 vagas e matriculou 252 mil e 700 estudantes.

Os cursos de formação inicial e continuada registraram 1 milhão e 700 mil matrículas, sendo 548 mil e 600 por meio do Programa Bolsa-Formação Trabalhador e 1 milhão e 100 mil resultantes de acordos de gratuidade com o Sistema S.

A grande vantagem é que podem se inscrever no PRONATEC trabalhadores, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; povos indígenas; comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; desempregados; pessoas com deficiências; pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais; praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do serviço militar ou atiradores de Tiro de Guerra; e estudantes matriculados no ensino médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Assim, Sr. Presidente, Sas. e Srs. Deputados, parabênzo o Governo Federal, através da Presidenta Dilma Rousseff e do Vice-Presidente Michel Temer, e o Ministro Mercadante por essa disposição em ampliar cada vez mais o PRONATEC, com o objetivo de fazer com que o País avance cada vez mais no campo educacional, com particular atenção para o ensino técnico profissionalizante,



objetivando, acima de tudo, impulsionar o progresso do Brasil, pelo favorecimento ao avanço econômico e social do País.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, gostaria de agradecer a fala, agora há pouco, do colega Deputado Cleber Verde, que é da base do Governo, no Maranhão.

As colocações que fez S.Exa. mostram que a discussão sobre a Refinaria Premium, no Maranhão, não é uma discussão entre Oposição e Situação no Estado. O problema da Refinaria Premium é uma situação, primeiro, de interesse direto do povo brasileiro e também de impacto e interesse direto do povo do Maranhão, na Região Metropolitana de São Luís, principalmente na cidade onde está localizada a refinaria, a cidade de Bacabeira.

Ontem aprovamos, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, um pedido de audiência pública e de informações a respeito da refinaria. É importante que fique esclarecido que, nesse requerimento de audiência pública sugerimos, num primeiro momento, o convite à PETROBRAS, à empresa, ao Prefeito de Bacabeira, ao representante do sindicato dos trabalhadores de lá e à Câmara de Vereadores. Então, estamos convidando um representante de cada setor desses, para que possamos, juntos, entender o que realmente está acontecendo e o que vai ser anunciado para frente.

O que estamos falando aqui, Sr. Presidente, é um assunto de extrema seriedade e importância. Há alguns anos, a PETROBRAS foi ao Maranhão com o Presidente Lula, anunciou esse empreendimento da Refinaria Premium, que iria investir milhões e milhões de reais no Maranhão, que lá seriam refinados cerca de



600 mil barris-dia de petróleo, o investimento total seria de 20 bilhões de reais e que se gerariam, no impacto direto, mais de 60 mil empregos, só no campo de obras. Ou seja, criou-se uma grande expectativa, as pessoas valorizaram os terrenos, a especulação imobiliária foi grande, a área urbana desceu para dentro do Município de Bacabeira, enfim, criou-se uma falsa sensação de desenvolvimento naquele Município, e as obras pararam.

Hoje nós já tivemos informação de que o Ministro Lobão está indo ao Maranhão, a São Luís, e vai dar uma coletiva para falar sobre essa situação. Eu quero até parabenizá-lo, porque ainda não tínhamos ouvido falar a respeito do real assunto, de como está a situação da Refinaria Premium, de Bacabeira. E eu sugiro ao Ministro Lobão que também se coloque à disposição da Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com a PETROBRAS, para dar essa satisfação ao povo brasileiro, ao povo de Bacabeira e ao povo do Maranhão.

Repito: não é uma questão de partidos. É uma questão de todos os grupos. Nós temos que lutar pelo Brasil, pela PETROBRAS e pelo Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - Muito obrigado a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Colbert Martins) - O Líder do PDT pede a palavra como Líder. *(Pausa.)*

Por concessão, então com a palavra o Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Líder André Figueiredo e ao Deputado Colbert Martins a solidariedade.

Sr. Presidente, hoje queremos prestar nossa solidariedade à memória e à família de Vladimir Herzog, morto pela ditadura militar em 1975, e também, por justiça, contra José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Esportes, na época Deputado Estadual e denunciante de Vladimir Herzog na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nós estivemos na Universidade de São Paulo, onde a Comissão Nacional da Verdade fez outro atestado de óbito para Vladimir Herzog, resgatando a verdade histórica: o seu assassinado por tortura, no DOI-CODI de São Paulo, e não suicídio, como aparece naquelas fotos montadas há tantos anos.

Vladimir Herzog foi um resistente da ditadura militar, e agora seu filho, Ivo Herzog, e sua ex-esposa Clarice Herzog lançam um abaixo-assinado na Internet pedindo que o Sr. José Maria Marin, hoje Presidente da Confederação Brasileira de Futebol — CBF, que estará presidindo a Copa do Mundo junto com a Presidência da República, caia fora da CBF, seja investigado e punido pelos crimes de falsa denúncia e corresponsável por tortura e morte. É por isso que todos devem assinar esse abaixo-assinado.



E quero cumprimentar, desta tribuna, pela coragem política, o nosso Deputado Romário, que ontem pediu cadeia para José Maria Marin. E é o que ele merece mesmo. Ele está presidindo a CBF.

Desta tribuna, quero dizer da necessidade de nós revermos a Lei de Anistia, porque as pessoas que torturaram e mataram precisam pagar por seus crimes, senão não vamos virar essa página da história brasileira.

Desde já, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos nos aliar a esse abaixo-assinado e dizer que estamos na campanha Fora Marinho!

O Partido Socialismo e Liberdade, com sua tradição, na luta contra o regime militar, em defesa da liberdade e dos direitos humanos, contra a ditadura militar, se engaja nessa campanha para que a representação do Brasil na Copa do Mundo não fique na mão de alguém que tem que pagar inclusive pelas suas posições e pelo assassinato de Vladmir Herzog.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um ato de extrema carga simbólica, de valor inestimável para a democracia e para o resgate da memória e da verdade neste País, teve lugar no último dia 15. Tardou, mas podemos celebrar a reparação da verdade em relação ao assassinato de Vladimir Herzog. A família do jornalista recebeu finalmente a versão corrigida do atestado de óbito do jornalista, morto em 1975, durante a ditadura militar. Quase 38 anos depois, não existe mais nenhuma dúvida sobre a falsidade da foto em que Herzog aparece enforcado numa das celas do DOI-CODI, em São Paulo.



Na certidão, revisada após determinação da Justiça, a causa da morte passa a ser “*lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-CODI)*”, que substituiu formalmente a versão de “*asfixia mecânica por enforcamento*”. A viúva do jornalista, Clarice, o filho Ivo e o neto Lucas receberam o documento da Comissão Nacional da Verdade. Até então, a família de Vlado vinha sendo obrigada a portar uma certidão de óbito falsa, produzida pelo regime autoritário que o torturou e o assassinou.

Como sabemos, e todos os indícios sempre apontaram, Herzog se apresentou espontaneamente ao DOI-CODI após ter sido procurado por agentes da repressão em sua casa e na *TV Cultura*, onde trabalhava como diretor de jornalismo. Ele foi torturado e espancado até a morte.

O reconhecimento de que Vlado não se suicidou nos alegra, mas sabemos que ainda não é o suficiente, pois assim como sua família, acreditamos que a justiça deve ser feita — neste e em todos os casos de tortura e assassinato ocorridos durante a ditadura dos militares, para os quais, diga-se, famílias também possuem falsas versões da morte de seus entes. Isso significa, portanto, conhecer os responsáveis e julgá-los, o que torna premente a revisão da Lei de Anistia.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos — OEA vai investigar a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Vladimir Herzog. Segundo a denúncia, o Brasil ainda não cumpriu com seu dever de investigar, processar e punir os responsáveis pela morte de Vlado, o que significa que o Judiciário brasileiro foi omissos durante a ditadura e ainda agora. Caso as recomendações não sejam cumpridas, o caso poderá ser levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos.



Como apontam os familiares de Vlado, há também a expectativa de que o Supremo Tribunal Federal reveja seu parecer sobre a Lei de Anistia e a aplique como deve aplicar, unilateralmente, porque é uma lei para os presos e perseguidos políticos, e não para os agentes do Estado que usaram de todo tipo de violência.

Ainda são muitos os obstáculos a superar até que a verdade e a justiça sejam plenamente satisfeitas. Enquanto celebramos no Legislativo alguns avanços alcançados, enquanto a Comissão Nacional da Verdade recebe documentos até então julgados destruídos — como os encontrados no Rio Grande do Sul sobre a prisão do Deputado Rubens Paiva e o da participação de militares no atentado do Riocentro —, a Justiça brasileira ainda se recusa a incriminar os responsáveis por torturas, assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura militar.

Mas a família e os admiradores de Vlado têm hoje um bom motivo para manter uma ponta de esperança de que seus algozes venham a sentir a responsabilidade de seus atos sobre suas costas. Neste momento, mais de 50 mil pessoas se manifestam através de uma petição na Internet pela renúncia de José Maria Marin do comando da Confederação Brasileira de Futebol, além de outros colegas Parlamentares por todo o País. Desta mesma tribuna, nosso companheiro Chico Alencar colocou o PSOL ao lado do Deputado Romário.

Em outubro de 1975, Marin era Deputado Estadual e usou da palavra para atacar duramente a *TV Cultura*, em um aparte ao Deputado Wadih Helu. Marin exigia que fossem tomadas providências, segundo ele, em nome da “*tranquilidade dos lares paulistanos*” contra a presença de comunistas na emissora pública paulista. Poucos dias depois Herzog foi morto. Em outro momento, o Presidente da



CBF teceu elogios ao Delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório facínora que comandou o DOPS e a repressão.

A família de Vlado exige justiça contra Marin, Srs. Deputados, por isso criou esta petição. Pela memória dele, pela democracia e pela restituição da verdade que envolve os agentes da ditadura, que, como Marin, andam por aí comandando impunes entidades, empresas e governos, nós nos somamos a esta luta.

Muito obrigado.

*O Sr. Colbert Martins, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.*



**O SR. EDINHO BEZ** - Sr. Presidente, eu estava inscrito para dar como lido meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, contador por formação e tendo atuado na área por 6 anos, gostaria de me manifestar, nesta oportunidade, para parabenizar o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, na pessoa do Presidente, o amigo contador Adilson Cordeiro, e o Conselho Federal de Contabilidade, na pessoa do Presidente Juarez Carneiro, pelo trabalho que vêm desenvolvendo.

Importantes conquistas foram consolidadas em 2012 e os frutos serão colhidos neste ano de 2013.

Vale lembrar as normas internacionais de contabilidade, cuja adaptação no Brasil encerrou o círculo com a aprovação da ITG 1000.

Os profissionais contábeis têm feito os cursos oferecidos, somando mais de 33 mil inscrições somente no Estado de Santa Catarina.

O Programa de Educação Continuada — PEC tem parceria com os segmentos da Contabilidade.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contador por formação e tendo atuado por 6 anos diretamente como contador, gostaria de me manifestar nesta oportunidade para parabenizar o Conselho Regional de Contabilidade de Santa



Catarina, na pessoa de seu Presidente, o amigo e contador Adilson Cordeiro, pelo trabalho que vem desenvolvendo.

Importantes conquistas foram consolidadas em 2012 e os frutos serão colhidos neste ano de 2013.

Vale lembrar as normas internacionais de contabilidade, cuja adaptação no Brasil encerrou o círculo com a aprovação da ITG 1000.

Os profissionais contábeis têm feito cursos oferecidos pelo CRCSC, somando mais de 33 mil inscrições em todo o Estado.

O Programa de Educação Continuada — PEC, em parceria com a FECONTEC, SESCONs e SINDICONTs, oportunizou 450 cursos em 32 cidades, totalizando 13.760 participantes.

Essa regionalização demonstra a preocupação constante do Conselho em estar em todos os lugares, com qualidade e competência. E isso vai além das atividades técnicas e desperta interesse pelo conhecimento.

Ao longo do ano de 2012, foi montada uma força-tarefa para que os profissionais recebessem orientações da Secretaria da Fazenda em relação à Operação Concorrência Leal, que levantou um número expressivo de empresas com conflitos de informações sobre receita e arrecadação de tributos.

O CRCSC foi premiado também como destaque da Contabilidade.

Parabenizo, pelo trabalho que vem desenvolvendo, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, sua diretoria, contadores e funcionários, entre outros.



Encerro parabenizando também os amigos Sérgio Faraco, ex-Presidente do CRCSC, muito atuante junto ao Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, o coestaduano Juarez Carneiro.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Izalci.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já temos *quorum*, e eu gostaria de pedir o apoio de todos os Líderes para que pudéssemos, primeiro, votar a proposta de reajuste da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil do Distrito Federal, já que há consenso na Casa, e para que não houvesse processo de obstrução ou qualquer outra coisa que prejudicasse os nossos policiais.



**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui avalizar a proposta que foi defendida pelo Deputado Izalci, no sentido de que, por acordo, nós possamos votar o projeto de lei que trata do reajuste salarial para as Polícias Militar e Civil do Distrito Federal.

Gostaria de antecipar a posição do Democratas. Tivemos uma jornada ontem longa, terminamos a sessão praticamente à meia-noite, e, se porventura houver acordo e entendimento, nós estaríamos dispostos a votar os projetos de decreto legislativo, os vários que estão na pauta de hoje, e pediríamos para não apreciarmos hoje o Projeto de Resolução nº 178, de 2013, deixando-o para a próxima terça-feira. Do contrário, se porventura formos seguir a pauta como está previsto, já antecipo a posição do Democratas, que vai ser no sentido de obstruirmos o processo de votação. Então, para evitarmos esse esticamento de corda, eu sugiro a V.Exa., como mediador e Presidente da Casa, que possamos votar o PL relativo às Polícias Civil e Militar do Distrito Federal e, em seguida, os projetos de resolução. E, no caso do Projeto de Resolução nº 178/13, votaríamos na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para ganharmos tempo, para retirar de pauta, só por unanimidade. Eu entendo a preocupação dos partidos. Acho que realmente se esticou demais a corda ontem, mas faz parte do processo político-parlamentar. Vejo isso com naturalidade e compreensão. Mas, para retirar de pauta, só com a unanimidade dos Srs. Líderes.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Líder do PSD, Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos o maior interesse em votar o projeto da polícia, como foi proposto pelos dois Parlamentares que me antecederam, mas nós temos um processo em curso, e esse processo é a votação do Projeto de Resolução nº 178, de 2013. Eu faço uma proposta aqui: em 10 minutos, nós votamos o PRC 178 e, em seguida, votamos o projeto da polícia.

É natural. A nossa bancada quer liquidar essa votação. Se nós tivermos o entendimento de todos aqueles que querem votar a matéria da polícia — o debate foi feito ontem, durante todo o dia; quem queria marcar posição já o fez —, eu acho muito simples nós liquidarmos essa votação dos dois destaques que faltam e posteriormente entramos de imediato na votação do projeto da polícia.

Também queremos registrar que a posição marcada ontem trouxe, sem dúvida alguma, um desgaste muito grande para a Casa, mas nós precisamos liquidar essa matéria. Por isso, quero dizer que votaremos, sim, o projeto da polícia tão logo terminemos de votar os destaques relativos ao Projeto de Resolução nº 178/13.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Se houvesse esse entendimento, seria positivo, porque há também o requerimento de nomeação de uma Comissão Externa para visitar o Estado do Rio de Janeiro, aquela área toda atingida de novo pelas chuvas. Também seria um ato de sensibilidade desta Casa.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O requerimento precede a votação. Não é? É matéria sobre a mesa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Não, não.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Não. O item 1 da pauta é continuidade da votação de ontem.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Da 178.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - É. Se houvesse esse entendimento...

**O SR. MENDONÇA FILHO** - No caso do requerimento, ele não precede?

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Não.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Matéria sobre a mesa? Precede, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Porque não está pautado, é extrapauta.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - V.Exa. está lendo o que está sobre a mesa ou está expondo o que está sobre a mesa, e aí pode ser apreciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Não. Existe uma pauta, e este requerimento é extrapauta, depois de cumprida a pauta. Se houver acordo... Existe a proposta do Líder do PSD, se for considerada pelos Srs. Parlamentares, tudo bem; se não, certamente nós derrubaremos a sessão por falta de *quorum*.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Eu insisto, Sr. Presidente. O requerimento, sendo uma matéria extrapauta, pode ser apreciado. Da nossa parte, da representação do Democratas, estamos inteiramente de acordo, é uma matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado, como não é urgência, não tem como fazê-lo, a não ser que o PSD concorde.



**O SR. MENDONÇA FILHO** - Eu vou externar de forma muito objetiva e clara, até para que não fiquemos aqui perdendo tempo. Com todo respeito ao Deputado Sciarra, a posição do Democratas, que todos viram, foi realmente uma luta intensa durante a noite, até meia-noite de ontem, vamos permanecer na mesma posição.

Então, eu pediria compreensão. Se porventura houver disposição de votar o reajuste salarial da Polícia Militar do Distrito Federal e Polícia Civil, estamos de acordo — como prioridade. E votaríamos também os projetos de resolução que estão presentes na pauta de hoje. Ao 178, infelizmente, devo informar, não vamos dar apoio para que seja apreciado hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos cumprir a pauta.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, como Líder, conforme havia solicitado, o Deputado André Figueiredo. *(Pausa.)*

**O SR. IZALCI** - Logo em seguida, eu gostaria de fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos cumprir a pauta.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao nobre Deputado André Figueiredo, para uma Comunicação de Liderança pelo PDT.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Obrigado. Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, como Líder do PDT, venho à tribuna, primeiro, para saudar o novo Ministro do Trabalho e Emprego, companheiro Manoel Dias, uma escolha que a Presidenta Dilma fez na última sexta-feira e que representa verdadeiramente os ideais do PDT.

Manoel Dias foi auditor-fiscal da Receita Federal, advogado, é um companheiro, Secretário-Geral do partido, foi braço direito do nosso saudoso Líder Brizola durante muito tempo, e tem agora a grande missão de resgatar a importância institucional do Ministério do Trabalho e Emprego, que, infelizmente, nos últimos 18 meses, foi completamente esvaziada.

Muito me estranhou ontem o fato de o Deputado Chico Alencar, que, inclusive, é companheiro de lutas, ter questionado da tribuna a substituição do antigo Ministro. S.Exa. fez até ilações, Deputado Ivan Valente, de que a saída do ex-Ministro Brizola Neto poderia trazer algum tipo de negociata.

Ora, o PDT sempre esteve muito tranquilo em relação à sua postura sobre a Presidenta Dilma. Sempre se disse da base, mas nunca subserviente. Sempre foi contra, aqui neste plenário e nas Comissões Temáticas, a vários projetos que nós consideramos um atentado aos princípios programáticos do nosso partido, como foi o caso da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos — FUNPRESP, como foi o caso do recurso aos 10% do PIB para o Plano Nacional de Educação, como é o caso, ainda, da reformulação do fator previdenciário. O PDT não se vende. O PDT,



acima de tudo, tem como princípio defender o trabalhismo, defender direitos, de forma intransigente, dos trabalhadores.

Então, ao fazer ilações... E aí não entro na seara dos outros, por que nunca vamos perguntar por que existem ex-Senadoras querendo deixar partido e ainda bater no partido que estão deixando.

O que queremos deixar claro aqui — e vamos deixar claro na convenção nacional do nosso partido amanhã — é que o PDT, mesmo tendo um Ministro do Trabalho que reconhecemos ser um companheiro de lutas do partido, não vai abrir mão de continuamente defender nossas causas e de ajudar a Presidenta Dilma, uma vez que fomos o primeiro partido a declarar apoio a S.Exa. antes mesmo de o próprio PT, em 2010. Temos o compromisso de ajudar a Presidenta Dilma a fazer um grande Governo, e esse compromisso será mantido em 2013. Amanhã, na convenção, inclusive, faremos um alerta para os vários pontos de estrangulamento que consideramos precisar de uma reviravolta total no Governo Dilma. É essa a maneira de o PDT agir. Não fazemos negociatas por cargos. Fazemos, acima de tudo, por bandeiras em prol de um Brasil melhor.

Queremos, mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, deixar muito claro que são imprescindíveis as causas do nacionalismo, que Brizola tanto defendeu, as causas de um trabalhismo verdadeiro, de uma educação em tempo integral, com valorização dos professores. Não abriremos mão, em nenhum momento, de chegar a esta tribuna e contestar qualquer governo que seja. Estamos num campo de lutas! Acreditamos que esse modelo está numa crise insanável. Acreditamos que esse modelo faliu. E é isso o que o PDT quer, trazer à discussão as grandes causas do Brasil. Não pequenas questões, não questões como cargos, aparelhamentos ou



funções aqui mesmo, no Parlamento, ou no Poder Executivo. Vamos discutir, sim, o Brasil que queremos, e essa discussão passa por 2013, por 2014, no processo eleitoral, e mais uma vez colocamos isso de forma muito clara.

A Presidenta Dilma nunca chegou para o PDT e exigiu que declarássemos apoio à reeleição de S.Exa. em 2014, porque, se assim o fizesse, nunca nos subordinaríamos a isso. Quem conhece a história do PDT sabe que estamos falando, acima de tudo, do compromisso que o nosso partido tem. Estamos falando, acima de tudo, da bandeira maior do Partido Democrático Trabalhista, que é a defesa intransigente do povo brasileiro e dos princípios que sempre nortearam nosso grande e saudoso líder Leonel Brizola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 95, combinado com o art. 136 da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a V.Exa., especialmente, peço atenção. Eu já percorri com V.Exa. o Polígono das Secas e também com seu pai, Aluizio Alves. Nós sabemos da tragédia dessas populações. No Rio de Janeiro vive-se uma tragédia ao contrário, provocada pelas chuvas. Ouvi agora que há um requerimento sobre a mesa para a criação de uma Comissão Externa da Casa. Nada contra. Agora, as vítimas dessas tragédias estão cheias de comissões externas, de visitas, de palavras doces, de intenções formidáveis.

O que eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, é que dê uma olhada no art. 136 da Constituição, que fala do estado de defesa. É preciso que o Governo, nessas regiões de calamidades sucessivas, dê um choque de presença governamental, mostrando aos Prefeitos que embolsam verbas públicas, que roubam, como é o caso de duas cidades do Rio de Janeiro, Friburgo e Teresópolis — já há inquéritos abertos e Prefeitos chegaram a ser presos — o seguinte: não é um palavrório este Parlamento.

Este Parlamento vai também para a efetiva defesa da Constituição, com os seus instrumentos, em favor do povo. Não há nenhuma violência, porque é constitucional. É preciso ser submetido ao Congresso Nacional até 24 horas depois de o Governo decretá-lo, com duração de no máximo 30 dias, prorrogáveis por mais



30. Porém, tem efeito didático, e eu digo: não é só para o Rio de Janeiro, mas também para o sofrido Nordeste brasileiro.

Chega de conversa! Chega de conversa! Que se decrete o estado de defesa e que se mude para lá o Governo por uns dias; que os Ministros compareçam, e que essas verbas, que dizem transitar para lá e para cá, sejam, de fato, aplicadas em favor do povo vítima dessas catástrofes.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Parabenizo V.Exa. pela pertinência da observação e advertência a todos nós e aos outros Poderes.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de informar aos Líderes que nós aprovamos recentemente o reajuste dos policiais militares e bombeiros dos ex-Territórios, inclusive retroativo a janeiro. O reajuste dos nossos policiais será a partir de março. Se não aprovarmos hoje, teremos problemas com a pauta do Senado, fazendo com que os nossos policiais não recebam o salário reajustado.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado, não depende desta Presidência.

**O SR. IZALCI** - É mais um apelo que eu faço à Liderança do PSD.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Depende da unanimidade dos Líderes.

Enquanto tento essa unanimidade, vou passar a palavra ao próximo orador.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB, ao Deputado Anthony Garotinho.

Bom dia, Deputado Anthony Garotinho!

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Deputado Henrique Eduardo Alves, nosso Presidente, bom dia, meus colegas Deputados!

Inicialmente, eu gostaria de aplaudir o Deputado Miro Teixeira por suas palavras.

Aliás, ontem, eu falei sobre isso aqui. Não é possível que a Presidente da República mande dinheiro para o Estado do Rio de Janeiro e o dinheiro não seja utilizado.

Ontem, o Sistema de acompanhamento financeiro, o SIAFEM, mostrava que apenas 1,9% dos recursos foram aplicados. Não há sequer como dizer que o Estado do Rio de Janeiro tem um Secretário de Obras incompetente, porque o Secretário de Obras é o próprio Vice-Governador, que acumula os cargos de Vice-Governador, Sr. Pezão, e de Secretário de Obras do Estado.

É preciso que o Governo Federal utilize todos os instrumentos possíveis para que o dinheiro seja gasto. Aliás, Deputado Miro Teixeira, o dinheiro, o pouco que foi gasto, V.Exa. sabe de que maneira foi gasto?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Foi roubado!

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Foi roubado!

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Foi roubado!



**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Foi roubado em aluguel social das vítimas. Que absurdo! Mais de R\$2 milhões naquelas famosas emergências dadas à Delta, o que V.Exa. teve oportunidade de conferir na CPI do Cachoeira.

Então, V.Exa. está coberto de razão. O povo do Rio de Janeiro fica triste em ver a paralisia do Governo do Estado, a ladroagem das duas Prefeituras, cujos Prefeitos já foram cassados, Jorge Mário, em Teresópolis e Demerval, em Friburgo. Prefeitos que foram afastados pelo Ministério Público Federal.

Sr. Presidente, quero hoje me dirigir a V.Exa., ao Líder do PSD e ao Líder dos Democratas. Não tem cabimento, em um dia como hoje, deixarmos de aprovar o reajuste dos policiais do Distrito Federal, porque, se isso não ocorrer hoje, a pauta do Senado ficará trancada e eles poderão até ficar sem salário durante 3 meses.

Pergunto ao Deputado Sciarra: será que V.Exa. não aceitaria um diálogo com os Democratas para que nós pudéssemos iniciar a sessão votando o reajuste dos policiais do Distrito Federal e, na sequência, seguirmos a pauta? Porque o Deputado Henrique Eduardo Alves certamente não se furtará, mediante o entendimento pelo qual aprovemos o aumento dos policiais, a seguir com a pauta normalmente.

Acho que V.Exa., assim, estará colaborando para resolver essa situação de gravidade. Imagine que a pauta seja trancada no Senado Federal e esses policiais fiquem sem aumento durante 3 meses aqui no Distrito Federal.

Eu pergunto a V.Exa. e pergunto também aos meus amigos, os democratas, porque ontem estive em alguns momentos ao lado deles, uma vez que achei justa a reivindicação apresentada: se concordar e se o representante dos Democratas também concordar, vamos votar sem discussão o aumento dos policiais do Distrito Federal e, depois, vamos entrar na apreciação do decreto?



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Tudo simbolicamente, não é, Deputado Garotinho?

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Tudo simbolicamente, é claro.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - A 178, simbolicamente e o aumento, simbolicamente.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Tudo simbolicamente. V.Exa. concorda?



**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Garotinho me faz uma pergunta e eu quero dizer que tenho o maior interesse em votar todas as matérias. Inclusive, o Deputado Zequinha Sarney tem a proposta de criação de uma Comissão Externa que nós temos o máximo interesse em aprovar.

A sessão está iniciada, temos *quorum* e podemos votar. O primeiro item da pauta é o fim da Resolução nº 178. Não vejo nenhum sentido em fazer a inversão porque, se nós queremos votar todas as matérias, vamos trabalhar para votar todas as matérias.

Se de repente estiver incomodando muito essa questão dos cargos, nós podemos também trabalhar pela proporcionalidade na Casa. O PSD não teria essa dificuldade. Mas vamos votar a matéria, depois nós sentamos para discutir.

Deputado Garotinho, tenho o maior interesse em votar aqui não só o reajuste dos policiais do Distrito Federal, como também a resolução externa.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Eu ontem fiquei discursando aqui até quase ficar sem voz para atingirmos o *quorum*...

**O SR. EDUARDO SCIARRA** - E eu agradeço a sua disposição. Agradeço.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - ...para atender a V.Exa. Então, eu gostaria que V.Exa. pensasse não em mim. V.Exa. não precisa se preocupar comigo. Eu não sou policial do Distrito Federal, mas entendo que são milhares de famílias que estão na dependência desse aumento. Daqui a pouco eles só vão ter esse aumento daqui a 3 meses.

Vamos votar o aumento e depois passamos à discussão.



**O SR. EDUARDO SCIARRA** - O Líder não quer fazer esse apelo aos Democratas?

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Já o fiz ao Deputado Mendonça.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** - Que eles votem agora a matéria e daí nós votamos o reajuste dos policiais. Vamos cumprir a ordem da pauta.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Ou então votando simbolicamente, sem pedir verificação.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Bom, eu já externei a minha posição.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Qual é sua posição, Deputado?

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A minha posição é a de que nós oferecemos prioridade para votação do reajuste da Polícia Civil e Militar do Distrito Federal. Nenhum óbice, nenhum obstáculo. Se porventura todos estão de acordo, inclusive o Líder do PSD, nós votamos inicialmente o reajuste para os policiais civis e militares do Distrito Federal e em seguida apreciamos a pauta.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Simbolicamente, sem obstrução.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Não, com obstrução, Deputado. O Projeto de Resolução nº 178, com obstrução. Eu sou claro na minha posição. V.Exa. sabe que eu uso a palavra para expressar o pensamento e não para esconder o pensamento.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** - Nós estaremos aqui para votar a pauta e depois as matérias extrapauta dos policiais e a Resolução que o Deputado propôs. Estamos aqui para votar e queremos votar.



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Genoíno com a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Veja bem, eu acho que nós podemos votar simbolicamente, sem verificação, o projeto de resolução e o projeto de aumento. Se o DEM não obstruir o segundo item da pauta, nós podemos votar os dois sem verificação; não tendo verificação, não há problema nenhum. O que não pode é pedir verificação naquele item que ao DEM interessa. Se não houver pedido de verificação na votação do Projeto de Resolução nº 178, nós podemos votar esse encaminhamento e esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - O DEM, respeitosamente, colocou sua posição, já deixou claro, acho que não haverá mudança. Lamento muito, a Presidência não pode alterar a pauta de votações.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que a gente já fez aqui as negociações necessárias e publicamente. Portanto há polêmicas quanto à pauta de ontem. Então, eu acho que a gente deve seguir a pauta.

Nós teríamos total disposição de votar o projeto da polícia do Distrito Federal, inclusive os outros projetos da pauta que não esse. Não sendo assim, peço a V.Exa. que dê início à Ordem do Dia e vamos fazer o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Tem razão V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

**O SR. COLBERT MARTINS** (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que nós acompanhamos a decisão de votarmos o Projeto de Resolução nº 178/13, que está na pauta, e também chamamos a atenção deste Plenário para o fato de que, aumento para a Polícia Militar do Distrito Federal significa colocar a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, em votação. Já a votamos em primeiro turno, por unanimidade, e vamos votar no segundo.

Acabei de receber todas as ligações e pressões lá da Bahia, dos policiais militares que entendem ser importante que aumentem o salário dos policiais militares de Brasília, mas tem que haver a votação da PEC 300. Este Plenário já a votou em primeiro turno, e nós queremos igualdade. Já que a União paga a policiais militares e civis em Brasília, e a violência a que os policiais se submetem é a mesma — morreram, nesta semana, policiais militares e civis lutando contra bandidos na Bahia —, tem que haver, no mínimo, o mesmo respeito e o mesmo tipo de tratamento. Então, votamos essas matérias aqui, mas a PEC 300 volta para o plenário.

Obrigado a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado, a PEC 300 é outro assunto, que não está em discussão aqui.



**O SR. MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, vamos para a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - O Deputado Garotinho saiu.

Vamos dar início à Ordem do Dia.



**V - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - A lista de presença registra o comparecimento de 291 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Volto a registrar para este Plenário e deixar mais uma vez muito claro que o Projeto de Resolução nº 178 é apenas o cumprimento de uma decisão da Mesa Diretora passada em acordo com os Líderes partidários, com exceção do PSOL, que cumpriu 50% em 2012. Estabeleceu-se à época que os outros 50% seriam cumpridos agora em 2013.

Então, trata-se apenas do cumprimento de uma decisão do Presidente Marco Maia, com o apoio de todos os Líderes, com exceção, à época, — é bom registrar — do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Requerimento sobre a Mesa.

*“Requeremos a V.Exa., na forma do art. 160 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a preferência para apreciação do PDC 333-A/2011.”*



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado  
Ronaldo Caiado para falar a favor. (*Pausa.*)



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, questão de ordem. A sessão extraordinária tem um grupo de propostas que foi anunciado por V.Exa. ao convocar sessão extraordinária.

Essa preferência tem que incidir sobre o grupo de propostas. E o grupo de propostas...

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aliás, é inversão.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Ela está respaldada na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Ela está na pauta. Eles estão querendo inverter o item 2 para item 1. É esse requerimento que nós temos que votar.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Mas, pelo art. 176, são grupos diferentes para aplicar a preferência, Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Todos em regime de urgência, de acordo com o Regimento Interno, para contraditar. Isso é pacífico.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Os dois com regime de urgência. Tem razão V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o requerimento que o Democratas apresenta na manhã de hoje é de preferência para apreciação dos projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais e que estão na pauta da sessão matinal do dia de hoje.

Francamente, são matérias importantes, algumas delas relativas a negociações estabelecidas entre o Brasil e países do MERCOSUL, como, por exemplo, Uruguai e Argentina. O nosso entendimento é o de que nós devemos, na manhã de hoje, priorizar justamente essas matérias que estão pautadas como o Item 2 da pauta que foi entregue aos Srs. Parlamentares na manhã de hoje, e que, evidentemente, seria lógico que o Parlamento brasileiro pudesse apreciar prioritariamente essas matérias.

Além dessa informação, eu gostaria de dizer à Casa, tendo em vista o debate que se antecedeu ao início da Ordem do Dia, que o nosso partido, o Democratas, tem o entendimento claro de que dá para apreciar, em situação de acordo, o projeto de lei que trata do reajuste salarial para os policiais civis e militares do Distrito Federal. Não há nenhum óbice, não há, absolutamente, nenhuma dificuldade para que nós possamos apreciar essa matéria.

Além da matéria relativa ao reajuste salarial para policiais civis e militares do Distrito Federal, entendemos como importante que a Mesa submeta à votação do Plenário o requerimento que propõe a criação de uma Comissão que visitará as



áreas que foram inundadas com enxurradas, na situação de calamidade pública no Rio de Janeiro.

Então, o Democratas não veio nesta manhã para colocar dificuldade. Muito pelo contrário, queremos facilitar o esgotamento da pauta, objetivando a votação dos assuntos verdadeiramente de interesse do País.

Com essa explicação, peço prioridade para que possamos inverter a pauta e apreciar prioritariamente os projetos de decreto legislativo que tratam principalmente de acordos internacionais.



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Sr. Presidente, para encaminhar contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra V.Exa.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a intenção e o propósito da Liderança do DEM são positivos em relação aos projetos de decreto legislativo. E é inédito, inclusive, esse interesse que temos em relação aos decretos legislativos assinados pelo Governo brasileiro. Quero louvar essa postura e manifestar o desejo de que esse interesse pelos decretos legislativos se verifique nas demais sessões de quinta-feira. Queria fazer esse registro.

Sr. Presidente, esse requerimento de preferência, na verdade, não é para votar os decretos legislativos. Requerimento de preferência é uma tática legítima de obstrução. É a posição do DEM sobre o Projeto de Resolução nº 178, primeiro item da pauta.

Esta Casa tem que resolver isso o quanto antes, porque a relação entre partidos aqui não pode expor institucionalmente a Casa, no meu modo de entender, a constrangimento. V.Exa. tem razão regimental e política de pretender resolver esse problema.

O PT acompanha a decisão da Presidência da Câmara em relação a votar essa matéria e seguiremos, portanto, orientando contra o requerimento de preferência.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - O PT vota contra.

Como vota o PMDB?

**O SR. COLBERT MARTINS** (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PMDB vota também “não”. Queremos apreciar o Projeto de Resolução nº 178.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - PSDB.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero alertar que esse PDC ainda carece de parecer na Comissão. Nós, aqui, temos por tradição não votar esse tipo de requerimento sem antes passar pela Comissão.

Então, votamos contra essa proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSD?

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSD vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o Bloco PR?

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco quer votar o aumento dos policiais do Distrito Federal.

Nós estamos discutindo aqui e passando uma péssima imagem para a sociedade se vamos votar projeto de decreto legislativo ou criação de cargos enquanto a Polícia está precisando de aumento.

Sr. Presidente, o PR libera a sua bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?



**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero reiterar a minha posição. Evidentemente, como o requerimento é de nossa autoria, votamos “sim” ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSB?

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Só para concluir, Sr. Presidente, o raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Quero dizer claramente que nós não temos nenhuma objeção, como já dissemos, à votação da proposta de concessão de reajuste que vai beneficiar os policiais civis e militares do Distrito Federal.

O Governo está adotando aqui a tática de escamotear a verdade. A verdade clara e objetiva é que o Democratas, conforme a primeira palavra que expressamos na manhã de hoje, pediu preferência para que o primeiro item da pauta fosse justamente a apreciação do projeto de lei que trata do reajuste para policiais civis e militares do Distrito Federal. Infelizmente, não houve adesão, não houve concordância por parte do PSD e dos demais partidos da base.

Quero dizer ao Deputado Genoíno que, de fato, entendemos que são prioritários os acordos internacionais. Por isso, pedimos preferência para a apreciação das citadas matérias na pauta de hoje da Câmara dos Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder do PSD, que tem uma proposta a fazer.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Eu queria fazer aqui uma proposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Chamo a atenção do Plenário para a proposta do Líder do PSD.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** - Eu queria fazer uma proposta a este Plenário. Por isso, eu gostaria que as Lideranças partidárias aqui presentes me ouvissem com atenção para que possamos encontrar uma solução.

Nós temos sensibilidade com relação às questões que foram colocadas aqui sobre a Polícia do Distrito Federal e a outras propostas. Quem está com intenção de obstruir esta sessão não é o PSD nem a maioria dos partidos que estão aqui. A esses partidos caberia o ônus da obstrução.

A proposta que eu faço, se os Líderes concordarem, é esta: nós deixaríamos para uma sessão extraordinária, com pauta única, na terça-feira, o Projeto de Resolução nº 178 como item único, para que não haja essas manobras de inversão de pauta.

E aí, sim, feito esse acordo, a Presidência, concordando em convocar uma sessão extraordinária para a terça-feira ainda pela manhã, nós votaríamos essa matéria em pauta única e, posteriormente, faríamos uma sessão ordinária para apreciar as outras matérias. Aí, sim, nós abriríamos mão disso e votaríamos as matérias que estão para serem votadas de interesse de tantas pessoas que dependem dessa votação.



**O SR. MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder do DEM.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista a proposta apresentada pelo Líder do PSD, Deputado Eduardo Sciarra, eu pediria a V.Exa. 5 minutos apenas para que a possamos consultar nossa bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não poderíamos continuar com as orientações enquanto essas consultas ocorrem?

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos continuar com a orientação.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD fez uma proposta. Ele me procurou. Quero antecipar que concordamos com a proposta nos termos em que foi apresentada pelo Líder do PSD.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSB?

**O SR. SEVERINO NINHO** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta “não”, mas está de acordo também com a proposta do PSD, porque é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PDT?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos acompanhar esse acordo porque houve a palavra do Líder André Figueiredo empenhada, por um lado, e, por outro lado, o Deputado Reguffe, que é do Distrito Federal, está exercendo uma pressão democrática bem recebida, muito forte.

Eu tenho divergência em relação a isso. Porém, tenho que reconhecer o esforço e o trabalho do companheiro na direção do interesse da Polícia do Distrito Federal, ele que é Deputado eleito pelo Distrito Federal.

Agora, pessoalmente, eu vou dizer uma coisa: é vergonhosa essa situação de não se votar o segundo turno da PEC nº 300, de não se votar o segundo turno. Dessa vez houve esse acordo, eu vou ter essa conversa na Liderança do PDT, porque eu estou muito disposto a conversar com colegas para não se votar mais aumento nenhum aqui, de nenhuma categoria. Muito claramente. Muito claramente.

A questão eleitoral fica secundária diante da questão institucional. A Câmara dos Deputados está deixando de votar segundo turno. É uma esperteza. É uma carteira que está sendo batida da Constituição do Brasil.

Isso não pode acontecer. Vamos votar. Ganhar ou perder, mas vamos votar. E, nesta votação de hoje, nós vamos seguir esse acordo. O PDT vai votar “não”,



pelas razões explicadas, mas eu adoraria ver a obstrução daqueles que querem ver a Câmara retomar o seu caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PPS?

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (Bloco/PPS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Bloco PPS/PV saúda a proposta feita pelo Líder do PSD, que garante a apreciação de matéria tão relevante para as Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Nesse sentido, nós concordamos com essa proposta de, na terça-feira, termos sessão extraordinária específica para esgotar a matéria da noite de ontem.

Votamos “não”, conforme o acordo apresentado.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos ouvir a palavra dos Líderes do DEM e também do PSOL. São os 2 partidos que gostaria de ouvir.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como havia dito, fizemos a consulta e conversamos com o Líder Sciarra só para reafirmar a proposta de acordo do PSD, que seria de o Projeto de Resolução nº 178 ser apreciado numa sessão específica extraordinária, de pauta única, na próxima terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Exatamente isso.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Entendemos que o assunto não tem essa importância para ser apreciado em pauta única. Mas concordamos.

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem, o PSOL.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Por favor.

Concordamos. Entendemos que não tem essa relevância toda para ser apreciada em pauta única, mas, concordamos. (*Palmas.*)

Assim, vamos apreciar hoje, prioritariamente, a proposta de reajuste salarial dos policiais civis e militares do Distrito Federal. Também apreciaremos e, se Deus quiser, aprovaremos o requerimento do Deputado Sarney Filho que trata da Comissão que será encarregada de acompanhar o desastre com as chuvas no Rio de Janeiro e, finalmente, apreciaremos toda a pauta com relação aos projetos de decreto legislativo dos acordos internacionais.

Então, o Democratas está integralmente de acordo. Se todos os Líderes concordarem, retiraremos os requerimentos que estão sobre a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Então, o Democratas concorda com a sessão? O.k. Terá de haver a concordância de todos os Líderes



com a sessão extraordinária com pauta única para a apreciação do Projeto de Resolução nº 178.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Pauta única.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Agradeço a colaboração de V.Exa.



**O SR. IVAN VALENTE** - PSOL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado do PSOL, Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quería, primeiro, fazer uma ponderação...

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Só quero reafirmar que não temos compromisso com o mérito da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Lógico. Cada um manifestará sua posição democraticamente.

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, queria entender melhor, da parte de quem fez a proposta, por que pauta única. Eu queria entender o porquê.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Eduardo Sciarra, o Deputado Ivan Valente...

**O SR. IVAN VALENTE** - Depois eu vou manifestar a posição do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Ele quer que V.Exa. explicitie melhor por que pauta única.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu fiz aqui uma proposta, cabe aos Líderes partidários aceitarem ou não. É pauta única. Essa é a posição do PSD.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É a nossa posição, Sr. Presidente. Fechamos com a proposta apresentada pela Liderança do PSD. Em relação aos decretos legislativos, nós apelamos aos Líderes para que o item 3, Decreto Legislativo nº 561, não seja apreciado...

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, estou com a palavra.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos ver depois. Se não houver acordo, vai cair a sessão daqui a 5 minutos...



**O SR. IVAN VALENTE** - O PSOL está com a palavra ainda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Tem razão. V.Exa. está com a palavra. Parece-me que todos os Líderes estão acordando essa matéria, que é importante para o Distrito Federal, para o Rio de Janeiro. Por essa importância da pauta, seria um gesto de sensibilidade deste Plenário.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero colocar uma questão aqui. Eu quero falar para a sociedade e para os Líderes partidários. Vejam, nós ontem ficamos aqui até a meia-noite, porque os partidos têm concepções diferentes a respeito do projeto de resolução. E por motivos diferentes se faz obstrução. A do PSOL é programática, é principista. O PSOL é contra a criação de novos cargos. Outros podem fazer por outros motivos e outras explicações.

Nós ficamos até meia-noite e meia aqui ontem e sabíamos que hoje não haveria *quorum*. No entanto, os partidos que querem votar a todo custo essa questão querem mantê-la na pauta, mas sabem que a votação de proposta de criação de cargos é uma votação que não explica por que a Casa está travada para votar projetos de interesse público, como é o das Polícias. O Deputado Genoíno está pedindo que se vote projeto de decreto legislativo de interesse da Nação brasileira. Mas, no entanto, querem votar primeiro o projeto que cria cargos públicos.

A posição do PSOL é de que se discuta isso na reunião de Líderes de terça-feira. Nós concordamos em suspender a obstrução, mas com a condição de que se rediscuta isso na reunião de Líderes de terça-feira e que não seja dada como matéria vencida.



E a discussão de pauta única para a gente é para reunir a tropa, fazer a votação e dar o *quorum*, liquidar a discussão. E nisso nós não temos concordância.

Então, nós queremos que V.Exa. coloque na pauta novamente essa questão na reunião de Líderes da terça-feira.

Essa é a posição do PSOL.



**O SR. BETO MANSUR** - Sr. Presidente!

**O SR. COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente!

**O SR. BETO MANSUR** (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista, para desenrolar esse nó, entende que nós devemos aprovar esse pedido do PSD para que possamos, logicamente, votar a proposta de aumento para a Polícia do Distrito Federal.



**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente! Vamos votar, Sr. Presidente! Vamos votar. Esse foi o apelo que eu fiz ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - É, mas tem que haver acordo de todos os Líderes.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Já houve acordo.

**O SR. SARNEY FILHO** (Bloco/PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente! Sr. Presidente, gostaria só de pontuar uma questão.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É preciso garantir que essa discussão volte na reunião de Líderes.

**O SR. SARNEY FILHO** - A sugestão do PSOL é de que fique para a reunião de Líderes. Então, como os Líderes vão ter que se manifestar aqui, eu quero logo antecipar. Então, vamos pelo acordo, evidentemente concordando com a proposta do PSD. Já está concordado.

O PSD pode ter a certeza de que em qualquer reunião de Líderes nós iremos votar para que seja feita uma sessão única extraordinária para votar o projeto de decreto legislativo.

Então, se cada Líder disser isso ou a maioria disser, está resolvido o problema. É o que eu gostaria que os Líderes fizessem.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - O PR está de acordo. Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder do PSD, Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de deixar claro que o gesto está feito para nós votarmos as matérias,



para destravarmos a pauta. Agora, o discurso feito aqui é para joguemos a decisão para o Colégio de Líderes. Quem faz a pauta é o Presidente. O acordo que eu quero fazer aqui é que saíamos desta sessão com o apoio da expressiva maioria dos Líderes. E vamos considerar que quem se manifestou contrário aqui é o Líder de um partido que tem três Deputados.

Então, acho que o Presidente se sente tranquilo em pautar e definir já nesta sessão que tem condições de convocar sessão extraordinária com pauta única. O gesto que podíamos fazer foi feito. Depende agora da manifestação deste Plenário.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Reafirmamos o nosso apoio à proposta do Líder do PSD.

**O SR. COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente.

**O SR. IVAN VALENTE** - Eu não estou entendendo que o PSD está pedindo a V.Exa. que dê prioridade à criação de cargos e não à votação da proposta de reajuste da Polícia Militar e dos projetos de decreto legislativo. Foi esse o entendimento que eu tive aqui.

**O SR. IZALCI** - Sr. Presidente, a posição do PSDB é...

**O SR. EDUARDO SCIARRA** - Está na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. já falou. Com a palavra o Líder do PSDB.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está na pauta. Nós propomos também a proporcionalidade. Não precisamos de cargos. A proporcionalidade nos basta.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder do PSDB.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB concorda com a posição do PSD na forma como foi colocada. Nós precisamos votar essa proposta da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil hoje ainda.

Agradeço também à posição do DEM por ter concordado em colocar essa matéria como prioridade.

O PSDB é favorável à proposta do PSD de colocar em pauta extraordinária, como único item, essa resolução, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Líder do DEM.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a prerrogativa de elaboração da pauta é da Presidência, de V.Exa. Eu quero reafirmar que o Democratas, através da minha pessoa ou da pessoa do próprio Líder do meu partido, o Deputado Ronaldo Caiado, irá para a reunião de Líderes, na próxima terça-feira, ratificando e referendando a posição de apreciarmos o Projeto de Resolução nº 178, em pauta única, evidentemente respeitando a posição do PSOL.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Parece-me que todos os Líderes, à exceção ainda do PSOL, concordam com essa proposta.

Então, o Presidente da Casa vai assumir essa responsabilidade, na terça-feira. Vou propor aos Líderes pauta única, em sessão extraordinária, com o Projeto de Resolução nº 178.

Portanto, a pauta está liberada hoje. Vamos votar os projetos importantes, porque esta Casa não pode parar de discutir essas questões. O povo brasileiro está aguardando. Vamos votar.

Retiro de ofício o projeto da pauta.

Vamos passar, portanto, à votação de outras matérias. Na terça-feira vamos votá-la, para atender à grande maioria desta Casa. *(Palmas.)*

Eu peço a compreensão do Deputado Chico Alencar, com seus cabelos brancos. Eu sei que, com sua experiência e maturidade, vai colaborar.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria novamente dizer o seguinte: o PSOL tem três Deputados e sozinho não tem condição alguma de obstruir a sessão. Os Líderes sabem disso.

Agora, o partido que defendeu aqui ontem uma posição clara, programática, estruturada, inclusive contra o projeto de resolução, foi o PSOL. V.Exas. sabem disso. Hoje, a política anda, então deveria haver aqui 500 Deputados para votar, mas não há.

Nós entendemos que essa discussão precisa prosseguir, ela tem que ter visibilidade pública, mas quero dizer que não quero entrar em nenhuma polêmica em que se diga o seguinte: quem sabe que a sessão vai cair é quem está querendo votar os cargos. Isso não ficará nas costas do PSOL. Nós queremos votar com a Polícia Militar e nós queremos votar com os decretos legislativos que dizem respeito à fusão.

Por isso, o PSOL não vai obstruir neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - O.k. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos à pauta.

Requerimento:

*“Requer a nomeação de Comissão Externa, com ônus para esta Casa, objetivando visitar a região serrana do Rio de Janeiro, para averiguar os danos sociais, ambientais e econômicos decorrentes das enchentes, inundações e desmoronamentos, bem como verificar as providências que estão sendo tomadas no sentido de atender as populações afetadas.”*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 040.3.54.O**  
**Data: 21/03/2013**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 1966/4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



**O SR. SARNEY FILHO** (Bloco/PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Muito bem, Presidente. Quero parabenizar a Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - E parabéns a V.Exa., que foi o autor do requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Requerimento de urgência:

*“Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.921, de 2012, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito, ambos de autoria do Poder Executivo (...).”*

Assinado por todos os Líderes, Deputado Garotinho, V.Exa. que lutou tanto por essa proposta.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Pergunto ao Plenário se podem votar essa questão simbolicamente. Todos de acordo?

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Simbolicamente, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o que ocorreu hoje aqui, porque se votou o interesse da sociedade.

Parabéns ao Democratas e ao PSD, que tiveram esse entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - É verdade.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** - Parabéns aos policiais do Distrito Federal.

E ainda continuamos pedindo: vamos votar a PEC 300.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Vamos ao item.

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.921, de 2012, que dispõe sobre remuneração dos militares do Distrito Federal e das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil (...).”*

Foi aprovada a urgência. Agora, é o mérito.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com a palavra o Deputado Policarpo.

**O SR. POLICARPO** (PT-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a presente proposição visa implementar política de reajuste da remuneração dos servidores da segurança pública do Distrito Federal, nos mesmos moldes conferidos aos demais servidores que são custeados por meio do Erário da União.

Os efeitos financeiros do presente projeto serão implementados nos meses de março de cada exercício, no período de 2013 a 2015, com recurso do Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Com tal medida, o Governo Federal, responsável pela organização e manutenção da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos estabelecidos na Constituição Federal, valoriza os servidores da segurança pública da Capital da República.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.921, de 2012.

Para encerrar, quero agradecer também a todos os Líderes por esta aprovação no dia de hoje e dar os parabéns também ao sindicato da Polícia Civil. Todos estão aqui presentes, do SINDEPO, do SINPOL. E também quero dizer que as associações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros nos procuraram nesse período. Havia várias emendas a respeito desse projeto, mas nós estabelecemos no



diálogo não fazer emendas a esse projeto, garantir o reajuste e discutir as demais emendas junto ao Governo do Distrito Federal e ao Governo Federal.

Quero parabenizar o Governo Federal e o Governador Agnelo por essa iniciativa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para emitir parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Deputado Izalci, rapidamente.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação, tendo em vista que o projeto está adequado à questão financeira e orçamentária. Somos pela aprovação.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho, para oferecer parecer ao projeto, pela CCJ.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (Bloco/PPS-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto conta com o apoio unânime da Comissão de Constituição e Justiça e hoje consagra aqui no plenário essa justa reivindicação das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Encerrada a discussão,  
passa-se à votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o Projeto de Lei nº 4.921, de 2012.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Parabéns ao Distrito Federal. (*Palmas.*)



**O SR. COLBERT MARTINS** (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PMDB aprova, com absoluta tranquilidade, mas insiste na aprovação da PEC 300, no seu segundo turno.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Agora a luta é lá, em paz.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Requerimento de urgência.

*“Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.366, de 2012, de autoria do Poder Executivo, ‘que cria cargos nas Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal’ (...).”*

Também assinado por todos os Líderes, pela unanimidade desta Casa.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 040.3.54.O**  
**Data: 21/03/2013**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 1966/4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

**APROVADO.**



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Mérito.

*Projeto de Lei nº 4.366, de 2012*

*(do Poder Executivo)*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.366, de 2012, que “cria cargos nas carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal”.  
Tendo parecer da Comissão de Segurança Pública (...).*



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse é um projeto extremamente importante para o Distrito Federal. Eu diria que a Polícia Civil do Distrito Federal tem uma defasagem de pessoas e de cargos que esse projeto busca contemplar.

Portanto, esse é um projeto que diz respeito não apenas ao fortalecimento da Polícia Civil, mas ele diz respeito ao fortalecimento da própria cidade. Nós temos uma das polícias mais bem preparadas de todo o Brasil, que precisa ser valorizada e precisa ter condições adequadas para o seu funcionamento.

Por isso, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, o nosso parecer é favorável à matéria. Aproveitamos para agradecer ao Colégio de Líderes, agradecer a V.Exa., agradecer a todos os Parlamentares, para que nós possamos oferecer a Brasília, como Capital da República, um projeto que na verdade a engrandece e a transforma numa Capital muito mais segura.

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, concedo a palavra ao Deputado Luiz Pitiman.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei nº 4.366 cria cargos nas carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal.

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, cria cargos nas carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal.

Nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Ressalto e parabenizo todos os Líderes e a bancada do Distrito Federal, por ter estado integrada neste momento e poder conquistar, tanto para a Polícia Militar como para a Polícia Civil, apenas os direitos de todos os outros servidores públicos, que já receberam esse aumento de 15,5% também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Em votação a emenda adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o Projeto de Lei nº 4.366, de 2012.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. COLBERT MARTINS** - (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar a Casa. Acabamos de aprovar 3.029 cargos. Esta sessão continua aprovando cargos, e bem aprovados, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. POLICARPO** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria só de parabenizar V.Exa. por esse compromisso de votarmos hoje esse projeto, que é importante.

Queria só dizer que desde 1993 não é criado nenhum cargo na Polícia Civil do Distrito Federal. Esse projeto cria essa estrutura e dá condições para seus servidores fazerem um melhor trabalho.

Parabéns a todos aqueles que lutaram por essa aprovação. Parabéns ao Governador Agnelo Queiroz e à Presidente Dilma por ter enviado o projeto.



**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero parabenizar V.Exa., mas de forma muito especial agradecer ao PSD e ao Democratas por terem colocado essa matéria como prioridade, o que vai beneficiar vários policiais militares, bombeiros e a Polícia Civil.

Muito obrigado a V.Exa.



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, apenas quero destacar que o PSOL não é por princípio contra cargos públicos. Defendemos o primado do concurso público e dos cargos, sobretudo aqueles que revertam diretamente para o benefício da população, para sua segurança, como esperamos ser o caso do Distrito Federal agora. É nesse sentido.

Agora, ao que é em demasia e ao que é desnecessário nós sempre diremos “não”.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, também quero parabenizar essa Presidência pela condução dos trabalhos, resolvendo circunstâncias de servidores e criando, sim, cargos para a segurança pública.

Por último, quero dar como lido pronunciamento que faço comemorando os 176 anos, no dia 21 de março, da cidade baiana de Cachoeira, cidade heroica, onde se iniciaram as lutas pela Independência da Bahia, finalizada no dia 2 de julho de 1823, 1 ano depois da Independência do Brasil.

Portanto, viva Cachoeira, cidade heroica do Recôncavo Baiano.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quarta-feira, 13 de março de 2013, a histórica cidade baiana da Cachoeira completa 176 anos de sua emancipação.

Transformada em Monumento Histórico Nacional desde 1971, quando foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Cachoeira comemora seus 176 anos com a promoção de intensa programação cultural que envolve a apresentação dos tradicionais grupos de samba de roda e concorridas atrações musicais.

Localizada no Recôncavo Baiano, a 109 quilômetros de Salvador, Cachoeira teve papel determinante na luta pela Independência da Bahia, fato que lhe rendeu o título de Cidade Histórica.

Há 7 anos, Cachoeira vive a realidade de sediar um *campus* da UFRB — Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que oferece, no CAHL — Centro de



Artes, Humanidades e Letras, cursos de Comunicação, Cinema, História, Museologia, Serviço Social e Ciências Sociais. A unidade de ensino está instalada no Quarteirão Leite Alves, onde funcionou uma antiga fábrica de charutos e cigarrilhas. O antigo prédio arruinado foi totalmente restaurado e adaptado pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, para abrigar os cursos universitários, dentro da proposta de revitalizar a cidade histórica.

Inicialmente uma região habitada por índios, a fundação do povoado é atribuída ao célebre náufrago português Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Foi a iniciativa de duas famílias portuguesas, os Dias Adorno e os Rodrigues Martins, que possibilitou sua elevação a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 1674. Devido à sua localização estratégica, um entroncamento de importantes rotas que se dirigiam ao Sertão, ao Recôncavo, às Minas Gerais ou a Salvador, então Capital da Colônia, logo passou a se enriquecer e, em 1698, tornou-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu — o nome se dá por se situar próxima às quedas d'água presentes na cabeceira do Rio Paraguaçu.

O desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar, da mineração de ouro no Rio das Contas, e a intensificação do tráfego pelas estradas reais e da navegação do Rio Paraguaçu colaboraram para o rápido desenvolvimento econômico da região a partir do século XVIII. Já em inícios de 1800, a sociedade cachoeirana detém grande influência política e participa ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa.

A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial 43). Além de ser considerada Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Cachoeira também é



considerada berço da luta pela Independência da Bahia. É uma cidade marco para nós baianos, pois é um símbolo de uma luta heroica do povo na defesa de sua pátria. Por esta razão, a partir de 2008, pela Lei 10.695, de 2007, a cidade se transforma em Capital da Bahia todo dia 25 de junho.

Portanto, neste dia 13 de março, saúdo o povo da Cachoeira pela passagem dos 176 anos de emancipação desta que é nossa segunda Capital, patrimônio histórico dos baianos e dos brasileiros, símbolo de uma luta do povo.

*O Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Edinho Bez, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Jaqueline Roriz.

**A SRA. JAQUELINE RORIZ** (PMN-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, falando pela Liderança do PMN, gostaria de deixar registrado aqui que, quando se aprova um projeto desses, que beneficia as Polícias do Distrito Federal, somos beneficiados todos nós Deputados, mesmo aqueles pertencentes a outros Estados, que 3 dias por semana estão morando em Brasília.

Portanto, a segurança faz parte também do poder, de todos os nossos altos escalões, das embaixadas, de todos que se fazem presentes aqui em Brasília.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - A Deputada Erika tem a palavra.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é apenas para reafirmar a importância desses dois projetos que aqui aprovamos, o projeto que diz respeito ao reajuste dos policiais militares, civis e bombeiros e o projeto que cria novas estruturas para a Polícia Civil.

Apenas quero realçar que várias emendas foram feitas, foram discutidas por várias associações de policiais e bombeiros militares. Elas não puderam adentrar este projeto, mas eu faço um apelo aqui ao Governo do Distrito Federal para que possamos sentar, para que essas associações, essas demandas e essas reivindicações possam ser objeto de um processo negocial, para que tenhamos as condições de apresentar uma nova proposição legislativa, na perspectiva de contemplar as emendas, extremamente justas.

Todas as emendas que foram apresentadas pelos policiais e bombeiros e que, em verdade, não foram incorporadas ao projeto são extremamente justas. Mas, como aprovamos o projeto como ele está, pela urgência que tem, nós temos a necessidade de abrir esse processo negocial.

E parabenizamos, sem nenhuma dúvida, a Presidenta Dilma Rousseff por essas iniciativas.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Item 2.

*Projeto de Decreto Legislativo nº 333-A, de 2011  
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa  
Nacional)*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 333-A, de 2011, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010; tendo parecer da Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Dr. Grilo). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação.*



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Para oferecer parecer, pela Comissão de Finanças Tributação, na ausência do Deputado Pedro Novais, peço ao Deputado Chico Alencar que dê parecer a esse Projeto de Decreto Legislativo nº 333-A.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um acordo da República Federativa do Brasil com o Governo do Reino de Lesoto. Essas sessões desses acordos já celebrados, que merecem e precisam do aval da Câmara, são muito proveitosas também para o nosso conhecimento geopolítico, para entendermos que o mundo vai bem além da nossa América do Sul ou do mundo ocidental.

Portanto, o nosso voto é favorável, para que o Brasil adquira mesmo essa dimensão mais planetária possível.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 040.3.54.O**  
**Data: 21/03/2013**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 1966/4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



**O SR. IZALCI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - V.Exa. com a palavra.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer o registro de que o PSDB está votando essa matéria em função do acordo, porque nós insistimos em que essas matérias passem primeiro pelas Comissões.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos  
a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Edinho Bez) - Item 3.

*Projeto de Lei nº 561-A, de 2012*

*(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa  
Nacional)*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 561-A, de 2012, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011; tendo pareceres das Comissões de Viação e Transportes, pela aprovação (Relatora: Deputada Marinha Raupp); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela aprovação (Relator: Deputado Danilo Forte). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação.*



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Deputado Lucio Vieira Lima. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Mendonça Filho, V.Exa. com a palavra.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tecnicamente, o projeto é absolutamente adequado. Ele aprova um texto de acordo internacional entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República argentina, para construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires no dia 31 de janeiro de 2011.

Não há nenhuma objeção do ponto de vista orçamentário, até porque o desdobramento natural para a viabilização do projeto da ponte será mais adiante, levando-se em consideração tanto o Orçamento do Governo brasileiro como o do Governo argentino.

Por isso, o nosso parecer é pela aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Esta Presidência agradece a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2012.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos  
a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Item 4.

*Projeto de Decreto Legislativo nº 564-A, de 2012*

*(Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul)*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 564-A, de 2012, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010; tendo pareceres das Comissões: de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Deputado Geraldo Simões) e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela aprovação (Relator: Deputado Vilson Covatti). Pendente de parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.*



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, concedo a palavra ao Deputado Vitor Paulo. (*Pausa.*) Ausente.

Solicitamos que relate a Deputada Erika Kokay. S.Exa. tem a palavra.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o acordo tem o objetivo de implantar o sistema de transporte moderno de cargas e passageiros entre os dois países, que oferecerá uma alternativa de baixo custo para o transporte multimodal na área de influência da Bacia da Lagoa Mirim. Vai revitalizar, portanto, a economia da região e contribuir para o desenvolvimento social das comunidades fronteiriças.

Eu diria, Sr. Presidente, que, segundo os arts. 7º, 8º e 9º, as normas, regulamentos e leis de cada parte deverão ser plenamente observados nas áreas sob sua jurisdição, e fica preservado ainda o direito de cada parte de adotar as iniciativas necessárias à proteção do meio ambiente, da saúde e da ordem pública.

O acordo prevê ainda a criação de uma Secretaria Técnica, que será composta por funcionários das autoridades nacionais indicadas pelos dois países e por representantes de suas respectivas Chancelarias. A Secretaria, que funcionará no âmbito da Comissão Mista para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, deverá definir os regulamentos necessários para a operação da hidrovia e coordenar ações conjuntas visando à sua implantação, bem como buscar soluções para eventuais controvérsias que possam surgir.

Por isso, Sr. Presidente, eu diria esse acordo é absolutamente importante para o País, para que ele possa estabelecer as suas relações, incrementar as suas atividades econômicas com o país vizinho e, ao mesmo tempo, tem uma importância



muito grande, porque significa utilizar as estruturas de transportes fluviais, que por muito tempo não foram consideradas ou não foram priorizadas no nosso País.

Por todos esses aspectos, constatamos a necessidade desse caminho ou desse transporte para incrementar essas atividades, para inclusive reforçar aquela que foi a lógica do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na perspectiva de criarmos relações comerciais que sejam relações comerciais mais horizontalizadas, não subalternizadas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, no mérito, nós somos absolutamente de acordo com a aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Agradecemos à Deputada Erika Kokay.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 040.3.54.O**  
**Data: 21/03/2013**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 1966/4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos  
a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Item 5.

*Projeto de Decreto Legislativo nº 567, de 2012  
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa  
Nacional)*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto  
Legislativo nº 567, de 2012, que aprova o texto do Acordo  
Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da  
República Federativa do Brasil e o Governo de Santa  
Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.  
Pendente de parecer da Comissão de Constituição e  
Justiça e de Cidadania.*



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado João Paulo Lima. *(Pausa.)* Ausente.

Peço à Deputada Carmen Zanotto que profira o parecer.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/PPS-SC. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pela constitucionalidade e boa técnica legislativa, nós somos pelo parecer favorável.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 567, de 2012.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos  
a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, só para lembrar que Santa Lúcia — alguns aqui estavam se perguntando, inclusive eu, e a excelente assessoria já precisou — é um país independente, uma ilha do Caribe próxima à Martinica.

De qualquer forma, assim como o Reino do Lesoto, fica no Sul da África, quase que um enclave no território da África do Sul. Sempre é bom aumentarmos nossos conhecimentos geopolíticos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Esta Presidência agradece os esclarecimentos a V.Exa.



**O SR. COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Deputado Colbert Martins.

**O SR. COLBERT MARTINS** (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- São agradecimentos geográficos ao papa Chico.



**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Presidente, antes de encerrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Pois não, Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Edinho, como o Município de Paraíso está localizado no nosso Estado, esta ponte que acabamos de aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - No nosso Estado de Santa Catarina?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Isso, em Santa Catarina, no Município de Paraíso, sobre o Rio Peperi-Guaçu. É importante destacar que nós vamos lutar, como bancada de Santa Catarina, para garantir os recursos financeiros para que esse acordo entre Brasil e Argentina efetivamente se realize e para que tenhamos mais esse acesso através da construção da ponte internacional na BR-282.



**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de convidar os Parlamentares para participarem logo mais, às 14h30min, na Comissão de Seguridade Social, de reunião com a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, momento em que, lado a lado com o Presidente Edinho, nós iremos fazer um debate sobre a implementação da Emenda Constitucional nº 63, que garante o piso salarial, o plano de cargos e carreira para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Deputado Colbert Martins, tem a palavra V.Exa.

**O SR. COLBERT MARTINS** (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, hoje, dia 21, é um dia de reconhecimento e de luta no Brasil para aquelas pessoas portadoras de síndrome de Down. Além de estarmos hoje trabalhando, estamos lutando para que essas pessoas possam ter todos os seus direitos absolutamente garantidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Bem lembrado. Esta Presidência parabeniza V.Exa.



## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. RUBENS BUENO** (Bloco/PPS-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vai colher neste ano a maior safra de sua história: 185 milhões de toneladas de grãos, segundo dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O volume reforça a expectativa de que o País alcance, até a próxima década, o posto de maior fornecedor de alimentos do planeta.

As estimativas altamente positivas revelam a eficiência da agricultura brasileira, conquistada com investimentos em pesquisa, modernização da produção e em novos processos.

Embora prestes a bater mais um recorde na produção agrícola, e se firmar como uma das potências mundiais na produção de alimentos, a agricultura brasileira tem grandes desafios para o futuro que precisam ser superados para se assegurar que o setor se mantenha, nas próximas décadas, em franca expansão.

Dentre esses gargalos destacamos a gestão inadequada da política cambial; restrição na política de crédito; elevada carga tributária sobre implementos; e, principalmente, logística agrícola.

Os produtores deparam, neste ano, com uma situação calamitosa: rodovias, ferrovias e hidrovias em situação precária; armazéns insuficientes; e portos estrangulados, o que compromete sobremaneira o escoamento e a exportação dessa safra recorde.

Especialista em agronegócio e estudioso da questão da infraestrutura



agrícola, o ex-presidente da UNICA, Marcos Jank, calculou, em recente artigo na *Folha de S.Paulo*, que o peso do frete rodoviário pode atingir 40% do valor da produção da soja.

A ineficiência da logística só aumenta o custo para fora da porteira. Na última semana, o valor do frete rodoviário de produtos agrícolas subiu entre 20% e 70%, dependendo da região.

A falta de infraestrutura adequada para a estocagem e para a movimentação da produção pode comprometer a safra recorde. Os armazéns públicos e privados têm capacidade estimada de estocagem de 145 milhões de toneladas; um déficit, portanto, de 45 milhões de toneladas de grãos.

Depois de colhida, armazenada e movimentada, a safra destinada à exportação tem que enfrentar ainda, nos portos de Santos e de Paranaguá, filas de navios para o embarque, que hoje chegam a ser duas ou três vezes maiores do que há 1 ano.

No Ranking de Qualidade dos Portos, publicado pelo *World Economic Forum*, ostentamos o vergonhoso 130º lugar, entre 142 países. No mesmo *ranking*, os procedimentos alfandegários estão na 124ª posição, sendo os grandes responsáveis pela baixa competitividade brasileira em relação ao restante do mundo.

Há necessidade urgente de votar os novos marcos regulatórios que modernizariam a logística brasileira, dentre os quais destacamos: a implementação de uma política de hidrovias, como o projeto de lei sobre eclusas; e a Medida Provisória dos Portos (MP 595/2012), que está sob análise do Congresso Nacional. Essa MP aponta para uma série de gargalos que precisam ser superados no sistema portuário, como as licenças ambientais para a construção dos portos e a



burocracia no processo de despacho e recebimento das cargas, o que encarece os custos finais do frete.

A baixa eficiência dos portos e dos procedimentos alfandegários estão diretamente ligados e geram os maiores prejuízos para a competitividade externa brasileira. Só para se ter uma ideia, em 2010 o prejuízo foi de R\$246 milhões e, em 2011, de cerca de R\$100 milhões.

Cabe ainda ressaltar a importância da integração dos demais modais de transporte brasileiros, principalmente as rodovias e ferrovias, com o modal aquaviário.

É notória a falta de uma estratégia governamental para o campo. O País precisa se planejar para não perder a oportunidade de aumentar a produção nos próximos anos.

Sem a ampliação da capacidade produtiva e da logística, diminui-se o potencial de crescimento da economia a longo prazo e aumenta-se o risco de uma alta na inflação.

Além disso, é preciso que a diplomacia brasileira se empenhe mais para derrubar barreiras alfandegárias e se esforçar em agregar valor à pauta de exportações do agronegócio brasileiro.

O PPS não pode, de forma alguma, estar ausente desse debate tão relevante.

Estamos caminhando para o pior ano da logística agrícola.

O setor agropecuário, que representa um segmento da economia responsável pela geração de U\$80 bilhões de superávit por ano em exportações, confia em que o Congresso Nacional encontrará as melhores soluções para superar esses entraves.

Uma revolução logística urgente parece um sonho, mas não é.

Muito obrigado pela atenção.



**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei hoje projeto de lei que tem como objetivo amparar de forma segura os produtores rurais vítimas de intempéries climáticas, sejam enchentes, sejam secas. Não sendo privilégio de qualquer das regiões do País, tais intempéries podem trazer grandes prejuízos para os produtores das regiões afetadas.

Trata-se de maneira mais certa e eficaz de dirigir um recurso ao produtor, à semelhança do modelo de seguro-desemprego que hoje é fornecido aos pescadores artesanais no período de defeso de certas espécies.

Essa proposição visa, ainda, alcançar a eficácia da ação governamental de proteção às famílias produtoras rurais, uma vez que os mecanismos atualmente existentes mostram-se lentos em sua execução, quando não até mesmo inadequados, tendo em vista a necessidade de aprovação de projetos por organismos de financiamento.

Felizmente, com os programas sociais em andamento no País, não se vê mais as cenas retratadas em décadas anteriores, com levas de retirantes para as capitais ou para o Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Entretanto, o agricultor familiar tem sua sustentabilidade baseada em fatores que simplesmente se esgotam com as secas: pasto para os animais não há, porque o capim não prosperou ou porque as lavouras nem chegaram a ser feitas; água para os animais também é pouca, visto que o carro-pipa leva apenas o necessário para a subsistência humana, e os mananciais de água estão secando; milho, resíduo ou outras rações não chegam em quantidade suficiente, seja pela dificuldade de transporte, seja pelo alto preço que alcançam depois de colocadas no mercado. E o



alto preço ocorre, até mesmo, para os estoques enviados pelo Governo.

Dados mostram que a perda de animais é grande. Informa-nos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no relatório da pesquisa Produção da Pecuária Nacional, que, em 31 de dezembro de 2011, o Nordeste tinha 29.583.041 cabeças de gado. E os pecuaristas consideram que a seca tem acumulado uma perda de cerca de 40%, sendo que 20% têm morrido de sede ou fome; 10% têm sido vendidos por qualquer preço para outros Estados, como Pará e Maranhão; e 10% têm sido abatidos antes da hora.

Como consequência, morre o pouco gado que o agricultor familiar tenha ameadado ao longo de anos; diminui até o gado miúdo — ovelhas e cabras —, ainda que esses consumam bem menos alimentos. Com isso, vão-se a fonte de leite e de proteína animal de baixo custo. Com a precariedade das rações, as reses se tornam presas de doenças oportunistas e morrem com facilidade. Com a mortandade dos rebanhos vai-se a esperança do sertanejo de reerguer-se quando voltarem as chuvas.

Muitos dos que, ao lado da tradicional lavoura de subsistência, tenham investido em arranjos produtivos alternativos, como os apicultores, acham-se completamente desprovidos: sem chuvas não há flores; sem flores não há mel; sem mel não há remédio para as necessidades do apicultor de áreas atingidas pela seca.

Esse é um programa emergencial, por isso se situa no âmbito da lei já existente, ou seja, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e às entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre; sobre o Fundo Especial para



Calamidades Públicas e dá outras providências.

Em consonância com a chamada Bolsa Estiagem, que considera um patamar de dois salários mínimos (médios) mensais para a concessão, propomos que um salário mínimo seja concedido, mensalmente, para aquelas famílias com tal renda, cujo objetivo é claro: colaborar com a preservação das benfeitorias da terra e com a sobrevivência mínima do rebanho. E mais: ainda que findo o período de decretação da emergência, o salário-desemprego precisa perdurar por 3 meses.

Os recursos para fazer frente ao seguro-desemprego aqui proposto virão de ao menos três fontes: os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste); do Fundo Especial para Calamidades Públicas, e o próprio Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Pelo mérito da proposta, solicitamos o apoio aos nossos pares para a aprovação desse projeto.



**O SR. MANOEL JUNIOR** (PMDB-PB. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar mais uma medida do Governo Federal, formado pelo PT e pelo PMDB, que visa fortalecer o programa de formação de mão de obra técnica. Falo da ampliação das regras para acesso à educação profissional e tecnológica no País. A partir de agora, as instituições privadas de ensino superior e escolas privadas de educação tecnológica também podem aderir ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da oferta de bolsas de estudos para cursos de ensino técnico e formação inicial e continuada.

De acordo com a matéria publicada no *Diário Oficial* da União, no último dia 7, os créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico poderão ser usados para essa modalidade. A medida amplia, e muito, o alcance dos investimentos governamentais nesse setor educacional, o do ensino técnico, que tem tudo a ver com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Naturalmente, em função da grande necessidade do País no que diz respeito à mão de obra técnica tanto de nível médio quanto de nível superior — necessidade que caracteriza importante gargalo no caminho do nosso desenvolvimento.

A instituição do PRONATEC no Brasil representa, desde a sua concepção, o interesse do Poder Central em remover esse gargalo. Criado em 2011, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico oferecido em escolas federais e estaduais e também em escolas do SENAI e do SENAC, o PRONATEC, apenas no primeiro ano de funcionamento, teve mais de 720 mil jovens matriculados. Em outubro do ano passado, ao fazer o balanço do primeiro ano do Programa, a Presidenta Dilma Rousseff prometia, e agora é possível observar que não estava



brincando, que o objetivo continuava sendo o de ampliá-lo ainda mais.

Na Bolsa-Formação do PRONATEC, por exemplo, serão oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT. São dois tipos de curso: o Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de 1 ano; e o de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, com duração mínima de 2 meses. Durante o curso, o estudante recebe material didático e auxílio para alimentação e transporte. Centenas de Municípios já oferecem esses cursos, o que aumenta as chances de cada um interessado em ingressar no Programa.

Pois bem, este ano, até há 2 semanas atrás, havia mais de 37 mil e 300 inscrições para a Bolsa-Formação do PRONATEC, conforme balanço divulgado pelo Ministério da Educação. A etapa de inscrições *on-line* é feita pelo Portal do PRONATEC, que começou a funcionar no dia 18 de fevereiro. O processo é contínuo e não há data limite para as inscrições. Segundo o MEC, o Programa, até agora, já atendeu mais de 2 milhões e 500 mil brasileiros e, até 2014, tem como meta oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores. Apenas para este ano, estão previstos 2 milhões e 300 mil vagas em 724 mil e 500 cursos técnicos e mais de 1 milhão e 500 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada.

Ainda segundo os dados do MEC, já foram feitas mais de 788 mil e 900 matrículas no País, com destaque para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que tinha previstas 151 mil e 500 vagas e matricularam 252 mil e 700 estudantes.

Os cursos de formação inicial e continuada registraram 1 milhão e 700 mil



matrículas — sendo 548 mil e 600 por meio do programa Bolsa-Formação Trabalhador e 1 milhão e 100 mil resultantes de acordos de gratuidade com o Sistema S.

A grande vantagem é que podem se inscrever no PRONATEC trabalhadores, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; povos indígenas; comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; desempregados; pessoas com deficiências; pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais; praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do serviço militar ou atiradores de Tiro de Guerra; e estudantes matriculados no ensino médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênizo o Governo Federal, por intermédio da Presidenta Dilma Rousseff, do Vice-Presidente Michel Temer e do Ministro Mercadante, por essa disposição em ampliar cada vez mais o PRONATEC, com o objetivo de fazer com que o País avance cada vez mais no campo educacional, com particular atenção para o ensino técnico profissionalizante, objetivando, acima de tudo, impulsionar o progresso do Brasil, pelo favorecimento ao avanço econômico e social.

Muito obrigado.



**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em excelente texto publicado no conceituado *Estado de S. Paulo*, o jornalista Gustavo Porto discorre sobre as previsões de aumento do desemprego no País e as expectativas para o ano.

Trata-se, evidentemente, de assunto relevante e de interesse maior da sociedade brasileira, em especial dos produtores do setor industrial.

Assim sendo, desejo que seja registrado nos Anais desta Casa, para que possa, em qualquer eventualidade, ser lido e rememorando por qualquer cidadão.

O artigo tem o seguinte título *Desemprego deve atingir 5,8% em fevereiro, projetam FIPE e Catho*.

A partir de agora, lerei integralmente o documento:

*“A taxa de desemprego deve atingir 5,8% em fevereiro, de acordo com indicador antecipado elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o portal Catho. Se as estimativas das instituições se concretizarem, o indicador deste mês será 0,4 ponto porcentual maior do que a taxa de desemprego de janeiro, de 5,4%, divulgada esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

*A taxa de desemprego antecipada será também levemente superior à de 5,7% de fevereiro de 2012 e a maior desde junho do ano passado, quando também atingiu 5,8%. O cálculo da taxa de desemprego antecipada é feito a partir do cruzamento de informações*



*obtidas com buscas na Internet (por meio de palavras chaves relacionadas ao setor de emprego), com informações de vagas, candidatos e contratações da Catho, além de outros dados econômicos, como a própria série do IBGE.*

*A FIPE e a Catho divulgaram ainda que o indicador de vagas por candidato (IVC) ficou em 0,73 em fevereiro, ante 0,75 em janeiro e 1,08 vaga disponível para cada novo trabalhador em busca de um emprego em dezembro de 2012. A queda mensal de 2,5% no IVC sobre janeiro foi a maior desde 2008, segundo a FIPE e a Catho. O IVC de fevereiro foi ainda maior que o 0,64 candidato por vaga disponível observado em igual mês de 2012.*

*Já o índice de salários ofertados apontou que, em fevereiro, o aumento acumulado anual e real acima da inflação ficou em 6% sobre o salário médio oferecido. Foi a menor variação anual desde janeiro de 2012, quando o índice apontava uma oferta salarial 4% superior à inflação acumulada até aquele período.*

*A FIPE e a Catho informaram ainda que os salários na contratação dos empregados foi 4% maior que os ofertados pelas empresas no levantamento disponível até dezembro de 2012, o mesmo percentual apontado em novembro do ano passado.”*



Assim conclui o autor.

Muito obrigado.



**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com tristeza e ainda chocado, venho a esta tribuna deixar o meu protesto contra a frieza e crueldade que seres humanos têm dispensado a outros seres humanos.

Bombou e ainda está bombando nas redes sociais a notícia sobre um atropelamento de um ciclista e fuga do condutor embriagado do veículo, numa das principais avenidas de São Paulo, a Avenida Paulista, ocorrido neste domingo, dia 10.

Aconteceu de madrugada, às 5h30min. David Santos de Souza, 21 anos, dirigia-se para o trabalho, utilizando como meio de transporte sua bicicleta. Ele saiu de Diadema e estava quase chegando a um prédio próximo ao Hospital das Clínicas, no qual exerceria sua profissão, limpador de vidros.

Aos domingos, como acontece em muitas das avenidas de São Paulo, uma faixa da Avenida Paulista estava sendo preparada para a ciclofaixa, medida encontrada para incentivar a prática do esporte. Faltava meia hora para a abertura da faixa, mas David já se encontrava nela. Cauteloso, ele pedalava em direção a mais um dia de trabalho, quando instantaneamente foi atingido por trás, por um carro que vinha em ziguezague, em alta velocidade, e que o lançou contra o para-brisa. Estilhaços do vidro quebrado arrancaram cruelmente seu braço, que permaneceu preso ao veículo, enquanto ele jazia no chão, sem socorro.

Brutal e estupidamente, sua vida mudou radicalmente da noite para o dia. Ele agora terá que reaprender a viver, adaptar-se a dura e friamente realidade de deficiente físico que lhe foi imposta pela irresponsabilidade de outro ser humano. Se é que se pode chamar de ser humano alguém que comete tamanha atrocidade e



foge do local sem nem olhar para trás.

Segundo a descrição da polícia, o motorista Alex Siwek, de 22 anos, estava dentro de um Honda Fit ao lado do amigo, Diego de Luna Daio, quando o acidente ocorreu. O motorista fugiu do local, deixou Diego em casa e depois foi à Avenida Doutor Ricardo Jafet, de onde lançou o braço amputado da vítima em um córrego. Na sequência foi para sua casa, guardou o carro e dirigiu-se a pé à unidade policial para se entregar.

Agora se discute se ele ingeriu vodca ou cerveja e o quanto ingeriu. Eu me pergunto: *“O que importa quanto ele bebeu, se a lei é de tolerância zero?”* Ele não podia ter bebido nada se quisesse dirigir. Tomasse um táxi para voltar para casa e poupasse não só o futuro de David, como o dele também!

Esse incidente chocou toda a população paulista, primeiro, pela brutalidade e depois pelo desamor, pela desumanidade desse ser que não só fugiu do local como impediu qualquer possibilidade de que a nossa moderna medicina pudesse reimplantar o braço de volta ao corpo do rapaz.

Nossa juventude está tão desviada dos princípios, da dignidade, da honra que fico extremamente consternado com a forma como estamos conduzindo a educação neste País. Não existe mais respeito ao próximo.

Vemos notícias de violência contra jovens por escolha sexual, notícias de assassinatos por motivos banais. Desrespeito aos idosos, aos professores, às crianças.

Nós aqui no Congresso nos esforçamos tanto em criar leis que melhorem a qualidade de vida de forma geral. Preocupamo-nos com os portadores de necessidades especiais, trabalhamos em favor das mulheres, dos menos



favorecidos, dos excluídos, mas me pergunto: “*Onde estamos errando?*” Onde estamos errando que nossos jovens em vez de se tornarem conscientes estão se tornando brutos, agressivos, mal-educados.

Deixo aqui este questionamento lamentando pela vida de David que nunca mais será a mesma!

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ano de 2013 será, sem dúvida, um dos mais importantes para a contabilidade brasileira. Lideranças e órgãos ligados à profissão estão se unindo para que toda a sociedade saiba e reconheça o verdadeiro papel da categoria.

Em 1946, ano em que o Brasil regulamentou a atividade, não se podia, ainda, medir a importância desses profissionais para a economia do País. O Brasil passava por um momento de crescimento econômico, em que foram plantados os primeiros grandes pilares da transformação de um país agrário em industrial e urbano.

Em 2007, o Brasil adotou, por meio da Lei nº 11.638, um conjunto de normas internacionais de contabilidade. Essas regras, que nasceram nos anos 70, passaram a ser chamadas de “Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” (IFRS — International Financial Reporting Standards), buscando abranger não apenas questões especificamente contábeis, mas também conceitos como desempenho operacional, por meio de balanços, demonstrações de resultados e fluxos de caixa e respectivas notas explicativas.

Cumprе ressaltar que, com a internacionalização da economia, empresas que desejam atuar como *players* internacionais precisam adequar a sua contabilidade aos padrões mundiais.

Para isso, é preciso que haja profissionais que tenham conhecimento atualizado. Caso contrário, estaremos isolados e sem condições de conversar econômica e comercialmente com o mundo exterior.

Também acompanhamos o que a categoria dos contabilistas tem feito pela micro e pequena empresa, pelo microempreendedor individual, sem esquecer as



empresas que optaram pelo lucro presumido ou pelo lucro real. Foi essa categoria que ajudou a formalizar, até agora, mais de 2,7 milhões empreendedores individuais.

As micro e pequenas empresas brasileiras somam mais de 7 milhões, e esse processo foi incrementado pela criação do SIMPLES Nacional. Em 2007, quando foi aprovada a Lei Complementar nº 123, havia apenas 1,3 milhão de micro e pequenas empresas no Brasil.

A sessão solene do Congresso Nacional que ocorreu dia 18 de março, no plenário do Senado Federal, marcou o lançamento do Ano da Contabilidade no Brasil. Diversos representantes puderam expor a importância e o reconhecimento da categoria.

Temos ainda muitos desafios pela frente, mas este é um momento que precisa ser saudado com aplausos.

Os representantes da categoria tiveram a correta ideia de projetar, neste ano, uma imagem mais real e positiva da profissão e do profissional, convidando parceiros estratégicos para construir um amplo projeto de divulgação e conscientização da população sobre a importância da contabilidade e do profissional contábil.

Obrigado.



**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSC-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 21 de março celebramos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, data que nos remete ao trágico episódio conhecido como Massacre de Sharpeville. Naquele dia, em 1960, na cidade de Joanesburgo, capital da África do Sul, tropas do Exército atiraram contra uma multidão de 20 mil negros que protestavam pacificamente contra a política oficial de segregação racial, matando 69 pessoas e ferindo outras 186.

Nove anos depois, a ONU escolheria esse dia como símbolo da luta contra o *apartheid*. Com o fim do regime de segregação étnica na África do Sul, a data passou a ser marco na luta contra o preconceito e a discriminação, que, no mundo inteiro, negam a igualdade de direitos e de oportunidades a todos os cidadãos em função de diferenças raciais.

Felizmente, desde Sharpeville muito se avançou no que diz respeito à segregação étnica no mundo. Eleito primeiro presidente negro da África do Sul, em 1994, Nelson Mandela comandou o fim do regime de *apartheid*. Quinze anos depois, o mundo comemoraria a eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, reeleito para o segundo mandato no ano passado.

Esses são, sem dúvida, marcos simbólicos de enorme relevância na luta internacional contra a discriminação racial. Mas eles, obviamente, não significam que o preconceito foi banido do planeta. Em todos os lugares do mundo, em todas as culturas e sociedades ainda persistem, renitentes, atitudes discriminatórias, que tratam negros, índios e integrantes de outras minorias étnicas como cidadãos de segunda classe.

Entre nós, os avanços são inegáveis. Quem poderia imaginar, em passado



recentíssimo, que hoje um negro estaria no comando da nossa Suprema Corte? Ou que, no organograma do Executivo, haveria uma Secretaria dedicada exclusivamente a traçar políticas de promoção de igualdade racial? Ou, ainda, que parte das vagas do ensino superior público seriam reservadas aos afrodescendentes?

Para uma nação em que, até pouco tempo atrás, cultivava-se o mito perverso da democracia racial, esses são fatos alvissareiros e incontestáveis. Felizmente, o Brasil hoje se reconhece como sociedade que discrimina os seus negros e índios, primeiro passo para a adoção de providências efetivas no combate ao preconceito racial.

É importante ressaltar que isso foi conquista do nosso movimento negro. Durante anos, seus integrantes se empenharam em denunciar e divulgar, com dados e números irrefutáveis, a evidente segregação sofrida pela população negra no Brasil.

Os números que emergem do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, envergonham todos aqueles que, como nós, têm na igualdade racial um de seus mais caros valores. Segundo o Censo de 2010, 70,8% dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem na pobreza extrema são negros. São negros, também, os cidadãos que sofrem com a maior taxa de analfabetismo na faixa etária acima dos 15 anos. E negros e pardos ganham salários 2,4 vezes mais baixo do que brancos e amarelos.

Sr. Presidente, nobres colegas, o combate ao racismo deve ser luta cotidiana e ininterrupta, batalha travada em várias frentes simultaneamente.

É preciso instilar desde cedo, nas novas gerações, o respeito à cultura dos



negros, índios e de outras minorias étnicas nacionais. Nesse sentido, quero saudar a lei, em vigor há uma década, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história africana e dos negros brasileiros.

Da mesma forma, saúdo as políticas afirmativas que buscam compensar a evidente desvantagem da população negra no que se refere à formação escolar, reservando cotas para o ingresso desses estudantes nas universidades.

São medidas da mais alta relevância que certamente contribuirão para que, em futuro próximo, no nosso País a cor da pele deixe de ser motivo de preconceito e exclusão social. Espero ainda viver o dia em que brasileiros de todas as etnias — negros, pardos, índios, brancos e amarelos — caminharão juntos, lado a lado, de mãos dadas, na construção do Brasil justo, próspero e igualitário com que todos sonhamos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. COSTA FERREIRA** (PSC-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 21 de março, celebra-se o Dia Internacional de Combate ao Racismo, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como marco perpétuo em repúdio ao massacre de 69 pessoas negras em Sharpeville, África do Sul, em 1969, sob o indigno regime do *apartheid*.

O objetivo da data é transportar-nos para além da violência física. Leva-nos a refletir sobre o valor intrínseco de cada ser humano e de sua participação social em igualdade de direitos e deveres.

Deus fez todos os seres humanos em igualdade e para viverem em equidade. É a maldade que transforma a diversidade em pretexto de disputa e discriminação. A essência do ensino bíblico se baseia no alicerce do amor. Por isso, o cristianismo cresce e se estabelece. Embora possa haver quem se desvie desse princípio, os valores do cristianismo estão presentes em toda boa obra.

O Senhor Jesus Cristo, em sua sabedoria irretocável, resumiu toda a lei ao mais nobre dos sentimentos, o amor. Um ensino repassado à Igreja e transmitido por todo o mundo. Inquirido sobre qual seria o grande mandamento, Jesus respondeu, subordinando o conjunto dos fundamentos legais e dos princípios religiosos ao amor a Deus e ao próximo (Mateus 22.37-40):

*“37 Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento.*

*38 Este é o grande e primeiro mandamento. 39 O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. 40 Destes dois mandamentos*



*dependem toda a Lei e os Profetas.”*

A sociedade do tempo dos apóstolos era dicotomizada em pobres e ricos, senhores e escravos, romanos embebidos da empáfia dos dominadores e gregos senhores do saber, gentios seus deuses e judeus que se proclamavam os donos da verdadeira revelação espiritual. Um contexto social acrescido de valores religiosos e disputas imediatas caracterizava o modo das relações. Um ambiente propício ao conflito e à disputa, propício à desvalorização do ser humano.

Nesse ambiente, o apóstolo Paulo ensina a igualdade a que o Evangelho nos remete em Cristo Jesus. E, assim como hoje, produziu um ambiente de inclusão e igualdade (Col. 3.6-15):

*“ (...) 6 por estas coisas é que vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência. 7 Ora, nessas mesmas coisas andastes vós também, noutra tempo, quando vivíeis nelas. 8 Agora, porém, despojai-vos, igualmente, de tudo isto: ira, indignação, maldade, maledicência, linguagem obscena do vosso falar. 9 Não mintais uns aos outros, uma vez que vos despistes do velho homem com os seus feitos, 10 e vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou; 11 no qual não pode haver grego nem judeu, circuncisão nem incircuncisão, bárbaro, cita, escravo, livre; porém Cristo é tudo em todos. 12 Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de ternos afetos de misericórdia, de bondade, de*



*humildade, de mansidão, de longanimidade. 13 Suportai-vos uns aos outros, perdoai-vos mutuamente, caso alguém tenha motivo de queixa contra outrem. Assim como o Senhor vos perdoou, assim também perdoai vós; 14 acima de tudo isto, porém, esteja o amor, que é o vínculo da perfeição. 15 Seja a paz de Cristo o árbitro em vosso coração...”*

Embora o conhecimento humano tenha chegado a níveis impressionantes, as relações continuam conflituosas. Basta uma rotulação maldosa para que uma pessoa ou um grupo perca seu valor. Mas a verdade de Nosso Senhor Jesus Cristo continua a fazer a diferença na vida das pessoas e, em consequência, da comunidade.

Muito obrigado.



**A SRA. NILDA GONDIM** (PMDB-PB. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o *Correio Braziliense* trouxe estampada em sua capa uma manchete bastante estarrecedora: *Ser mulher no Brasil é correr risco de vida*. Refere-se à matéria sobre a pesquisa divulgada em 2012, pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, na qual o Brasil figura, entre 84 países, como o sétimo com maior incidência de crimes contra a mulher. A notícia do *Correio Braziliense* também estampa os índices alarmantes da violência e o último relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual revelou que 677 mil processos judiciais relativos à violência doméstica tramitaram no País entre 2006 e 2011.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento muito crítico em nossa sociedade. A vida da mulher brasileira já não tem mais valor, está totalmente banalizada. Nós mulheres andamos na rua com medo de sermos agredidas, maltratadas. Aquelas que têm os seus companheiros estão amedrontadas achando que acabarão se tornando suas vítimas. E aquelas que estão sozinhas não têm mais interesse em arrumar alguém.

O que está acontecendo em nosso País, Sras. e Srs. Deputados? O que mais temos que fazer para diminuir esses índices tão negativos sobre a violência contra a mulher? O Governo Federal, por meio da nossa Presidente Dilma e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, anunciou, na semana passada, a determinação do Governo Federal de instalar um Centro de Atendimento Integral à Mulher em cada um dos Estados da Federação.

Ao fazer o anúncio da medida governamental, em cadeia nacional de rádio e TV, a Presidente Dilma pediu o compromisso e a participação de todos para



intensificar o combate contra o tráfico sexual e a violência doméstica em todo o País.

É preciso exatamente isso: mais conscientização da sociedade e seu envolvimento em uma campanha nacional contra a violência nos rádios, na televisão e nas redes sociais e, principalmente, providências ainda mais rigorosas por parte do Poder Judiciário e das delegacias de apurar com mais profundidade as queixas apresentadas pelas mulheres. Essas delegacias têm que estar preparadas para atender as vítimas e saber solucionar a problemática enfrentada por elas com ações mais rígidas aos agressores, aplicando com bastante severidade a Lei Maria da Penha.

O Poder Judiciário precisa dar celeridade às ações movidas contra aqueles que teimam em praticar atos de violência contra as mulheres e que veem na impunidade a principal aliada de seus instintos perversos.

Lutar pela defesa da mulher no Brasil é uma questão de honra para qualquer brasileiro e brasileira tementes a Deus. E essa luta precisa ser cada vez mais intensa, tendo em vista o crescimento sem precedentes que a violência contra a mulher vem experimentando ao longo das últimas décadas no País.

Como eu falei no início do meu discurso, o Brasil figura, entre 84 países, como o sétimo com maior incidência de crimes contra a mulher. E essa posição vergonhosa nós não podemos nem devemos mais admitir, nem permitir.

Devemos mudar essa realidade com ações de enfrentamento à violência contra a mulher que envolvem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de organizações não governamentais, igreja e outras representações igualmente importantes da sociedade.

Muito obrigada.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.



**O SR. PRESIDENTE** (Edinho Bez) - Encerro a sessão, lembrando que foi convocada Sessão Não Deliberativa de Debates para hoje, quinta-feira, dia 21 de março, às 14 horas.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 040.3.54.O**  
**Data: 21/03/2013**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 1966/4176**

---

*(Encerra-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)*